



Curso
Licenciatura
em **Letras**
Língua Portuguesa
modalidade a distância

Disciplina
Sintaxe

MATERIAL DIDÁTICO
ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO
Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira
Iaci de Nazaré Silva Abdon
Célia Maria Coêlho Brito

REVISÃO
Ana Lygia Almeida Cunha

CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Oficina de Criação da Universidade Federal do Pará

IMPRESSÃO
Gráfica Universitária - UFPA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do ILC/ UFPA, Belém – PA

FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira

Sintaxe / Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira, Iaci de Nazaré Silva Abdon,
Célia Maria Coelho Brito. _ Belém : EDUFPA, 2009. v.8

Textos didáticos do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua
Portuguesa – Educação à distância.

ISBN: 978-85-65054-02-7

1. Língua portuguesa – Sintaxe. 2. Gramática comparada e geral - Sintaxe. I.
Abdon, Iaci de Nazaré Silva. II. Brito, Célia Maria Coelho. II. Título.

CDD-20. ed. 469.5

Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira
Iaci de Nazaré Silva Abdon
Célia Maria Coêlho Brito



Curso
Licenciatura
em **Letras**
Língua Portuguesa
modalidade a distância

Disciplina
Sintaxe



Belém-Pa
2010

volume 8

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Dr. Fernando Haddad

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEC

José Henrique Paim Fernandes

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Dr. Carlos Eduardo Bielschowsky

DIRETOR DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Dr. Celso Costa

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Prof. Dr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy

VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Prof. Dr. Horacio Schneider

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas

ASSESSOR ESPECIAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Prof. Dr. José Miguel Martins Veloso

COORDENADORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA - Modalidade a Distância

Profa. Dra. Fátima Cristina da Costa Pessoa

SUMÁRIO

Unidade 1 – A Sintaxe nas Línguas.....9

Atividade 1 A linguística como ciência.....11

Atividade 2 Relações linguísticas: funções gramaticais.....25

Atividade 3 Predicação: a estrutura argumental das orações.....41

Unidade 2 - A Sintaxe Latina.....57

Atividade 4 Da sintaxe latina à sintaxe portuguesa: herança e novas aquisições.....59

Atividade 5 Da sintaxe latina à sintaxe portuguesa:
funções, relações e processos sintáticos.....69

Unidade 3 – A Sintaxe Portuguesa: Modelos de Descrição.....85

Atividade 6 A sintaxe tradicional.....87

Atividade 7 A sintaxe estrutural.....99

Atividade 8 A sintaxe funcional.....105

Unidade 4 A Frase Portuguesa.....111

Atividade 9 Os padrões frasais.....113

Atividade 10 A frase ativa, passiva e reflexiva.....129

Atividade 11 A configuração informacional do enunciado.....137

Unidade 5 Os Processos Sintáticos.....147

Atividade 12 Coordenação.....149

Atividade 13 Subordinação.....155

Unidade 6 Os Mecanismos Sintáticos.....163

Atividade 14 Regência.....165

Atividade 15 Concordância.....177

Atividade 16 Colocação.....187

APRESENTAÇÃO

Por que estudar sintaxe? No descortinar desta disciplina, cujo nome é SINTAXE, você deverá encontrar a resposta para essa pergunta. As atividades previstas nas unidades do programa visam ao conhecimento de aspectos sintáticos referentes às línguas em geral (Unidade 1); de mecanismos sintáticos do latim (Unidade 2); e de expedientes sintáticos do português (Unidades 3, 4, 5 e 6). O objetivo comum de todas essas unidades tem em vista o ensino-aprendizagem da sintaxe da língua portuguesa.

O programa, assim, reúne conteúdos sobre sintaxe numa perspectiva filológica e linguística, tendo em vista estudos diacrônicos e sincrônicos realizados sobre fatos sintáticos da língua portuguesa. Em cada uma das unidades, as atividades desenvolvidas procuram dar suporte teórico e prático aos assuntos nelas explorados para que os alunos tenham a oportunidade de conhecer o funcionamento da sintaxe portuguesa de forma sistemática. Em cumprimento a esse intento, textos de diferentes correntes de pensamento acerca dos estudos da linguagem subsidiam as orientações aqui expostas.

NAS LÍNGUAS

A SINTAXE

u n i d a d e 1

A LINGUÍSTICA COMO **CIÊNCIA**

a t i v i d a d e 1

LINGUÍSTICA

Em geral, os dicionários definem linguística como “a ciência da língua” ou “o específico estudo da língua”. Em palavras mais cautelosas ela é o “ramo do conhecimento que lida com a língua”, anexando fala, discurso, as relações da língua com o indivíduo e o mundo, visando elaborar modelos de produção, comunicação e compreensão desses discursos.

LÍNGUAS HUMANAS

termo que entra em concorrência com outros (dialetos, falares, patoás) que também designam sistemas de comunicação linguísticos. Língua humana pode ser tomado como sinônimo de língua natural em oposição à expressão língua artificial.

SISTEMA LINGUÍSTICO

uma língua específica em um momento específico; visto na captação de sua história, do uso em ocasiões específicas por indivíduos específicos, de outros sistemas de cultura, conhecimento, etc.

EXPRESSÃO VERBAL

Expressão por meio de palavras orais ou escritas.

SIGNIFICADO

conteúdo semântico de um signo linguístico; acepção, sentido, significação, conceito, noção; na terminologia saussuriana, a face do signo linguístico que corresponde ao conceito, conteúdo.

GRAMÁTICA

é uma palavra que tem várias acepções em linguística. Duas delas são: (Trask, p.121): a. O sistema pelo qual as palavras e morfemas de uma língua são organizados em unidades maiores, especialmente em frases, percebida como existente independentemente de qualquer tentativa de descrevê-lo; descrição particular de um sistema, como consubstanciado em um conjunto de regras; campo da linguística que lida com a construção de descrições e com a investigação de suas propriedades, convencionalmente dividido em morfologia a sintaxe. b. (Matthews, p. 150): Qualquer sistematização da estrutura de uma língua; os padrões que ela descreve; campo da linguística que se ocupa de tais padrões.

OBJETIVOS

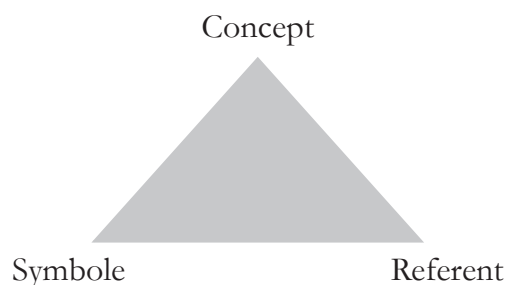
Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- reconhecer a linguagem como o objeto de estudo da linguística;
- conhecer os principais movimentos de estudo e de pesquisa linguística dos séculos passados até o presente;
- compreender que um fenômeno linguístico pode ser estudado a partir de diferentes perspectivas teóricas.

A linguística

A **linguística** é o estudo científico da linguagem humana, cuja natureza foi uma das grandes metas dos estudos de Platão e Aristóteles, bem como de outros filósofos gregos e indianos. (Ver Ferreira, 2008, p. 55-84.)

Dentre as inúmeras características das **línguas humanas**, queremos ressaltar o fato de todo **sistema linguístico** ter como função fundamental o relacionamento entre **expressão**, **significado** e contexto, pois, em uma situação de comunicação, o significado de uma expressão ganha nuances pretendidas pelo falante, condicionadas pelo contexto. Podemos pensar, assim, que a **gramática** de uma língua pode ser descrita por meio de um triângulo conforme a figura abaixo:



Triângulo de C. Ogden e I. Richards
(The Meaning of Meaning, 1923 apud Zemmour (2004, p.32).

A expressão engloba palavras, frases, pronúncia e entonação. O significado, portanto, relaciona-se aos sentidos e referentes desses elementos da expressão. O contexto refere-se à situação em que a expressão é proferida. É englobado pelo contexto, por exemplo, o conhecimento de mundo partilhado pelo falante e ouvinte e as representações sociais (pai, chefe, professor) que o falante tem do ouvinte.

Uma língua é geralmente vista como um veículo do pensamento, um sistema de expressão que intermedeia a transferência de pensamentos de uma pessoa para outras nas mais diversas situações de interação social.

A linguagem é, portanto, a capacidade humana de fazer uso de uma ou mais línguas. Tal capacidade nos torna seres únicos. Outras espécies animais podem ter a capacidade de se comunicar usando sons e gestos; algumas dessas podem até adquirir alguns aspectos da linguagem humana, mas não se comparam aos seres humanos no que diz respeito à capacidade de criar e utilizar sistemas de comunicação altamente complexos para expressar pensamentos e comunicar-se. Essa capacidade é partilhada por pessoas ouvintes e por pessoas não-ouvintes e se manifesta desde a aquisição da linguagem.

Certamente, se você já teve algum contato com uma criança que está aprendendo a falar, já a viu formular hipóteses acerca da língua por meio da qual ela procura interagir. Por exemplo, não é raro ouvirmos crianças dizendo “eu fazi” em vez de dizer “eu fiz”. O que ocorre em situações como essas é a construção de hipóteses, por parte das crianças-aprendizes de língua portuguesa como língua materna, sobre o funcionamento dos verbos irregulares. A criança ouve exemplos como “eu comi”, “eu dormi”, “eu caí” e aplica a verbos como “fazer”, que é irregular, a mesma terminação no tempo passado. Por meio de tentativas assim, as crianças expressam seu conhecimento gramatical sobre sua língua. Observações semelhantes se verificam na aquisição de qualquer língua do mundo como língua materna.

Você também já deve ter se dado conta de que a linguagem reflete as representações sociais que o falante tem de seu destinatário que são indispensáveis para as interações sociais em uma sociedade. Os seres humanos assumem diferentes papéis em diferentes momentos e diferentes situações na sociedade. Você, em alguns momentos, é aluno, é profissional, é parente ou amigo de alguém, dentre outros papéis sociais, não é?

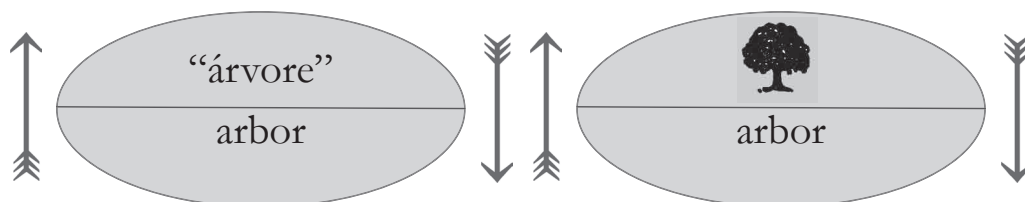
Além do mais, você já deve ter observado que nós falamos diferente conforme o lugar de origem (geográfica e socialmente falando), o lugar onde ocorre a conversa, o conteúdo a ser expresso e a necessidade de adequar a linguagem à pessoa com quem falamos. Por exemplo: paraenses do sudeste do estado tendem a falar com um sotaque diferente do sotaque de paraenses de Belém; a conversa entre companheiros que jogam futebol semanalmente é distinta da conversa entre um funcionário do Banco do Brasil e seu gerente; dois advogados conversando em uma lanchonete provavelmente falam de

um modo distinto de quando estão atuando em um tribunal de júri. Essa observação é real para todas as línguas humanas.

Uma língua é um fenômeno extremamente complexo e se constitui de signos. Você já teve contato com esse aspecto da linguagem anteriormente, quando cursou as disciplinas Filosofia da Linguagem (Ferreira, 2008, p. 55-84) e Estudos da Enunciação (Cunha e Pessoa, 2007, p. 56).

O signo linguístico é constituído, *grossa modo*, de forma e de significado. Conforme Saussure, em seu Curso de Linguística Geral ([1927] 2000, p. 80), “ele [signo] não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som”.

Para Saussure, então, o signo linguístico é uma entidade psíquica de duas faces, como uma moeda que apresenta ‘cara’ e ‘coroa’. De um lado, temos o significado ou o conceito e, de outro, o significante ou a imagem acústica. Observe a figura que representaria tal formulação acerca do signo linguístico:



(Saussure ([1927], 2000, p.80-81)

O laço existente entre o significante e o significado de um signo linguístico é arbitrário. Ou seja, a ideia de “menino” não está relacionada à sequência de sons “m-e-n-i-n-o”, que é o seu significante. A relação entre eles é, portanto, arbitrária no sentido de não haver nenhum laço natural entre o significante e o significado. Isso se confirma pelo fato de em outras línguas uma sequência como “m-e-n-i-n-o” ser codificada por sequências distintas de sons. Em francês, por exemplo, menino é “g-a-r-ç-o-n” e em inglês é “b-o-y”.

Você também já deve saber que todo ser humano, ao fazer uso de sua capacidade humana de linguagem, manipula elementos complexos de sua língua, a fim de expressar pensamentos que podem variar dos mais simples até os mais complexos. Essa capacidade também permite que todo ser humano entenda e formule frases nunca ouvidas e construídas antes.

Além disso, todas as línguas humanas são variáveis e possibilitam escolhas individuais do falante, bem como refletem aspectos culturais e sociais de uma comunidade. Assim, um linguista é um cientista que investiga a linguagem humana em todas as suas facetas: sua aquisição pelos seres humanos, sua estrutura, seu uso, sua história, seu lugar na sociedade.

1 Definindo ‘linguagem’

Há muitas definições de linguagem. Lyons (1981, p.17), em seu livro *Lingua(gem) e Linguística*, reúne várias definições de linguagem, apontando para o fato de tais definições salientarem um ou mais pontos que os linguistas consideram essenciais.

Saussure ([1927] 2000) observa várias características da língua e da linguagem ao tratar do objeto da linguística. Destacamos aqui algumas: o fato de a linguagem ter um lado individual e um lado social, “sendo impossível conceber um sem o outro.” (p.16); o fato de a linguagem implicar ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado. A primeira dessas características refere-se ao caráter comunicativo, considerado como um primeiro objetivo da linguagem, por meio da qual estamos em constante interação com outros indivíduos em sociedade. E a segunda ao caráter permanente e evolutivo da linguagem. Daí a razão de Saussure ter postulado a dicotomia diacronia/sincronia. Para ele, o aspecto sincrônico ou atual de uma língua prevalece sobre o diacrônico, uma vez que, para a massa falante, tal aspecto constitui a realidade da língua naquele momento. Da perspectiva diacrônica, o linguista observa uma série de acontecimentos que atuaram para modificar uma língua.

Sapir (1929, p.8 *apud* Lyons, *op. cit.*), antropólogo interessado em línguas indígenas das Américas, língua em sociedade e cultura, define linguagem da seguinte forma: “A linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem idéias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos”. De acordo com Lyons (1981, p.17), essa definição não abarca todos os campos que podem ser cobertos pelo uso da linguagem. Por mais que se tenha uma concepção ampla de palavras como “ideia”, “emoção” e “desejo”, há muito mais que pode ser comunicado pela linguagem, não é mesmo?

Hall (1968, p. 158 *apud* Lyons, 1981, p.17) define linguagem como “a instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários orais-auditivos habitualmente utilizados”. Nessa definição são mencionados fatores de comunicação e interação. Além disso, o termo “oral-auditivo” pode ser

entendido como equivalente de “vocal”, acrescentando-se que oral-auditivo faz menção ao falante e ao ouvinte, ou seja, tanto ao emissor quanto ao receptor dos sinais vocais.

Chomsky (1957, p.13) assim define língua(gem): “Doravante considerarei uma língua(gem) como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos.” A definição de Chomsky foi retirada de seu livro *Syntactic Structures*, publicado em 1957, que marca o início de um movimento de estudos e pesquisas em linguística conhecido como Gramática Transformacional ou Gerativismo ou ainda Gramática Gerativa. A definição de Chomsky tem implícita a possibilidade de abrangência de línguas naturais e artificiais.

Chomsky formulou sua definição com base na pressuposição de que as línguas têm propriedades estruturais específicas, abstratas e complexas. Como evidência disso, ele afirma que as crianças não poderiam aprender uma língua a partir do nada. Logo, a criança precisaria conhecer de alguma forma tais propriedades linguísticas. Outro aspecto que diferencia sua definição das de outros autores é o fato de Chomsky não mencionar o aspecto comunicativo da linguagem. O destaque é dado mesmo às propriedades puramente estruturais das línguas.

Veja que nenhuma das definições aqui apresentadas explicita o que seja propriamente o fenômeno linguagem. Cada definição de linguagem com que você pode se deparar é concebida em conformidade com o arcabouço teórico ao qual um dado estudioso se filia. No caso de Chomsky, por exemplo, o aspecto comunicativo não foi considerado em sua definição pelo fato de a teoria gerativa ser uma perspectiva de estudo de línguas que não tem como princípio observar a interação entre os indivíduos que utilizam uma dada língua. Por essa razão, afirmamos que um determinado fenômeno pode ser estudado e pesquisado a partir de perspectivas distintas, que incluem objetivos específicos.

Sendo o gerativismo uma corrente de estudos formalista, a definição de Chomsky traz implícita a possibilidade de se investigar uma língua de uma perspectiva matematicamente precisa.

É preciso estarmos atentos também ao fato de poder se utilizar o termo linguagem para fazer referência a outros sistemas de comunicação, notação ou cálculo. Por exemplo, como afirma Lyons (1981, p.17), “matemáticos, lógicos e engenheiros de sistemas frequentemente elaboram, por motivos específicos, sistemas de notação que, legítima ou ilegitimamente chamados de linguagens, são artificiais e não naturais”. Porém está claro que o objeto de estudo da linguística não é esse tipo de linguagem, bem como também não engloba outras formas de linguagens que são naturais, mas não são “linguagem” no sentido estrito, isto é, no sentido que temos estudado até o

momento. Alguns exemplos disso são expressões que se ouvem diariamente, tais como: “língua corporal” ou “língua das abelhas” ou “língua das formigas”. Usos dessa natureza são metafóricos e não constituem o objeto de estudo da ciência linguística.

A seguir, veremos um pouco mais sobre alguns estudiosos que se destacaram nesse campo de estudos sobre a língua e faremos um breve percurso sobre os avanços nessa área.

2 De Panini a Chomsky: um percurso da ciência linguística

Como você já teve oportunidade de estudar, o interesse pela língua humana é muito antigo. Gregos e romanos escreveram gramáticas, buscando discutir questões relativas aos sons das línguas e sua estrutura de palavras e sentenças. Da mesma forma, indianos, chineses e árabes também contribuíram para a compreensão da língua humana, embora pouco tenha sido divulgado acerca desses estudos. Dentre eles, destaca-se Panini, um estudioso que fez estudos refinados da fonologia do sânscrito.

A tradição pós-socrática pode ser usada como ponto de partida da história da linguística. Já havia as primeiras ideias acerca do **universalismo** e do **mentalismo**. Através do mentalismo, estavam os **silogismos aristotélicos** e a retórica, concebidos como regras da língua humana e dos modos de pensamento humano. Por meio desses estudos, a língua grega foi implicitamente vista (embora sem muita atenção à sintaxe) como uma norma universal humana.

As mesmas hipóteses implícitas permaneceram no período latino medieval e da tradição france-

UNIVERSALISMO

Contrariamente aos relativistas, que defendem a teoria de que cada língua corresponde a uma cultura e, na sua versão mais forte, a tradução seria impossível. Os seguidores dessa teoria consideram que o ser humano já vem equipado para adquirir a língua, não importa qual seja, permitindo a aquisição rápida da modalidade da língua falada no ambiente que o rodeia nos primeiros anos de vida. Segundo esta teoria, o homem possui algum dom inato que lhe permite reconhecer rapidamente certos elementos linguísticos, presentes em qualquer língua: os universais linguísticos (a arbitrariedade, a dualidade, a descontinuidade e a produtividade). As línguas humanas possuem propriedades comuns, mesmo não tendo tido qualquer contato que permita atribuir essas características comuns à difusão cultural.

MENTALISMO

Teoria que defende que a fonte principal do conhecimento humano é a mente, uma vez que a nossa percepção e compreensão do mundo externo residem no preenchimento de certas proposições e princípios da interpretação, que são inatos, e não derivados da experiência. Segundo este ponto de vista, os seres humanos recebem um número de faculdades específicas, dentre estas, inclui-se a faculdade da língua, cujo papel crucial é permitir a aquisição do conhecimento. Estas faculdades não seriam determinadas por estímulos, mas pertencentes a uma herança linguística genética comum a toda espécie humana. O ponto de vista racionalista se distingue do empirismo por dar importância “a estruturas intrínsecas nas operações mentais, a processos centrais e princípios de organização na percepção, e a ideias e princípios inatos na aprendizagem” [Chomsky, 1973:28].

SILOGISMO ARISTOTÉLICO

trio de proposições declarativas que se conectam de tal modo que a partir das duas primeiras, chamadas premissas, é possível deduzir uma conclusão. A é B, C é A, portanto C é B. O exemplo clássico de um silogismo aristotélico é:

A: Todo homem é mortal (premissa maior)
B: Sócrates é homem (premissa menor)
C: Sócrates é mortal (conclusão)

LÓGICO-RETÓRICO

pode ser considerada uma parte de estudos da linguagem que pretende fazer o interlocutor convencer-se de que o emissor está correto. A Retórica não visa distinguir o que é verdadeiro ou certo, mas fazer com que o próprio receptor da mensagem chegue sozinho à conclusão de que a ideia implícita no discurso representa o verdadeiro ou o certo.

NEOGRAMÁTICOS

geração de linguistas da Universidade de Leipzig que estabeleceu uma orientação metodológica diferente para a mudança lingüística, questionando certos pressupostos tradicionais da prática histórico-comparativa. A fonética passa a explicar as transformações linguísticas, a língua não pode ser estudada em separado da fala.

sa *Port Royal da Grammaire Générale et Raisonnée*. O conceito de “gramática” permaneceu **lógico-retórico**; nenhuma atenção foi dada à estrutura sintática nem à diversidade linguística.

O movimento dos **neogramáticos** no século XIX marca a primeira tentativa sistemática da tradição ocidental para lidar com a estrutura linguística e a diversidade linguística em morfossintaxe e em fonologia. Os neogramáticos foram responsáveis pelo nascimento da linguística tipológica, da linguística comparativa e da reconstrução histórica. O impacto dessa nova forma de se estudar as línguas foi imenso.

Assim, no século XIX, os estudos linguísticos centraram-se em estudos históricos-comparativos, os quais comparavam diferentes línguas a fim de verificar se elas tinham uma origem comum. Para isto, o método comparativo e a reconstrução histórica eram utilizados.

Os estudos tipológicos também foram marcantes naquele período. Em sentido amplo, a tipologia ocupa-se da classificação de quaisquer atividades humanas, e, em se tratando especificamente de linguística tipológica, considera-se

a análise, por meio da comparação de padrões e princípios, que são identificados como centrais nas línguas, tais como, por exemplo, a sentença simples e seus constituintes e os processos como regência, modificação e subordinação. A importância de um estudo dessa natureza para a ciência linguística é a identificação de determinados tipos de línguas, por meio do reconhecimento de padrões e processos comuns entre elas.

Saussure (1857-1913), linguista genebrino, além de estudar linguística histórica, estudou também os princípios estruturais da linguagem e das línguas humanas, alguns dos quais estamos estudando nesta unidade. Ele fundou com isso uma corrente de estudos ainda hoje conhecida como Estruturalismo (Cunha & Pessoa, 2007, p. 44-53).

Saussure (1857-1913) estabeleceu várias dicotomias que são noções ainda bastante usadas na atualidade em Linguística. A separação entre “*langue*” e “*parole*”, para ele, entendendo-se “*langue*” como o sistema linguístico e “*parole*” como sua expressão real ou o uso desse sistema no dia-a-dia, foi o primeiro passo na idealização e na abstração de dados linguísticos, seguidos pela separação entre sincronia, que observa um fenômeno linguístico em seu “estado atual”, e diacronia, que estuda um dado fenômeno a partir do “*continuum* da mudança”. Ou seja, no primeiro caso, um linguista estuda um fenômeno no momento atual da língua, sem considerar a evolução dela.

Outra dicotomia estabelecida por Saussure, que é bastante importante para os estudos sintáticos, é a distinção entre relações sintagmáticas e paradigmáticas. Dentre algumas características que Saussure ([1927]2000), p.142-3) arrola para as noções sintagma e paradigma, temos que o sintagma

se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas (por exemplo: *re-ler, contra todos; a vida humana; Deus é bom; se fizer bom tempo, sairemos* etc.). Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos.

E mais:

“A relação sintagmática existe *in praesentia*, repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual. Desse duplo ponto de vista, uma unidade linguística é comparável a uma parte determinada de um edifício, uma coluna, por exemplo; a coluna se acha, de um lado, numa certa relação com a arquitrave que a sustém; essa disposição de duas unidades igualmente presentes no espaço faz pensar na relação sintagmática; de outro lado, se a coluna é de ordem dórica, ela evoca a comparação mental com outras ordens (jônica, coríntia etc.), que são elementos não presentes no espaço: a relação é associativa.”

Essas dicotomias são amplamente compatíveis com o conceito de estrutura como uma entidade abstrata, discreta e idealizada, retirada de fatos que se relacionam à função comunicativa.

No século seguinte, linguistas americanos e europeus debruçaram-se tanto sobre os estudos sincrônicos de línguas quanto sobre o desenvolvimento de métodos empíricos para a análise de dados dessas línguas, tendo em vista seus inúmeros aspectos constitutivos e seus usos.

Na primeira metade do século, Sapir (1884-1939) trabalhou com dados e professou que qualquer teoria linguística deveria dar conta da representação mental do conhecimento linguístico – sua realidade psicológica.

Do mesmo modo, Bloomfield (1887-1949), linguista comparativista e seguidor das ideias do *behaviorismo*, nome que se destacou no Estruturalismo Americano, defendeu a ideia de uma visão que exclui qualquer preocupação com a representação mental da linguagem e da mente em si mesma.

IN PRAESENTIA/IN ABSENTIA

dado um significado linguístico – uma palavra, uma frase, um morfema, uma sentença – esse sinal pode ser *in praesentia* se considerado como parte de um texto real que estamos a tratar; ao mesmo tempo em que poderia ser *in absentia*, se for uma parte relevante de possíveis textos que pode ser associada a outro.

BEHAVIORISMO

ramo experimental e puramente objetivo da ciência natural cuja meta é a previsão e controle do comportamento.

Na Europa, Jakobson (1896-1982), um dos fundadores da Escola de Linguística de Praga, contribuiu substancialmente para desenvolver o novo campo de estudos, com uma abordagem acerca das funções da linguagem.

Com a publicação do livro *Estruturas Sintáticas*, Chomsky (1957) inaugurou uma teoria científica voltada para explicar a base biológica da aquisição da linguagem, a representação e o uso da linguagem humana e os princípios universais que regem as línguas do mundo. (Ver volume 1, Estudos da Enunciação, p. 17.)

Para Chomsky (1957), conhecer uma língua significa conjugar sons (ou gestos em línguas de sinais) com seus significados para expressar e entender pensamentos (por meio da fala ou dos gestos). Isto requer, além da maestria para usar regras gramaticais, também a competência no uso das sentenças estruturadas por essas regras, além do conhecimento dos vários contextos desses usos.

Entre os vários conceitos criados por ele, temos o de competência gramatical, que é o conhecimento implícito que o falante tem da língua – de seu vocabulário, pronúncia, estrutura sentencial e significado. Já a competência comunicativa, noção apresentada primeiramente por Dell Hymes (1966), é o conhecimento sobre o uso apropriado da competência gramatical em situações comunicativas. Ou seja, trata-se da adequação de nossa fala a um dado contexto e situação social.

Chomsky (1957) substituiu a dicotomia saussureana *langue/parole* pela dicotomia competência/desempenho. A competência é equivalente, *grosso modo*, à *langue* e o desempenho, à *parole*. Mas há uma diferença crucial entre tais termos: a competência não é um fato social, é o conhecimento que o falante possui do sistema linguístico de sua língua. O desempenho está bem próximo à noção de *parole*, uma vez que ambas as noções se referem ao ato linguístico individual.

É muito interessante observar que essa substituição implica uma mudança na concepção linguística. Para Lobato (1986, p. 48),

a substituição da dicotomia *langue/parole* pela dicotomia competência/desempenho pode ser vista como uma mudança na perspectiva filosófica da teoria linguística: na visão saussureana, as línguas são, antes de tudo, instituições humanas visando à interação social, ao passo que na visão chomskyana, antes de ter a função comunicativa, as línguas têm a função de ser *expressão do pensamento* (função cognitiva). Ao considerar que a função primordial das línguas naturais é a comunicação, o que ele faz implicitamente, Saussure insere a linguística no contexto mais amplo das ciências sociais. Ao considerar que a função mais básica das línguas é a expressão do pensamento, sendo a função de comunicação um *uso* posterior, Chomsky insere a linguística no âmbito da psicologia cognitiva.

De uma forma geral, podemos observar que Saussure aproximou a Linguística das ciências sociais como um todo, ao conceber a língua como um fato social, enquanto

Chomsky aproximou a Linguística dessas ciências sociais, a Psicologia, ao postular que a língua é um fato de caráter cognitivo.

Para Chomsky, o conhecimento linguístico como representado na mente do falante é chamado de Gramática. Contudo, é importante frisar que a palavra Gramática tem várias acepções na área de estudos linguísticos. A palavra “gramática”, muitas vezes, é utilizada no sentido de sintaxe, isto é, estudo das relações entre as palavras considerando a organização dessas no discurso. Releia o volume 1, Estudos da Enunciação (Cunha & Pessoa, 2007, p.26-32) para relembrar outras acepções do termo gramática.

A partir da visão aqui apresentada sobre os estudos linguísticos que têm a linguagem como objeto, é preciso que você saiba que uma teoria linguística tem como objetivo apresentar a natureza da gramática mental que representa o conhecimento do falante acerca de sua língua. Uma gramática inclui tudo o que alguém sabe sobre sua língua – seu léxico (as palavras ou vocabulário em seu léxico mental), sua morfologia (a estrutura das palavras), sua sintaxe (a estrutura dos sintagmas e sentenças), sua semântica (o significado das palavras e das sentenças) e sua fonética e fonologia (os sons e os sistemas ou padrões de sons). Vale dizer que o falante pode não saber a nomenclatura utilizada para tais partes que compõem a gramática de sua língua, embora faça uso dela sem nenhum problema.

Uma teoria gramatical especifica a natureza de cada um desses componentes (o fonético-fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico) e os aspectos universais de todas as gramáticas. Cada diferente conhecimento linguístico constitui um componente de nossa gramática mental e esse conhecimento é inconsciente. Ou seja, utilizamos as propriedades estruturais da língua sem nos darmos conta disso.

Muitos de nós, ao começarmos a estudar linguística, não percebíamos a extensão da complexidade do conhecimento linguístico. A linguagem é uma capacidade humana tão presente em nossas vidas que raramente paramos para refletir sobre ela. Fazemos uso da linguagem o tempo todo, mesmo quando, sozinhos, dialogamos conosco. Usamos a linguagem quando sonhamos, quando escrevemos, quando conversamos. E muitas vezes sem atentar para o quão complexa ela é. Você já havia parado para pensar sobre a linguagem dessa perspectiva? Provavelmente, não. Pois bem, um dos objetivos desta disciplina é estudar sistematicamente aspectos que coexistem em todas as línguas humanas. A Sintaxe, por exemplo, ocupa-se em estudar de que modo as palavras (de diferentes classes) se juntam, formando unidades maiores que têm funções bem marcadas no discurso. É disso que vamos nos ocupar a partir de agora.

EXERCÍCIO

1. Faça um esquema da divisão dos períodos dos estudos linguísticos, anotando fatos e nomes de estudiosos importantes para essa periodização.
2. Considere as várias definições de gramática encontradas ao longo do texto. A que se refere cada uma delas?
3. Como se constitui uma língua humana?
4. Diga, com suas palavras, com base no texto que acabou de ler, que componentes constituem uma língua humana.

AUTOAVALIAÇÃO

Convido-o(a) a se autoavaliar neste momento. Reflita sobre o fenômeno da linguagem, sua complexidade e constituição. As diversas perspectivas para se observar a linguagem relacionam-se às diferentes concepções que se tem delas. Pense agora na importância da compreensão desses fatos para sua formação profissional na área de Letras e para sua atuação como professor de língua materna. Redija um texto em que você exponha aquilo que mais chamou sua atenção nesta unidade, indicando as razões disso.

BIBLIOGRAFIA

- CUNHA, A. L. A.; PESSOA, F. C. C. *Estudos da enunciação*. EDUFPA. Belém. V.1. 2007.
- DEPARTMENT OF LINGUISTICS. THE OHIO STATE UNIVERSITY. *Language Files. Materials for an introduction to language and linguistics*. 9th edition. Columbus, EUA: The Ohio State University Press, 2004.
- FERREIRA, José Edison. *Filosofia da Linguagem*. EDUFPA. Belém. V.2. 2008.
- FROMKIN, Victoria (ed.). *Linguistics. An introduction to linguistic theory*. Massachusetts, EUA: Blackwell, 2000.
- LEHMANN, Winfred P. (ed.). *Syntactic Typology. Studies in the Phenomenology of Language*. Austin/London: University of Texas Press, 1982.
- LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. *Sintaxe Gerativa do Português. Da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Ed. Vigília, 1986.
- LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

RESUMO DA ATIVIDADE 1

Apresenta-se nesta atividade que a linguagem é um fenômeno complexo e que constitui o objeto da Linguística como a ciência que se ocupa desse fenômeno. Apresentam-se também os principais movimentos de estudo e de pesquisa linguística dos séculos passados até o presente, as definições de linguagem sob a ótica de diferentes autores da área e um breve percurso histórico da ciência da linguagem, e diferentes abordagens teóricas por meio das quais o fenômeno linguístico pode ser investigado.

RELAÇÕES LINGUÍSTICAS: FUNÇÕES GRAMATICAIS

a t i v i d a d e 2

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- reconhecer que as relações gramaticais têm funções universais na comunicação;
- conceituar o que são funções e relações gramaticais;
- conhecer as principais funções gramaticais das línguas humanas;
- definir as funções e relações gramaticais em termos de propriedades formais específicas de línguas humanas (orais-auditivas ou viso-gestuais).

1. Delimitação do termo função

Muito bem, você está avançando na disciplina Sintaxe. Na atividade anterior, você estudou acerca do percurso histórico da ciência lingüística. Nesta atividade, vamos nos debruçar sobre um aspecto da linguagem ainda mais instigante: as funções e relações gramaticais.

Começemos nosso trabalho, pensando sobre a palavra função. De posse de um dicionário comum de língua portuguesa, como o Houaiss ou o Aurélio, você poderá observar que a palavra função é apresentada em um verbete bastante extenso, que assim se justifica pelo fato de fazer considerações a várias áreas do conhecimento humano.

Definições comuns do termo função são: (1) “atividade natural ou característica de algo (elemento, órgão, engrenagem etc.) que integra um conjunto ou o próprio conjunto”; (2) “obrigação a cumprir, papel a desempenhar, pelo indivíduo ou por uma instituição <f. de mediador em um conflito> <f. do legislativo; do judiciário etc.>”, dentre outras.

A professora Flávia de Barros Carone (1986), em seu livro *Morfossintaxe*, afirma que a palavra função habitualmente ocorre, em se tratando dos estudos linguísticos, relacionada somente aos estudos de sintaxe.

A professora Maria Helena de Moura Neves (1997, p. 5), ao discutir o sentido do termo função, apresenta a definição adotada pela Sociedade Internacional de Linguística Funcional (SILF): “o valor de ‘papel’ ou de ‘utilidade de um objeto ou de um comportamento’”. Neves (1997, p. 5), citando Martinet (1994, p. 13 *apud* Moura Neves, 1997, p.5-6), que fundou a SILF, o termo *funcional* só tem sentido para os linguistas “em referência ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros”.

Vamos ler um trecho do capítulo em que Neves (1997, p. 6) apresenta uma discussão acerca do termo função,

Diz Dillinger (1991) que, no estudo da linguagem, não se usa *função* em seu sentido matemático de uma relação especial entre dois conjuntos na qual *todos* os elementos de um conjunto (o domínio) têm *apenas um* elemento correspondente no outro conjunto (o contradomínio). Pelo contrário, na linguística o termo função se refere aos casos que a **álgebra** denomina como relações (Dillinger cita Brainerd, 1971 e Wall, 1972), casos em que alguns elementos do domínio teriam *nenhum* ou *mais de um* elemento correspondente no contradomínio. Assim na linguística usa-se *função* no sentido de “relação”. E em relação às línguas (Dillinger cita Garvin, 1978), *função* pode designar as relações:

- a) entre uma forma e outra (função interna);
- b) entre uma forma e seu significado (função semântica);
- c) entre o sistema de formas e seu contexto (função externa).

ÁLGEBRA

parte da matemática elementar que generaliza a aritmética, introduzindo as variáveis que representam os números.

Vemos, então, que, se há uma relação entre dois termos em uma sentença, um tem uma função face ao outro. Por exemplo: em “Pedro saiu”, o termo Pedro *funciona* como o sujeito, enquanto saiu *funciona* como predicado. Você deve estar pensando que já viu algo semelhante nos estudos que realizou da perspectiva da gramática normativa. É verdade. Todavia, embora agora seus estudos estejam sendo realizados em uma outra perspectiva – a linguística –, há semelhanças entre alguns aspectos dessas visões, uma vez que muito do que sabemos hoje tem grande relação com a tradição gramatical greco-romana.

Na ilustração abaixo, observa-se que o aluno identifica o sujeito não pela relação deste com outro termo da sentença, mas, sim, por meio de um conhecimento pragmático.



2. Funções gramaticais

Vamos assumir neste momento que sentença e oração são, *grasso modo*, sinônimos.

A partir daí, afirmaremos que toda sentença declarativa simples conmpõe-se de dois **constituintes** obrigatórios: sujeito e predicado. Além disso, pode conter um ou mais adjuntos, que são constituintes facultativos, estruturalmente dispensáveis (que se referem a lugar, tempo, modo, causa etc.).

Sujeito e predicado são, portanto, os núcleos da sentença. São constituintes nucleares; enquanto os adjuntos são extranucleares, isto é, estão fora do que se concebe como núcleo. Logicamente os adjuntos acrescentam informações a uma sentença, con-

tudo essa informação veiculada pelos adjuntos não é a mais fundamental para a compreensão de um enunciado. Tudo bem até aqui?

Veja que as relações gramaticais são relações que se estabelecem entre **argumentos** e predicados em um nível da estrutura linguística que é postulado como independente de influências semânticas e pragmáticas. Termos comuns usados para referir relações gramaticais são: (a) sujeito; (b) objeto direto; (c) objeto indireto.

Para a linguística, é importante

1. reconhecer que as relações gramaticais têm funções universais na comunicação,
2. e que, ao mesmo tempo, é necessário defini-las em termos de propriedades formais específicas de línguas humanas (sejam elas **orais-auditivas** ou **viso-gestuais**, como é o caso da **LIBRAS**).

É possível reconhecer propriedades das relações gramaticais nas línguas humanas. Entre essas podemos citar: (i) marcação de caso; (ii) marcação referencial no participante (concordância) e a (iii) ordem dos constituintes.

As relações gramaticais, entretanto, não são expressões diretas de papéis semânticos e pragmáticos de constituintes da sentença, por isso é muito mais difícil observar essas relações desses pontos de vista.

As línguas do mundo tipicamente expressam muitos papéis semânticos por meio de relações gramaticais. Observe os exemplos abaixo:

CONSTITUINTES

parte maiores de uma oração. São constituintes sintáticos: o sujeito e o predicado. Mas também podem ser chamados de constituintes os vários sintagmas de uma oração, tais como o sintagma adverbial.

ARGUMENTOS

constituintes de uma oração que são solicitados pela estrutura argumental do verbo, por exemplo, um verbo transitivo direto e indireto, pede um sujeito e dois objetos – o direto e o indireto. Esses são os seus argumentos nominais.

LÍNGUAS ORAIS-AUDITIVAS

em oposição a línguas viso-gestuais, são línguas produzidas por meio da articulação oral e cuja recepção relaciona-se à audição de seus sinais.

LÍNGUAS VISO-GESTUAIS

uma língua de sinais é chamada de modalidade viso-gestual ou viso-espacial, uma vez que cada sinal apresenta ao menos três partes independentes: a localização, a configuração das mãos e o movimento.

LIBRAS

sigla que designa a Língua de Sinais Brasileira.

- | | |
|------------------------------------|-----------------------|
| (1) George abriu a porta. | Sujeito = Agente |
| (2) Esta chave abriu a porta. | Sujeito = Instrumento |
| (3) O vento abriu a porta. | Sujeito = Força |
| (4) A porta foi aberta pelo vento. | Sujeito = Paciente |

(exemplos traduzidos de Payne, 1999, p.131)

- | | |
|--------------------------------------|-----------------------|
| (1) George opened the door. | Sujeito = Agente |
| (2) This key opened the door. | Sujeito = Instrumento |
| (3) The wind opened the door. | Sujeito = Força |
| (4) The door was opened by the wind. | Sujeito = Paciente |

Observe que, nas diferentes sentenças acima, ao papel sintático do sujeito gramatical correspondem diferentes papéis semânticos: agente, instrumento, força e paciente.

É preocupação da linguística é reconhecer a interrelação entre papéis gramaticais, papéis semânticos e papéis pragmáticos, buscando as características **prototípicas** para as relações gramaticais, já que, como foi dito acima, descrever uma língua apenas com fundamentação em critérios semânticos e pragmáticos é muito mais difícil. Por exemplo: um sintagma nominal sujeito prototípico apresenta algumas características como:

- (1) é um agente semanticamente.
- (2) pode ser topicalizado (por meio de deslocamento ou de marcação morfológica).
- (3) é expresso como o sujeito gramatical, que se depreende considerando-se a concordância.

Você pode se perguntar sobre o que acontece se um sintagma nominal sujeito é menos agentivo, prototipicamente falando? As línguas apresentam vários casos desse tipo. Em inglês, por exemplo, em uma sentença como *John likes beans* 'João gosta de feijão', o sintagma nominal sujeito John é tratado da mesma forma que agentes de verbos como 'matar' ou 'comer' do ponto de vista gramatical.

Em espanhol, todavia, o sintagma nominal que expressa 'a pessoa que gosta (de algo)' é tratado gramaticalmente da mesma forma que um objeto indireto.

Ex.: me gusta la yuca 'eu gosto de mandioca'

Na sentença espanhola acima, o sujeito gramatical é yuca 'mandioca', como mostra a concordância do verbo com este em terceira pessoa, mas o sujeito, do ponto de vista semântico, é me 'gostador', que se apresenta no **dativo**.

PROTOTÍPICAS

típicas; modelos; padrões.

DATIVO

nome do caso do objeto indireto. Chama-se dativo em linguística, em geral, a todo oblíquo que está em uma posição estrutural semelhante à do objeto indireto.

O que podemos deduzir desses exemplos do espanhol e do inglês? Podemos deduzir que, em espanhol, o **experienciador** de sensações como ‘gostar’ é expresso por uma forma oblíqua na função de sujeito; enquanto em inglês esse experienciador é expresso por uma forma pronominal reta. Isso nos leva a concluir que as línguas hu-

manas apresentam comportamento diverso quando se trata de expressar relações gramaticais.

EXPERIENCIADOR

papel semântico referente à entidade ou ao ser que experimenta algo suscitado pelo verbo.

AGENTE

papel semântico referente à entidade ou ao ser que atua ou efetua a noção dada pelo verbo.

PACIENTE

papel semântico referente à entidade ou ao ser que sofre a ação ou processo dito pelo verbo.

ESTRUTURA ARGUMENTAL

configuração da estrutura de um verbo, conforme o tipo de argumentos por ele requeridos.

3. Sistema de Marcação de Caso

É a propriedade de línguas humanas por meio da qual as relações gramaticais apresentam uma marca discreta, ou não.

Para se estudar os sistemas de marcação de caso possíveis de ocorrerem nas línguas humanas, é preciso que trabalhem com a hipótese de que, em todas as línguas humanas, há dois tipos prototípicos de sentenças (tendo em vista os tipos de classes de verbos – transitivos e intransitivos) e, por isso, é conveniente identificar três papéis sintático-semânticos básicos: S, A e O, em que S é usado para indicar o sujeito de verbo intransitivo; A é usado para indicar o sujeito de verbo transitivo (o qual, protipicamente, é um **Agente**, daí o A) e O é usado para indicar o objeto do verbo transitivo (também tratado como P de **Paciente** por outros autores), conforme o tratamento dado por Dixon (1994, p. 6).

Essa hipótese é muito lógica. Veja bem: se você tem um verbo transitivo prototípico, quantos argumentos nominais você terá? Logicamente dois, a saber, um argumento nominal, que será o sujeito do verbo, e um outro que será seu objeto. E se o verbo é intransitivo prototípico, este somente projeta um argumento nominal, que funciona como seu sujeito. Esses argumentos o verbo os projeta por causa de sua **estrutura argumental**. Vamos tomar exemplos da língua portuguesa para esclarecer mais esse ponto.

(1) Orações com um argumento nominal, referidas como intransitivas:

S V

João saiu.

Maria caiu.

Pedro dança bem.

(2) Sentenças com dois ou mais argumentos nominais, referidas como transitivas:

A	V	O
João	cumprimentou	o cônsul.

Quando estudamos a sintaxe de uma língua, é necessário que observemos de que modo os papéis sintático-semânticos se comportam nessa língua. Em outras palavras, é necessário se observarem as sentenças transitivas e intransitivas, com atenção a esses papéis. Primeiramente, os dois tipos de sujeito – de verbos intransitivos e transitivos – ocorrem sempre codificados pela mesma forma pronominal? Em inglês é assim. Observe as sentenças:

Mary	came	here	yesterday.	‘Mary veio aqui ontem’
Mary	vir	aqui	ontem	
S				

She	came	here	yesterday.	‘Ela veio aqui ontem.’
Ela	vir	aqui	ontem	
S				

Mary	saw	me.	‘Mary me viu’
Mary	ver	1 ^a	
A		O	

She	saw	me.	‘Ela me viu.’
3 ^a	ver	1 ^a	
A		O	

I	saw	Mary.	‘Eu vi Mary’
Eu	ver	Mary.	
A		O	

I	saw	her.	‘Eu a vi’
1 ^a		3 ^a	
Eu		a	
*Me	saw	her	

Neste momento vamos nos focar somente nos verbos to come ‘vir’ e to see ‘ver’, sem considerar aspectos de tempo, aspecto e modo verbais. Esses verbos, to come ‘vir’ e to see ‘ver’, são intransitivo e transitivo, respectivamente. No caso da sentença intransitiva, temos a possibilidade de substituir o sintagma nominal sujeito Mary por she. Isto também é verdade para a sentença transitiva com o verbo to see, no que se

refere aos sujeitos. Porém, ao observarmos a ocorrência do objeto, vemos que a forma pronominal que aparece para codificar o objeto é diferente da forma pronominal que aparece em função de sujeito. Para a terceira pessoa do singular, temos o sujeito (S e A) ocorrendo como *she*, enquanto para o objeto ocorre a forma *her*. Do mesmo modo, *I* ocorre como sujeito do verbo transitivo e *me* como objeto do verbo transitivo. Está claro? Vamos sistematizar essas informações em um quadro.

Pronome Sujeito (A e S)	Pronome Objeto
I '1ª pessoa do singular'	me '1ª pessoa do singular'
She '3ª pessoa do singular'	Her '3ª pessoa do singular'

O que concluímos com base nesses exemplos? Concluímos que, em inglês, há, pelo menos, duas classes de pronomes: uma que ocorre na posição de sujeito de verbos e outra na posição de objeto de verbos transitivos. E que os sujeitos, tanto de um quanto de outro tipo de verbo, ocorrem com o mesmo tipo de pronome, que se difere do pronominal que ocorre em função de objeto, já que uma sentença como **Me saw her* não é boa em inglês.

Ainda em relação aos sistemas de marcação de caso, quando os sujeitos ou objetos são expressos por sintagmas nominais plenos, isto é, por nomes e não pronomes, esses sintagmas são marcados por uma preposição ou por uma posposição? Ou por uma marca específica que indique que aquele constituinte é o sujeito ou o objeto?

Você pode estar pensando: “Que coisa complicada!”. Mas eu asseguro a você que os falantes de uma língua, de todas as idades, origens, classes sociais, alfabetizados ou não, lidam com essas propriedades a todo momento. E você, aluno de um curso de Letras, estudante de Linguística, precisa conhecer essas questões a fim de compreender o funcionamento da sintaxe das línguas humanas.

Um fato que demonstra a importância de se estudar o sistema de marcação de caso é reconhecer que por meio desse sistema podemos determinar a que grupo linguístico as línguas se filiam.

AGRUPAMENTO OU ALINHAMENTO

no aspecto trabalhado nesta atividade, trata-se da fixação das relações entre os três papéis sintático-semânticos: sujeito de verbo intransitivo (S), sujeito de verbo transitivo (A) e objeto direto de verbo transitivo (O).

O professor Dixon (1994), um linguista australiano, que estudou o sistema de marcação de caso de várias línguas australianas, afirma ser possível se pensar em uma língua que trate os três papéis sintático (S, A e O) de modo distinto. Este seria um tipo de sistema de marcação de caso tripartido em que cada papel teria uma marca específica.

A forma de organização (ou de **alinhamento**) de S, A e O pode ser de dois tipos principalmente. Uma delas é aque-

la em que a relação gramatical de S e A funciona da mesma maneira, enquanto o O funciona de outra. Línguas como o português e o inglês, e línguas do grupo Quechua (faladas nas montanhas andinas na América do Sul) permitem que essa afirmação seja verificada, ressaltando-se que nas duas primeiras, a marcação é sintática e nas últimas é morfológica, conforme exemplo abaixo:

He left.	S = Agente	
S		
He hit him.	A = Agente	*Him hit he
A O	O = Paciente	
Ele saiu.	S = Agente	
S		
Ele o matou.	A = Agente	*O matou ele.
A O		

As línguas Quechua, de acordo com Payne (1999, p.134) manifestam esse sistema com marcação de caso morfológico, isto é, essas línguas têm marcas específicas para os papéis sintático-semânticos. Nos exemplos que seguem a mesma marca de caso {0} (zero) ocorre com os sintagmas nominais S e A. Uma outra marca de caso, {-ta}, ocorre nos sintagmas nominais objeto.

Juan-0	aywan.		‘Juan vai.embora’
Juan-NOM	vai.embora.		
S			
Juan-0	Pedro-ta	maqan.	‘Juan bate (em) Pedro.’
Juan-NOM	Pedro-ACUS	bate	
A	O		

Esse sistema de marcação de caso é conhecido como Nominativo-Acusativo. O nominativo é o caso associado aos papéis S e A e o acusativo ao papel O. Esse sistema parece ser plausível para falantes de línguas indo-européias. Contudo é possível haver outra forma de agrupar os papéis S, A e O. Observemos as sentenças abaixo da língua Dyirbal, falada no nordeste da Austrália (os dados de Dixon foram retirados de Payne, 1999, p. 155).

Numa	banaga-n ^y u	‘O pai retornou’
pai+ABS retornar-NF ¹		

LÍNGUAS INDO-EUROPÉIAS

diz-se do tronco ou do grupo de línguas aparentadas, faladas em parte da Ásia e em grande parte da Europa.

ABS= absoluto; NF= não-futuro; ERG= ergativo.

yabu	banaga-n ^ɔ u		‘A mãe retornou’
mãe+ABS	retornar-NF		
Numa	yabu-Ngu	bura-n	‘A mãe viu o pai’
pai+ABS	mãe+ERG	ver-NF	
yabu	Numa-Ngu	bura-n	‘O pai viu a mãe’
mãe+ABS	pai+ERG	ver-NF	

Vamos por partes. Observe que, nessa língua, um nome ocorre sem afixo, quando está em função S ou em função O. Esse é o caso absolutivo, cuja realização é marcada por {0}. A função de sujeitos de verbos transitivos, A, é marcada pelo caso ergativo, com terminação em {-ngu}.

Da mesma forma que em latim, na língua Dyirbal, as funções sintáticas são especificadas pela terminação de caso. Assim as palavras de qualquer sentença podem ser rearranjadas de qualquer forma, sem que haja quaisquer mudanças de significado. Isto contrasta com línguas como o inglês ou o português em que as funções sintáticas são mostradas pela ordem dos constituintes (S ou A vem antes do verbo e O vem depois) e uma mudança nessa ordem altera o significado da oração. Comparemos, por exemplo: “The master hears the slave” / “The slave hears the master”. Ou em português: “O menino matou a cobra” / “A cobra matou o menino”.

Muitas outras línguas do mundo apresentam um sistema de marcação de caso semelhante ao do Dyirbal, o qual é chamado Absolutivo-Ergativo, porque S e O são tratados da mesma forma, isto é, são marcados por {0}, enquanto A é marcado pelo sufixo {-ngu}. Observe os diagramas para recapitular o que você estudou:

$$S = A \neq O$$

Sistema Nominativo-Acusativo

$$S = O \neq A$$

Sistema Absolutivo-Ergativo

O termo ‘ergativo’, algumas vezes, pode ser usado para explicar a relação sintática de exemplos do tipo “A pedra moveu-se. (The stone moved.) / João moveu a pedra. (John moved the stone.)”. Mas este é um outro fenômeno, diferente do que acabamos de estudar. Por ora basta sabermos que aqui o termo ergativo será usado de acordo com Dixon (1994) para identificar o agrupamento da função A em oposição às funções S e O. Passemos agora ao estudo do mecanismo de ordem, uma outra propriedade usada pelas línguas humanas para marcar as relações e funções gramaticais.

4. Ordem

A noção de sentença parece tão intuitiva, tão central à nossa **concepção** de linguagem, que é quase incompreensível imaginar uma teoria de linguagem, sem incluí-la. E, segundo ele, há uma boa razão para essa intuição, porque uma porção significativa de **cognição** e raciocínio em seres humanos é **proposicional**. Ou seja, as pessoas combinam e manipulam conceitos ‘em pedaços’ que envolvem uma ou duas entidades conceituais e uma relação, atividade ou propriedade concernente a elas.

Ora, se quero dizer que “está muito quente aqui”, tenho a meu dispor os ‘pedaços’ de conceitos: lugar ‘aqui’, o valor que desejo atribuir à minha sensação ‘está muito quente’.

Assim, a comunicação tende a ser **multiproposicional**, consistindo de grupos de ‘pedaços’ de conceitos, cada um contribuindo com alguma parte da informação da mensagem a ser comunicada.

A sentença é a expressão linguística de uma proposição; uma proposição é uma noção conceitual, enquanto uma sentença é sua manifestação morfossintática.

Da mesma forma que proposições consistem de entidades e uma propriedade, atividade ou relação, sentenças tendem a consistir de nomes e de um elemento predicator, seja ele um elemento nominal (um nome), adjetival (um adjetivo) ou verbal (um verbo).

Dada essa caracterização de proposições, não há uma ordem “natural” óbvia imediata em que devam ser dispostas as partes componentes de uma proposição. Na verdade, com base em observações tipológicas, podemos dizer que a ordem em que o elemento predicator (o verbo ou V) e nomes relacionados ocorrem em sentenças varia consideravelmente de língua para língua, mas também em uma mesma língua. E para isso, entram em jogo aspectos relacionados à enunciação, à pragmática, à semântica, dentre outros, os quais não vamos observar em detalhes nesta atividade.

Em nossa disciplina, precisamos observar de que modo podemos fazer uso de nosso conhecimento sobre a ordem dos constituintes para reconhecer as funções e relações gramaticais.

Linguistas têm observado que as línguas caracterizam suas sentenças de modo peculiar; algumas línguas tendem a colocar o verbo no final da oração, outras no início e outras no meio.

CONCEPÇÃO

ponto de vista; modo de ver.

COGNIÇÃO

conjunto de unidades de saber da consciência que se baseiam em experiências sensoriais, representações, pensamentos e lembranças. As funções mentais podem ser de três tipos: afetivas, cognitivas e volitivas (relativas à vontade).

PROPOSICIONAL

relativo à proposição. Na lógica tradicional de matriz aristotélica, expressão linguística de uma operação mental (o juízo) composta de sujeito, verbo (sempre redutível ao verbo ser) e atributo, e passível de ser verdadeira ou falsa; enunciado.

MULTIPROPOSICIONAL

que contém várias proposições ou enunciados.

Só para você ter uma idéia, vamos tomar uma sentença que contenha um sujeito (S), um objeto (O) e um verbo (V) e vamos combinar esses elementos entre si em várias ordens possíveis de ocorrência.

Conseguiu? Pois é, se você encontrou seis ordens de constituintes possíveis para essa oração, você está correto!

Essas possíveis ordens dependem de como combinamos as ocorrências desses constituintes. Estas são: SOV, SVO, VSO, VOS, OSV e OVS. Não é isso mesmo? Mas não quer dizer que os falantes de uma língua escolham todas essas ordens frequentemente. As línguas podem geralmente ser caracterizadas de acordo com qual destas ordens é típica ou básica para si, isto é, as línguas apresentam uma ordem preferencial

para a ocorrência de seus constituintes. Os linguistas dizem, por exemplo, que a ordem básica (ou a ordem relativa ou ainda a ordem **canônica**) de uma sentença transitiva em inglês, é S-V-O.

CANÔNICA

que demonstra regularidade, certo, pontual. Diz-se da frase ou da construção que é conforme às normas mais habituais de uma gramática, consideradas básicas.

De um modo geral, as línguas humanas apresentam-se em dois grandes blocos: línguas de ordem rígida e línguas de ordem flexível.

Considerando-se a tipologia das línguas humanas, verificamos que a liberdade na ordem de ocorrência dos constituintes é possível sem afetar a semântica da sentença, porque os sintagmas estão marcados morfológicamente.

Observe os exemplos da língua árabe retirados de Hudson (2000, p.91):

ra/a-ti	l-bint-u	bajt-an	‘a garota viu a casa’
viu -3 ^a	a-garota-SUJ	casa-OBJ	
il-bint-u	bajt-an	ra/a-ti	‘a garota viu a casa’
a-garota-SUJ	casa-OBJ	viu -3 ^a	
bajt-an	ra/a-ti	l-bint-u	‘a garota viu a casa’
casa-OBJ	viu -3 ^a	a-garota-SUJ	

As diferentes versões de uma sentença seriam especialmente apropriadas para os diferentes contextos do discurso. Passemos agora ao estudo da concordância como uma propriedade que permite a identificação de funções e relações gramaticais.

5. Concordância

Para falar sobre concordância, vamos definir essa propriedade que ocorre em algumas línguas humanas. Tomando como base a definição de Trask (1999, p.12), di-

remos que a concordância é um fenômeno gramatical que afeta vários elementos em uma sentença. Ou seja, um item lexical que está em uma forma particular requer que um segundo item, com o qual este se relaciona, apresente uma forma semelhante à sua quanto, por exemplo a gênero, número, tempo, pessoa. Assim, em inglês, uma sentença como 'These books are expensive' ilustra concordância de número entre o **determinante** these e a palavra books bem como entre o verbo to be, do qual are é a forma no plural, e o sujeito these books. Veja que o verbo no plural requer que seu sujeito também esteja no plural. Por sua vez, o sintagma nominal sujeito, composto por dois itens linguísticos, também requer que seu determinante esteja no plural.

DETERMINANTE

elemento que determina o outro.

Vamos observar agora os dados que seguem, retirados da língua francesa.

- Voilà la chemise de Paul.

Eis a camisa de Paulo.

- Elle est lavée avec Robot.

Ela está lavada com Robot.

Elle est blanche, elle est très blanche.

Ela está branca, ela está muito branca.

Na primeira ocorrência, temos o sintagma nominal feminino singular la chemise. Na segunda, esse sintagma é substituído pelo pronome elle, que é feminino e está no singular, assim como o adjetivo blanche, que assume a forma feminina, marcada pela terminação em -e, para concordar com o nome chemise. Por sua vez, a forma verbo-nominal lavée, também aparece marcada para gênero (*lavé – lavado* –, seria a forma masculina desse verbo). Veja outros exemplos:

C'est mon voisin. Il est employé. 'É meu vizinho, ele está empregado.'

C'est ma voisine. Elle est employée. 'É minha vizinha, ela está empregada'

C'est son voisin. Il est étudiant. 'É seu vizinho, ele é estudante.'

C'est sa voisine. Elle est étudiante. 'É sua vizinha, ela é estudante.'

Ce sont nos voisins. Ils sont étudiants. 'São nossos vizinhos. Eles são estudantes.

Veja que, de um lado, temos a concordância de gênero e de número entre o pronome possessivo e o nome, em que entram em cena as marcas específicas do masculino e singular, de um lado, de feminino e singular, de outro lado, no sintagma nominal. A forma do verbo être 'ser' também difere, do singular para o plural, conforme o número do sujeito.

EXERCICIO

1. O que são funções e relações gramaticais ou sintáticas? Exemplifique com dados de uma língua que você conhece.
2. Como é o funcionamento do sistema de marcação de caso em uma língua nominativa e em uma língua ergativa? Ilustre sua resposta com dados hipotéticos.
3. Analise o pequeno grupo de sentenças da língua francesa representado abaixo e resolva os quesitos propostos.
 - a. Je l'ai vue hier. 'eu a vi ontem.'
 - b. Je l'ai vu hier. 'eu o vi ontem'
 - c. Nous sommes allés au cinema. 'nós fomos ao cinema ontem'(masculino)
 - d. Nous sommes allées au cinema. 'nós fomos ao cinema ontem'(feminino)
- 3.1 Explícite o que ocorre nos dados em relação à sintaxe de concordância de gênero e de número, entre verbos e sujeitos.
- 3.2. Compare as sentenças e diga com que elemento é feita a concordância de gênero nos dados (a)/(b) e (c)/(d).

BIBLIOGRAFIA

- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. Série Fundamentos. Ed. Ática: São Paulo. 1986.
- NEVES, M. Helena Moura. *A gramática funcional*. Ed. Martins Fontes: São Paulo. 1997
- PAYNE, Thomas. *Describing Morphosyntax. A guide for field linguists*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.
- DIXON, R.W.R. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.
- HUDSON, Grover. *Essential Introductory Linguistics*. Blackwell Publishers. Michigan State University. 2000.
- TRASK, R. L. *A dictionary of Grammatical Terms in Linguistics*. Routledge. London and New York. 1999.
- LYONS, John. *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge University Press. 1979.

AUTOAVALIAÇÃO

Escreva um texto apontando qual foi a principal aquisição para o seu conhecimento nesta unidade. Não se esqueça de pontuar suas dúvidas e seus acertos para o processo de construção de seu conhecimento.

RESUMO DA ATIVIDADE 2

Nesta atividade estudamos que as relações gramaticais têm funções universais na comunicação; que as relações gramaticais têm funções marcadas e definidas em termos de propriedades formais específicas de línguas humanas (sejam elas orais-auditivas ou viso-gestuais); que as línguas podem apresentar diferentes tipos de ordens; e que a concordância é uma propriedade específicas de algumas línguas humanas.

PREDICAÇÃO: A ESTRUTURA ARGUMENTAL DAS ORAÇÕES

a t i v i d a d e 3

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- identificar constituintes;
- diferenciar constituintes nucleares e constituintes periféricos;
- conceituar predicação;
- reconhecer predicados verbais e nominais;
- definir predicados simples e predicados complexos;
- caracterizar período composto por coordenação e por subordinação.

Vamos estudar, nesta atividade, aspectos da predicação, com o objetivo de descrever os tipos de predicados segundo a categoria gramatical do seu núcleo.

De acordo com Van Valin e La Polla (1997, p. 25), a representação estrutural de uma oração reflete as distinções universais que toda língua faz entre elementos que predicam e elementos que não predicam.

O elemento que predica é normalmente um verbo, mas não é necessário sê-lo. Predicados não-verbais em inglês (bem como em português) requerem um elemento que na linguística se convencionou chamar de **cópula** (o verbo *to be* em inglês e o verbo *ser* em português ou outro tipo de elemento com tais características). Em outras línguas, uma sentença como *John is a doctor* ‘João é médico’ poderia ter a palavra *médico* como o predicado sem qualquer tipo de cópula, como em russo – *Ivan vrac* (João médico-NOM), com o mesmo significado ‘João é médico’.

CÓPULA

Elemento que liga dois termos.
Ligação, união, vínculo.

Em Lakota, uma língua Sioux falada nos Estados Unidos, a palavra *menino* é *boksila* e a forma pronominal que indica ‘você’ é *ni*. Assim, para dizer ‘você é um menino’, o pronome *ni* ‘você’ simplesmente prende-se ao nome *boksila* ‘menino’, produzindo algo como *niboksila*. O que você depreende disto? Primeiramente, que há línguas no mundo – como inglês e português – que necessitam de um elemento cópula para ter um predicado nominal, enquanto outras línguas, como o russo e o lakota, não requerem esse elemento. Segundo, que nas línguas do mundo há predicados constituídos de nomes como seus elementos nucleares.

Quando falamos em um predicado, em geral, referimo-nos somente ao elemento predicator, o qual pode ser um verbo, um nome, um adjetivo ou algum outro tipo nominal. A palavra predicado pode fazer referência a uma unidade sintática na estrutura da oração, o núcleo. Mas também pode fazer referência ao todo que engloba o verbo (ou o nome) e seus complementos.

Conforme já estudamos anteriormente, quando tratamos de relações gramaticais, uma oração pode conter vários sintagmas nominais e/ou preposicionais (aqueles iniciados por preposição e que podem, dependendo da língua, indicar lugar, tempo etc.). Alguns desses sintagmas são, semanticamente, **argumentos** do predicado, enquanto outros não o são. É, portanto, fundamental distinguir os elementos que são argumentos de um predicado daqueles que não são. Isso pode ser expresso pela distinção entre qual é o elemento núcleo da oração e qual elemento é periférico. Um elemento periférico é aquele que não é argumento do predicado e que por isso não é parte do constituinte nuclear. Um elemento dessa natureza pode ser deixado de lado, sem que haja prejuízo de sentido, uma vez que o significado central da sentença é fornecido pelos elementos nucleares.

Vamos fazer uma paradinha para conversar sobre o que é um constituinte. O linguista que trouxe essa palavra para o uso em linguística foi Leonard Bloomfield. Na verdade, ele fez uso da expressão “constituintes imediatos”, para referir-se às partes de uma oração, as quais são primeiramente sujeito e predicado. Mas como saber o que é um constituinte em uma determinada língua? Como reconhecer um constituinte?

O linguista Leonard Bloomfield afirmou em seu livro *Language*, publicado em 1933, que “qualquer pessoa que fale inglês e que se interesse pelo assunto afirmará com segurança que os constituintes imediatos de *Poor John ran away* “O pobre do João fugiu” são duas formas – *poor John* e *ran away* – e que os constituintes imediatos de *ran away* são *ran...* e *away...*; e os constituintes imediatos de *poor John* são *poor* e *John*”.

Deste modo, parece implícito o fato de que o reconhecimento de tais noções é **intuitivo**. Na oração “John ate the sandwich in the library”, cujo significado é ‘João comeu o sanduíche na biblioteca’, a parte “John ate the sandwich” (‘João comeu o sanduíche’) é o núcleo principal. Nesta parte principal, ou seja, na oração, tem-se o verbo *ate* como o núcleo do predicado e *John* e *the sandwich* funcionando como argumentos nucleares – sujeito e objeto direto – ligados ao verbo.

John ate the sandwich (in the library).

Oração = Constituintes Nucleares + Constituinte Periférico

John → // ate the sandwich.

↓ ↓

Sujeito // Predicado

↓ ↓

John → // ate // the sandwich

Sujeito//Verbo//Objeto

↓

núcleo do predicado

ARGUMENTOS

Termos requeridos pelo verbo. Por exemplo, um verbo transitivo requer dois sintagmas nominais – um sujeito e outro objeto.

INTUITIVO

Relativo ao conhecimento que provém da intuição.

A expressão *in the library* ‘na biblioteca’ está na periferia da oração, ou seja, fora do núcleo, sendo por isso dispensável, sem prejuízo para a compreensão do núcleo principal. Observe que não se está afirmando que a expressão não é importante para a significação da sentença como um todo em detalhes. O que se está dizendo é que a expressão *in the library* não faz parte do núcleo da oração *John ate the sandwich in the library*.

Em português, por exemplo, em uma oração como ‘João comeu o sanduíche na biblioteca’, temos duas partes como constituintes nucleares – ‘João’ e ‘comeu o sanduíche’ – as quais são o sujeito e o predicado respectivamente.

Então podemos dizer que argumentos nucleares são aqueles que fazem parte da representação semântica do verbo, ou, ainda, aqueles que são requeridos pelo verbo. Há elementos não argumentos, que são, como vimos anteriormente, elementos requeridos como adjuntos, ou seja, que não são essenciais à oração.

Essas características são universais. Toda língua faz distinção entre predicados e argumentos e toda língua distingue entre sintagmas que são argumentos do predicado e sintagmas que são adjuntos. Tal distinção é fundamental para a estrutura sentencial de todas as línguas humanas.

É importante ter em mente que a distinção argumento-predicado é independente de distinções lexicais que uma língua pode fazer. Isto é, a argumentação aqui apresentada não quer dizer taxativamente que todas as línguas do mundo distinguem nomes e verbos lexicalmente. Todavia, em toda língua humana manifesta-se a estrutura predicado-argumento, independentemente da classe lexical dos elementos que preenchem as posições de predicado e de argumento.

LÉXICO-SEMÂNTICAS

Relativas ao vocabulário considerando-se as influências semânticas.

ADPOSIÇÕES

Elementos que podem ocorrer antes ou depois de nomes e que são usados para indicar relações sintáticas como o caso. São adposições as preposições e as posposições.

Em conformidade com a teoria que temos estudado, mencionamos a universalidade de categorias **léxico-semânticas** como o verbo e o nome. Mas também, como já foi mencionado em outras ocasiões, não se pode afirmar que adjetivos, advérbios e **adposições** sejam categorias universalmente válidas para todas as línguas do mundo, uma vez que há línguas em que não há uma ou outra classe de palavra. Em Dyrbal, por exemplo, não há adposições (Dixon, 1972). Em Lakota, não há evidências para a existência de uma classe de adjetivos. Certamente há palavras nessa língua cujo significado é ‘alto’, ‘gordo’ e ‘vermelho’, contudo elas funcionam sintaticamente como predicados – uma subclasse de verbos estativos ou descritivos (So), que você estudou na atividade sobre classes de palavras e marcação de caso.

Carone (1986, p.74), em seu livro *Sintaxe*, afirma que

analisar é dividir um todo em suas partes; mas, como só podemos fazer um corte por vez, vamos sempre obter, em cada passo da operação analítica, duas partes. Cada uma dessas partes será um novo todo, de nível imediatamente inferior, e poderá sofrer novo corte. E assim sucessivamente, estabelecendo-se uma hierarquia desde o *todo integral* e suas partes, até a unidade menor, se quisermos fazer uma análise exaustiva.

Nesta atividade, vamos estudar os predicados. Observaremos a constituição do elemento predicator, sua natureza e características, pois, a partir dele, poderemos compreender os argumentos que complementam seu significado. Começemos com as orações com predicado verbal.

1. Orações com Predicado Verbal

Orações com predicado verbal são orações que se caracterizam principalmente pela presença do verbo como núcleo do predicado. As orações com predicados verbais podem ser intransitivas e transitivas.

Em outras palavras, podemos dizer que alguns verbos exigem um argumento, enquanto outros exigem dois ou três argumentos, havendo ainda verbos que não requerem nenhum argumento manifesto em determinados contextos. Um exemplo deste tipo é ‘Choveu’, em língua portuguesa.

Nas orações de um argumento, cujo verbo é semanticamente intransitivo, o elemento que ocorre junto ao verbo é o sujeito. Nas orações de dois argumentos, cujo verbo é semanticamente transitivo, os elementos que ocorrem juntamente com o verbo serão o sujeito e o objeto direto. Na ocorrência de um outro objeto, este é marcado diferentemente do objeto direto, podendo aparecer marcado por uma adposição (preposição ou posposição), dependendo da língua.

1.1. Orações Intransitivas

Um predicado verbal intransitivo é aquele que tem somente um argumento nuclear, o qual é o sujeito (S) da oração. Assim sendo, uma oração deste tipo apresenta a estrutura SV em línguas como o inglês. Além do sujeito, uma oração intransitiva pode apresentar um ou mais constituintes periféricos, que funcionam como adjuntos, estando, portanto, fora do constituinte nuclear do predicado.

Ex.: John ran away.	‘John foi embora.’
Mary went out.	‘Mary saiu.’

1.2. Orações Transitivas

Orações transitivas são constituídas por um predicado cujo núcleo é um verbo transitivo, o qual apresenta dois argumentos, a saber, o sujeito (A) e o objeto (O). Dessa forma, esse tipo de **oração apresenta a estrutura S-V-O** em língua portuguesa, em que o S corresponde a sujeito, o V a verbo, e o O a objeto direto. De um modo geral, essa é a ordem básica de ocorrência dos constituintes de uma oração transitiva em nossa língua.

O constituinte nuclear sujeito de uma oração é codificado por um sintagma nominal, formado por um elemento pronominal ou por um nome. O sintagma nominal objeto (O), do mesmo modo, poderá ser codificado por um elemento nominal ou por um elemento pronominal.

Analogamente às orações intransitivas, as orações transitivas, além de seus argumentos A e O obrigatórios, podem apresentar um ou mais constituintes periféricos.

O objetivo desta atividade é estudar aspectos da predicação com vistas a descrever os tipos de predicados segundo a categoria gramatical do seu núcleo. É o que faremos na seção a seguir.

Para fixar adequadamente as observações sobre tipos de predicados, temos o diagrama abaixo:

Predicado Verbal	
Verbos Intransitivos: um argumento nominal	Verbos Transitivos: dois ou mais argumentos nominais

2. Orações com Predicado Nominal

Uma oração com predicado nominal pode ter ou não um elemento cópula, que funciona como um instrumento gramatical que relaciona os argumentos do predicado.

Um predicado com cópula inclui dois argumentos, obrigatoriamente. Todavia, esses elementos não são requeridos pelo verbo. Em geral, essas orações constituem-se de um sujeito e um complemento, expressos por elementos nominais, os quais podem ser relacionados com ou sem uma cópula, dependendo da língua.

ANALOGAMENTE

De modo semelhante, parecido, afim.

TRADUÇÃO LITERAL

Tradução do sentido tal qual estabelecido em uma dada construção, em oposição à tradução livre.

São exemplos desse tipo de predicado orações como Ivan vrac, em russo, cuja **tradução literal** é Ivan médico-NOM – em que temos Ivan, nome masculino, e vrac, a palavra médico, em função de sujeito,

Ex.: Ivan vrac	'Ivan é médico'
Ivan médico-NOM	

Uma outra acepção do mesmo verbete afirma que em gramática tradicional, chama-se de predicativo do sujeito ao adjetivo ou substantivo e suas expansões que figuram no predicado nominal, depois de verbo de ligação. No francês, muitas vezes, denomina-se de predicado somente ao adjetivo atributo que constitui uma frase com a cópula ser. Por exemplo, em *Pierre est intelligent*, *intelligent* é o predicado da frase.

Que não é completo, que não apresenta todas as formas do paradigma a que pertence.

Apresentamos as definições acima para que você tenha em mente que esse tipo de interpretação dos dados restringe-se a um grupo de línguas, aparentadas do ponto de vista genético ao português.

De acordo com a **linguística descritiva**, podem-se classificar alguns tipos de predicados nominais, os quais recebem denominações relacionadas ao tipo de enunciado por eles codificado. É o caso dos chamados predicados **equativos**, que são predicados que apresentam, em geral, dois sintagmas nominais **justapostos**, um funcionando como o sujeito e o outro, como o seu complemento, tendo ou não a cópula entre si. São exemplos deste tipo em português predicados como ‘isto é pedra’, ‘aquilo é anta’ ou ‘este é meu casaco’.

LINGUÍSTICA DESCRITIVA

Ramo da linguística que se dedica à descrição dos fenômenos existentes nas línguas humanas, sem fazer uso de uma teoria linguística para tal descrição.

EQUATIVOS

Que apresentam igualdade entre duas expressões.

JUSTAPOSTOS

Diz-se dos elementos que se juntam a outros sem uso de conectivo, ou de termos que se articulam sem relação com um elemento que indique a relação entre eles.

LOCATIVO

Que indica lugar ou localização, no tempo ou no espaço.

ELÍPTICA

Onde ocorre elipse, ou seja, supressão de um termo.

ELIPSE

Supressão de um termo que pode ser facilmente subentendido pelo contexto linguístico ou pela situação.

CONJUNÇÃO

O mesmo que conectivo. Elemento linguístico que relaciona dois predicados ou duas orações.

Um outro tipo de predicado não-verbal é aquele denominado de predicado **locativo**, que se caracteriza por apresentar dois sintagmas justapostos, sendo um deles um sintagma nominal, que funciona como o sujeito, e o outro, um sintagma posposicional, cuja natureza adverbial indica lugar ou tempo. São exemplos deste tipo, em português, predicados como ‘a festa será após a aula’ ou ainda ‘o encontro foi em Manaus’.

Sabendo distinguir um predicado verbal de um predicado nominal, é-nos possível compreender aquele predicado que a gramática normativa da língua portuguesa chama de verbo-nominal. Um exemplo deste tipo de construção é “Maria saiu da reunião triste.” Em tais casos, postula-se que “(Maria) saiu da reunião” é a parte verbal do predicado e que “triste” é a parte nominal. Neste caso, não há a ocorrência da cópula, entretanto, infere-se que o sentido da oração é “Maria saiu da reunião *e estava* triste”. Por esta razão, o predicado é chamado verbo-nominal, isto é, é um tipo de predicado misto, com uma parte verbal e uma parte nominal, cuja cópula está **elíptica**. Essa é a interpretação tradicional, apresentada em várias gramáticas normativas de língua portuguesa.

Na verdade, quando pensamos na elipse do verbo *ser*, criamos uma maneira simples para compreender a estruturação do predicado, contudo a crítica feita à tal solução é que não se pode fazer a elipse de um elemento inexistente.

Há ainda a possibilidade de interpretarmos esse tipo de predicado diferentemente, pois, do mesmo modo que não há a ocorrência da cópula, também não há a ocorrência da conjunção *e*. Logo, não estaríamos diante de um predicado simples, mas de

um predicado composto por duas orações, a saber, “saiu” e “estava triste”. Por hora, deixemos a questão de lado, visto que voltaremos a ela em um outro momento.

A seguir, descreveremos o que são predicados simples e predicados complexos, uma outra proposta de classificação que se refere à constituição dos predicados.

3 Predicados Simples e Predicados Complexos

Um predicado simples é constituído por um verbo apenas em contraste com um predicado complexo ou composto, que é aquele constituído por duas ou mais orações. A gramática normativa de língua portuguesa trata tal conjunto de predicados ou orações como um período composto.

Predicados compostos podem ser combinados com o auxílio de um conectivo, que sinalize a composição das duas ou mais orações, ou sem esse auxílio, sendo uma oração apenas justaposta à outra. Temos aí predicados complexos, períodos compostos por coordenação ou subordinação, já conhecidos por nós. É válido lembrar que nosso estudo não tem por base a gramática normativa, portanto vamos estudar tais fenômenos de outra perspectiva.

4 Subordinação e Coordenação

Tipologicamente, os fenômenos sintáticos da coordenação e da subordinação são atestados em todas as línguas do mundo. A maneira pela qual tais fenômenos são expressos é o que faz diferirem as línguas entre si, isto é, a forma como as orações independentes de uma dada língua são combinadas para formar um predicado complexo ou composto ou uma oração complexa.

De acordo com Payne (1999, p. 306), uma oração independente e flexionada é capaz de ser integrada ao discurso por si mesma.

São exemplos de orações independentes e de predicados simples:

Marcos jogou futebol ontem.

Fátima dorme muito tarde.

André va au cinema aujourd’hui.

Mr.Ben plays chess with his friends.

‘André vai ao cinema hoje.’

‘Mr.Ben joga xadrez com seus amigos.’

Em geral, há uma coincidência entre os conceitos de predicado simples e de oração independente.

Veja que cada uma das orações ou predicados apresentados contém apenas um verbo como seu núcleo. Assim temos os verbos jogou, dorme, em português; va, em francês, e play, em inglês, como núcleos dos predicados simples. Até aqui está claro?

Nas orações abaixo, temos duas orações e reconhecemos isso pela ocorrência de mais de um elemento verbal no conjunto de orações. Quando estamos diante de orações compostas ou predicados complexos, em geral, observamos quantos elementos predadores verbais há na oração. Deste modo, no primeiro exemplo, temos os verbos *enfatizei* e *sabe*; e no segundo exemplo, *sabe* e *está chovendo*.

Ex.: Eu *enfatizei* que ela *sabe* swahili.

João *sabe* que *está chovendo*.

Como uma característica de línguas humanas, pode-se dizer que há a possibilidade de se **encaixar** orações em qualquer ponto de uma sentença. Por exemplo: em uma sentença como ‘A menina caiu’, pode-se acrescentar uma oração após o termo “a menina”, como em ‘A menina que eu vi ontem caiu’. Ou ainda acrescentar uma oração após o verbo ‘caiu’, como em ‘A menina caiu porque escorregou na casca de banana’. Muitos estudos em teoria sintática têm mostrado que é possível haver encaixamentos sucessivos, uma vez que esse é um procedimento muito produtivo em línguas humanas naturais.

ENCAIXAR

Inserir entre duas orações ou dois constituintes.

ORAÇÕES ABSOLUTAS

Orações simples e independentes, em que há a ocorrência de um único verbo ou locução verbal.

Ora, se o encaixamento é um fenômeno natural nas línguas do mundo, os predicados complexos também são, pois o que se prevê é que um dado termo de uma oração A seja substituído por um elemento capaz de inserir essa oração em um predicado B. Lembre-se de que nós falamos por meio de textos que elaboramos ao longo de nossas falas. Logo, as orações que dizemos são em grande parte complexas, pois há inúmeros elementos referenciados nelas. Nós não falamos apenas orações independentes, não é?

Releia a atividade 2 para rever questões relacionadas ao fato de a comunicação tender a ser multiproposicional, ou seja, consistir de grupos de ‘pedaços’ de conceitos, cada um contribuindo com alguma parte da informação da mensagem a ser comunicada.

É por esta razão, pelo fato de usarmos predicados complexos, que temos os períodos compostos por coordenação ou subordinação, já conhecidos por nós. Mas é sempre válido lembrar que nosso estudo não tem por base a gramática normativa, portanto vamos estudar tais fenômenos de outra perspectiva.

Estudaremos os fenômenos de composição de predicados complexos por meio dos processos de subordinação e de coordenação.

De acordo com Carone (2002, p. 49),

é uma opção do falante expor seus pensamentos de um em um, à medida que lhe ocorrem, sob a forma de **orações absolutas**. Assim fazem as crianças quando ainda pouco hábeis no manejo da língua escrita, embora já o sejam bastante quando se expressam oralmente. Nascerem, então, aquelas composições do tipo “Eu tenho um cachorro. Meu cachorro é muito

bonito. Eu gosto do meu cachorro. Mas o sistema linguístico põe à disposição do falante variada gama de recursos para relacionar ou fundir orações entre as quais ele tenha percebido pontos de contato. Com mais algum treino, aquela criança escreveria: “Eu tenho um cachorro que é muito bonito.”

O fenômeno da inserção está claramente visualizado por meio do procedimento analítico proposto por Salum: a posição inferior da segunda oração sugere sua subalteridade, visto que agora ela faz parte de uma “sub-ordem” de orações, adequadamente ditas subordinadas. Mas é conveniente explicitar os mecanismos que permitiram essa articulação. O instrumento que a opera é o pronome relativo, que tem, entre outras, a propriedade de obrigar *toda* uma oração a comportar-se como parte de outra; articulando-se a um substantivo, a oração integra-se a um sintagma nominal como termo periférico, em função adjetival; e o substantivo escolhido como ponto de inserção é exatamente aquele que o pronome, como **anáfora**, representa. Além de anafórico, portanto, ele é um **translativo**.

Observe que as ideias de Carone, acima apresentadas, têm aplicação universal, muito embora se relacionem à língua portuguesa, quando abordam a questão do pronome relativo que se articula a um substantivo etc. Os rótulos “pronome relativo” e “substantivo” são peculiares à análise sintática da língua portuguesa, podendo existir ou não em outras línguas.

Uma oração dependente recebe este nome por ser aquela que depende de outra para ter seu sentido completado. Por exemplo, na oração “(a) He came in, (b) locking the door behind him” ‘ele entrou, fechando a porta atrás de si’, a oração (b) depende da oração (a) porque o sujeito e o tempo da oração (b) somente são compreendidos por meio do sujeito e do tempo da oração (a). Além disso, a oração (b) não está qualificada como uma oração plena, capaz de integrar o discurso por si só. Ou seja, “(b) locking the door behind him” ‘fechando a porta atrás de si’ não pode figurar como uma oração independente, que tem seu sentido completo. Está clara esta questão?

Vamos ver um exemplo em português. Em um predicado do tipo “(a) Penso (b) que você deseja a felicidade”, a oração (b) não tem sentido completo. Falta-lhe **autonomia** para figurar sozinha em um contexto como dotada de significado pleno. Imagino que você deva estar pensando que ‘agora melhorou’.

Assim, em “(a) Penso (b) que você deseja a felicidade” temos um período composto, o qual conjuga uma oração indepen-

ANÁFORA

Repetição do conteúdo semântico de um vocábulo mencionado anteriormente, sob forma pronominal. A anáfora tem um movimento retrojetivo. Ela não estabelece uma relação sintática, apenas semântica.

TRANSLATIVO

Instrumento gramatical que opera uma alteração sobre determinada lexia, levando-a a assumir o comportamento de outra. Assim, um substantivo pode, articulado a uma preposição, ter o valor de um advérbio ou de um adjetivo: *anel de ouro*, *responder com raiva*.

AUTONOMIA

Capacidade de se autogovernar; possibilidade de uma oração ocorrer conservando seu sentido integral, independentemente de outra oração.

dente – “(a) Penso” – e uma oração dependente – “(b) que você deseja a felicidade.” Logo, essas duas orações estão em uma relação de dependência, constituindo-se numa unidade mais complexa.

Partindo-se de uma perspectiva funcionalista, podem-se identificar alguns tipos de orações em que se verificam graus de integração entre as mesmas.

Payne (1999, p. 313) identifica orações complementares, orações adverbiais e orações relativas. As orações complementares ou complementos são aquelas que funcionam como um argumento (sujeito ou objeto) de alguma outra oração.

Orações adverbiais são aquelas que apresentam “função adverbial”. Elas modificam um sintagma verbal ou uma sentença inteira e não são um argumento da oração principal. Você deve estar bem lembrado(a) da diferença entre constituintes argumentais e constituintes outros de uma oração, não é? Temos aqui uma distinção semelhante a esta, exceto pelo fato de não estarmos diante de um termo simples, mas de uma oração inteira que funciona como um termo.

MODIFICADOR NOMINAL

Os elementos considerados modificadores nominais por excelência são os adjetivos, mas também os são os pronomes demonstrativos, por exemplo, dentre outros.

Orações relativas são aquelas que funcionam como um **modificador nominal**. As características principais de uma oração relativa são as seguintes:

1. O núcleo é um sintagma nominal que é modificado pela oração relativa.
2. A oração restritiva é a oração relativa.
3. O sintagma nominal relativizado é o elemento dentro da oração restritiva que é correferencial com o núcleo nominal.

Observemos o exemplo:

O rapaz saiu às três horas.

Pode-se “encaixar” nessa primeira oração, a sentença ‘com quem eu falei por telefone’, que incidirá sobre o sentido do sintagma nominal ‘o rapaz’.

O rapaz saiu às três horas.

↓

com quem eu falei por telefone

↓

O rapaz com quem eu falei por telefone saiu às três horas.

Observe que o significado da oração ‘com quem eu falei por telefone’ é restritivo, por referir àquele rapaz com quem manteve contato telefônico. Além disso, há uma correlação entre o sintagma nominal ‘o rapaz’ e a expressão conjuntiva ‘com quem’. É por meio dessa expressão que a oração ‘eu falei por telefone’ é inserida na oração principal ‘O rapaz saiu às três horas’ após o sintagma nominal ‘o rapaz’.

Desta forma, há, nas línguas do mundo, a possibilidade de se intercalar um grande número de orações relativas entre o sujeito e o predicado. Contudo, de acordo com Lobato (1986, p. 54), ao tratar das noções de gramaticalidade e aceitabilidade, de uma perspectiva gerativista,

o número de intercalações de orações relativas entre sujeito e predicado impede o processamento mental adequado das relações gramaticais entre sujeito e predicado, pois o falante-ouvinte não consegue lembrar onde foram interrompidas as ligações entre sujeito-predicado para poder retomá-las no ponto certo.

Ex.: O livro que a água que a Maria derramou estragou já foi restaurado.

O rapaz que o homem viu saiu.

O rapaz que o homem que a moça convidou viu saiu.

Voltando à questão básica de definir o que é coordenação e o que é subordinação, podemos fazê-lo em termos formais. Podemos dizer, por exemplo, que uma construção coordenada é aquela em que todos os constituintes são da mesma categoria sintática e esta é também a categoria da construção como um todo. Por contraste, a subordinação caracteriza-se por ser aquela construção em que uma oração ocorre como constituinte nuclear enquanto as outras funcionam como outros constituintes dependentes.

Fazendo uso da definição de Haspelmath (2004, p.34), temos que “o termo coordenação refere-se a construções sintáticas em que duas ou mais unidades de mesmo tipo são combinadas em uma unidade maior que ainda mantém relações semânticas com outros elementos circundantes.” Pode-se afirmar que, diferentemente do que ocorre no processo de subordinação de orações, a coordenação de orações não estrutura internamente uma oração, não insere uma oração em outra, como se esta fosse um termo da outra.

Ademais, os elementos coordenados têm a mesma função sintática, pertencendo a um mesmo paradigma, isto é, a tão propalada independência entre orações coordenadas se deve a isto.

Ex.: (a) Fale agora (b) ou cale-se para sempre.

Conforme vimos anteriormente, uma oração complexa como “(a) Fale agora (b) ou cale-se para sempre” é composta por “(a) Fale agora” e por “(b) ou cale-se para sempre”, as quais se pode dizer que estão em pé de igualdade pelo fato de poderem figurar em um dado contexto independentemente. Todavia, uma oração como (b) é tão dependente quanto “que você deseja a felicidade”. Assim, somente se pode falar em independência pelo fato de a oração coordenada não ser inserida em algum ponto da outra oração, como o é uma oração subordinada.

SEGMENTAL

Noção originária da fonética e da fonologia. Relaciona-se a elementos como os fonemas.

SUPRASEGMENTAL

Noção que se relaciona a elementos como a pausa, a acentuação, a entonação e o ritmo, que estão em um nível acima do nível do segmento.

Os instrumentos gramaticais utilizados para estabelecer a coordenação são dois: um **segmental** e outro **suprasegmental** – a conjunção e a pausa (aliada à entonação). Elas não se excluem, ao contrário, combinam-se. É possível que alguns tipos de conjunções sejam seguidas de uma pausa marcante. Há também a possibilidade de coordenarem-se orações somente por meio da justaposição delas. Ex.: They are sleeping, because we do not hear any noise.
'Eles estão dormindo, porque não ouvimos qualquer barulho.'
They are sleeping, we do not hear any noise.
'Eles estão dormindo, nós não ouvimos qualquer barulho.'

A justaposição de orações é caracterizada pela ausência de conjunção (morfema zero) ou pela omissão puramente estilística da conjunção. Em português, por exemplo, tem-se o polissíndeto.

Para concluirmos esta atividade, gostaríamos que você refletisse sobre essas palavras de Carone (2002, p.77):

O sistema linguístico põe à disposição do falante diferentes arranjos sintáticos para a expressão de relações semânticas, lógicas e argumentativas. Por mais requintado e complexo que seja seu pensamento, ele deverá procurar, no repertório de sua língua, os mecanismos sintáticos que lhe permitam exprimi-lo adequadamente. As combinações possíveis são tantas, que os poetas podem queixar-se apenas da dificuldade para encontrar a expressão perfeita – jamais, porém, de que falem ao sistema de sua língua recursos para socorrê-los.

A sintaxe tem sua economia interna, suas leis próprias. A essa grande senhora, sem a qual não pode passar, recorre o homem para realizar seu fascinante jogo na armação do pensamento.

EXERCÍCIO

1. Analise as orações abaixo separando os constituintes imediatos por meio de colchetes. Indique os constituintes nucleares e os constituintes periféricos.
 - a) Ontem elas saíram.
 - b) O médico chegou depressa.
 - c) Daniel tinha oitenta anos quando foi atirado na cova dos leões.
 - d) A barreira cedeu por causa das fortes chuvas.
2. Classifique as orações dos trechos abaixo em
 - (1) predicados simples
 - (2) predicados complexos

- a) “Quando encontrar alguém e esse alguém fizer seu coração parar de funcionar por alguns segundos, preste atenção: pode ser a pessoa mais importante da sua vida.”
(Carlos Drummond de Andrade)
- b) “Eu estava correndo e de repente um estranho trombou em mim:
- Oh, me desculpe, por favor.”
- c) “Dê uma boa olhada ao seu redor e entenda que sua vida agora mesmo é o resultado de todas as suas escolhas do passado. Você gosta do que vê?”

Agora classifique cada uma das orações separadamente em

- (a) predicados verbais
(b) predicados nominais

3. Enumere as características da (1) subordinação e da (2) coordenação de acordo com a numeração dada.

- () constitui-se em uma relação de dependência em que uma oração funciona como termo de outra.
- () é a relação de duas orações de mesma categoria sintática.
- () tem como instrumentos gramaticais para seu estabelecimento, a conjunção e a pausa, que podem se complementar.
- () podem ser de três tipos: complementares, relativas e adverbiais.

4. Conceitue o predicado nominal e apresente exemplos de uma língua que você conheça.

5. Diga o que é uma cópula. Exemplifique.

BIBLIOGRAFIA

- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. London: Unwin University Books, 1933.
- CARONE, Flavia de Barros. *Subordinação e Coordenação. Confrontos e contrastes*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2002.
- CARONE, Flavia de Barros. *Morfossintaxe*. Série Fundamentos. São Paulo: Ática, 1986.
- DIXON, Robert M. W. *The Dyirbal Language of North Queensland*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- DUBOIS, Jean *et alli*. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- HASPELMATH, Martin (ed.) *Coordinating Constructions. Typological Studies in Language*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2004.
- LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. *Sintaxe Gerativa do Português. Da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

PAYNE, Thomas. *Describing Morphosyntax. A guide for field linguists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

VAN VALIN JR., Robert D.; LAPOLLA, Randy J. *Syntax. Structure, Meaning and Function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RESUMO DA ATIVIDADE 4

Quando falamos ou ordenamos nossos pensamentos por meio de nossa língua, estamos realizando predicacões, as quais constituem a forma linguística das muitas proposições que criamos diariamente. A representação estrutural de uma oração reflete as distinções universais que toda língua faz entre elementos que predicam e elementos que não predicam. É necessário conhecer como se classificam os predicados, em conformidade com o núcleo que os constituem. Ademais, nem sempre fazemos uso de predicados simples. Por esta razão, é também imperativo que professores da área conheçam os mecanismos pelo meio dos quais se fazem a coordenação e a subordinação de orações e as características principais de cada um desses processos.

LATINA

A SINTAXE

u n i d a d e 2

DA SINTAXE LATINA À SINTAXE PORTUGUESA: **HERANÇAS** E NOVAS AQUISIÇÕES

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- identificar que falantes do português como do latim vulgar preferem construções analíticas, e não sintéticas como os falantes do latim clássico;
- identificar que fatos sintáticos realizados no português se assemelham a fatos sintáticos realizados no latim vulgar;
- confrontar padrões de sentenças latinas com os de sentenças portuguesas.

Na unidade anterior, você refletiu sobre fatos que são próprios da sintaxe das línguas e, certamente, assimilou conhecimento sobre como se organizam as frases quanto aos seus constituintes e mecanismos pelos quais estes se articulam. Nesta unidade, vamos voltar nossa atenção para o latim, que, como você já deve saber, pelos estudos realizados em Filologia Românica, é a língua da qual se originaram várias línguas (ditas neolatinas), entre as quais a língua portuguesa. A abordagem que se faz do latim, nesta unidade, não tem o fim de promover a aprendizagem dessa língua, no sentido de desenvolver, em você, competências de leitura, de tradução e versão de textos. Na realidade, o que se objetiva, ao apresentar fatos da sintaxe latina, é demonstrar que o conhecimento do latim nos ajuda a entender as configurações sintáticas da língua portuguesa e nos faz perceber que tendências que se apresentaram no latim chamado vulgar se fixaram em nossa língua.

Vamos começar fazendo uma breve revisão sobre a história do latim e sobre a relação dessa língua com o português.

1 A língua latina e a origem da língua portuguesa

A língua portuguesa é uma continuação histórica do latim implantado na Península Ibérica como consequência das conquistas e expansão do Império Romano no mundo Antigo. Isso quer dizer que o léxico e o sistema gramatical da língua portuguesa (fonológico, morfológico, sintático), em grande parte, são herança da língua falada pelos romanos.

O latim era uma língua falada, a princípio, por um povo de costumes simples e rudes, habitante de uma região da Itália Central chamada Lácio. Nessa região foi fundada, hipoteticamente em 753 a. C., a cidade de Roma, que, por sua localização estratégica e pelo tino político e guerreiro do seu povo, passou a ter soberania sobre outras cidades e iniciou um processo amplo de expansão territorial e política, de tal forma que, no século III a. C., os romanos haviam dominado praticamente toda a Itália.

O latim, como ocorre com todas as línguas, era falado de maneiras diferentes em vista de fatores socioculturais. Havia uma modalidade da língua – o latim clássico –, que era usado pela classe considerada socialmente nobre e identificava as pessoas cultas, e outra modalidade – o latim vulgar (popular) –, que era usado pelas pessoas simples, com pouca ou nenhuma instrução, ocupantes de uma escala mais baixa na sociedade.

O latim clássico, modalidade que foi enriquecida pelo contato com civilizações mais adiantadas, como a grega, tornou-se instrumento de uma vasta e exuberante literatura.

Como consequência da invasão dos povos bárbaros (a partir do séc. V), desapareceu a classe da nobreza e esse fato implicou a extinção do ensino do latim clássico e o desaparecimento da preocupação pela cultura intelectual. A partir de então, o latim clássico passou a ser somente usado nos mosteiros, e nesse ambiente da Igreja foi incorporando mudanças (oriundas de línguas faladas e do grego), que darão uma nova feição ao latim da extinta nobreza, que passa a denominar-se latim eclesiástico, medieval ou baixo latim. Foi essa modalidade de latim que se tornou a língua oficial das ciências na Idade Média.

O latim vulgar, diferentemente do clássico, conquistou mais espaço. Numa ânsia desmedida de poder, Roma espalhou seus exércitos por quase todo o mundo conhecido (Europa e Ásia) e subjugou politicamente vários povos, impondo-lhes seus costumes e sua língua: o latim vulgar foi a modalidade difundida no processo de implantação da língua nas regiões conquistadas e se integrou de tal forma que os povos conquistados o assimilaram, promovendo o amálgama do latim vulgar com sua língua nativa, o que resultou na formação do que se denominou de romance. Sobre esse tecido linguístico foram-se incorporando novas estruturas, novos empregos de formas, novos itens lexicais, seja pelo desenvolvimento natural, orgânico, que o próprio falante imprime à sua língua no decorrer do tempo, seja pela contribuição de outras línguas com as quais os chamados romances entraram em convivência pacífica ou politicamente imposta. É da evolução histórica dos romances que surgem as chamadas línguas neolatinas, entre as quais a língua portuguesa.

A respeito do processo de formação histórica das línguas neolatinas, leia a seguinte passagem do texto de Melo (1981, p. 122):

Está claro que paralelamente a esse trabalho de realização de virtualidades e de encampação de novidades vai a língua perdendo giros antigos. Mas justamente neste ponto se distingue de outras línguas o português, porque tende a conservar as velhas estruturas, não obstante as novas aquisições. Quer dizer: o fenômeno de arcaização da sintaxe é, em nossa língua, menos frequente do que em outras.

Por tais razões históricas e culturais é que a construção portuguesa apresenta hoje em dia essa superabundância e variedade [...].

Dessa riqueza e liberdade de construção, conforme assinala Melo, há consequências que merecem nota: (1) há na sintaxe portuguesa uma ampla liberdade de escolha

peçoal, que é estilisticamente explorada; (2) é difícil sistematizar as normas de sintaxe, porque, quase se pode dizer, não há um princípio de organização sintática absoluto; (3) o conhecimento seguro das possibilidades de configuração sintática da frase vernácula exige acurado esforço de contato com textos, em que se expõem a riqueza, variedade e liberdade da sintaxe portuguesa.

2 Características do latim vulgar

2.1 Tendência ao analitismo

Conforme já se sabe, a língua latina comportava duas modalidades distintas de expressão: o latim clássico e o latim vulgar. A formação da língua portuguesa tem sua base não naquela linguagem erudita, mas sim na usada pelo povo. Consideremos, então, as diferenças entre as duas modalidades, no que se refere à sintaxe, para entendermos que o português herdou em grande parte, realmente, características do latim vulgar.

a) No latim clássico exprimiam-se as funções sintáticas das palavras na frase por meio de desinências, chamadas casos (na atividade 5, desta unidade, apresentamos o sistema de casos dos nomes latinos). No latim vulgar, a tendência foi eliminar os casos latinos, preferindo-se o emprego de preposições para evidenciar as relações sintáticas. Para você entender essa diferença, vamos tomar como exemplo a palavra *liber* (livro). No latim clássico, para estabelecer a relação sintática deste termo com outro do qual restringisse o sentido, por exemplo, “capítulo do livro”, os falantes juntariam uma desinência -i ao radical da palavra *liber* (*libr-*) e o resultado seria a seguinte construção: *capitulum libri*. No latim vulgar, em lugar dessa forma sintética de expressão, preferia-se a forma analítica “de *libru*”, evidenciando-se a relação por meio da preposição. Diz-se, assim, que o latim clássico era uma modalidade de língua sintética enquanto o latim vulgar, uma modalidade de língua analítica, característica essa própria também da língua portuguesa.

b) Essa tendência ao analitismo ainda pode ser exemplificada na expressão da voz passiva. No latim clássico esta categoria verbal era expressa sinteticamente, isto é, por meio desinencial ao passo que no latim vulgar se impôs a forma analítica construída pelo verbo auxiliar “sum” (ser) mais verbo principal na forma participial, conforme se exemplifica:

Ille **amatur** a patre. (latim clássico)

Ille **est amatus** a patre. (latim vulgar)

Ele **é amado** pelo pai. (português)

passiva sintética (desinencial)

verbo amare

am- or (equivalente a “sou amado”)

passiva analítica ou composta

verbo amare

sum amatus > sou amado

A língua portuguesa não herdou a passiva sintética desinencial. O que hoje se denomina, segundo registra a Nomenclatura Gramatical Brasileira, de passiva sintética é uma forma de construção verbo-pronominal, que se distingue também da passiva participial porque nela não se explicita o agente da passiva. Compare: A prefeitura construiu dois novos viadutos na cidade (voz ativa). Dois novos viadutos foram construídos na cidade pela prefeitura (voz passiva participial). Construíram-se dois novos viadutos (voz passiva pronominal).

c) A tendência para as formas analíticas também se constata na construção da estrutura determinante + nome. Enquanto no latim clássico se dizia, por exemplo, *liber*, no latim vulgar prevaleceu o emprego de pronomes demonstrativos e do numeral *unus* com o valor de determinativos, preferindo-se dizer, então, *illu libru* (> o livro) ou *unu libru* (>um livro).

d) O grau dos adjetivos, que no latim clássico era expresso morfologicamente (sinteticamente), passou a ser expresso no latim corrente por meio de formas analíticas, isto é, de construções sintáticas, mediante a anteposição de advérbios aos adjetivos. Assim, em lugar da forma clássica *dulcior* (*dulc* + *-ior*), no latim vulgar dizia-se *magis* ou *plus dulce*; em lugar do superlativo *dulcissimus* (forma sintética) empregada no latim erudito, preferia-se a forma analítica *multu dulce*. Isso explica por que na língua portuguesa convivem as duas formas, ainda que seja a mais corrente a forma analítica.

e) A função sintática das palavras na frase era expressa no latim clássico por meio de desinências chamadas casos. Ao contrário, o latim vulgar procurou eliminar o sistema de casos, preferindo indicar as relações sintáticas por meio do sistema de preposições. Compare: *amor patriae* (latim clássico) / *amor a patria* (latim vulgar).

f) A sintaxe clássica, na formalização das orações substantivas, empregou construções reduzidas de infinitivo; o latim vulgar, pela tendência ao analitismo, levou os falantes a preferirem as formas desenvolvidas ou analíticas. Confrontem-se as duas formas de construção: *Vulgus dicit terram esse rotundam* (forma reduzida); *Vulgus dicit quod terra est rotunda* (forma desenvolvida).

2.2 A sintaxe do pronome **se** no latim vulgar

Leia, a respeito da sintaxe do pronome *se*, o texto de Ilari (1992, p. 106-107) transcrito abaixo, para que você compreenda a diversidade de funções dessa partícula na língua portuguesa.

O uso dos pronomes sujeitos era enfático na língua literária; perdeu-se essa característica na língua vulgar, tornando-se facultativo o uso do sujeito pronominal em frases neutras. Esse uso não enfático do sujeito pronominal em latim vulgar evoluiu para duas situações distintas: o pronome é hoje obrigatório em algumas línguas românicas (o francês, onde o pronome ficou intimamente ligado ao verbo, formando

uma espécie de “conjugação prefixal” ao passo que é normalmente omitido em outras (como o português).

A língua vulgar expressa o pronome objeto, ao passo que o latim literário deixava que fosse inferido pelo contexto: assim, à construção literária, que soaria “assim que viu o pai, abraçou-o” (isto é, abraçou o pai, abraçou-o) a língua vulgar faz corresponder uma construção com objeto explícito.

Mas as principais novidades na sintaxe dos pronomes afetam o reflexivo se, que assume algumas funções totalmente desconhecidas na sintaxe clássica.

Uma dessas funções foi a de realçar a espontaneidade da ação expressa pelo verbo; nesse papel, se pôde ser aplicado a verbos intransitivos, dando origem a formas modernas como o rom. *a ser veni* (vir-se), italiano *andarsene* (andar-se), fr. *s’ en aller* (ir-se), port. e esp. (*ir-se*).

Outra função importante do se, na língua vulgar, foi a de partícula apassivadora: remonta, pois, ao período latino vulgar a construção conhecida como “passiva sintética”, que tem largo uso em português (vendem-se casas, aluga-se um quarto etc.) e está bem representada nas demais línguas românicas.

É certamente desse período o uso de se na expressão de reciprocidade (em latim clássico se exigiria *inter se*, ou ainda advérbios como *invicem* e construções mais complexas baseadas em *alius*); é possível remonte ao mesmo período o uso de se como índice de indeterminação do sujeito (port. *aqui não se vive*, *vegeta-se*; it. *un pó lo si vede*, *um pó non lo si vede più*).

Conforme você pode identificar na leitura do texto de Ilari, os diferentes valores da partícula “se” foram estabelecidos no latim vulgar e de lá se estenderam à língua portuguesa.

3 Os padrões frasais latinos

No latim o padrão frasal básico consistia no nexos entre sujeito e predicado, característica herdada pela língua portuguesa. O predicado constituía-se com um núcleo semântico ora nominal ora verbal, o que significa que a frase latina se distinguia em duas modalidades: nominal e verbal, fato que também se apresenta na sintaxe portuguesa.

Indicamos, abaixo, as possibilidades de estruturação das frases latinas, considerando-se as duas modalidades:

Frase nominal

Descreve-se a frase nominal pelo padrão SN + SAdj (*Homo bonus* = O homem é bom). O nexos não era o verbo chamado de ligação, mas sim uma linha melódica ascendente, que se completava com uma linha melódica descendente. A língua portuguesa não apresenta esse padrão, porque, na evolução do latim, o padrão foi alterado por apresentar-se como nexos gramatical o verbo ser (*esse*): “*Homo bonus est*” = O homem é bom. Posteriormente, outros verbos ditos de ligação também passaram a compor o padrão frasal nominal da língua portuguesa.

Tanto a frase nominal quanto a verbal poderiam prescindir da expressão do sujeito gramatical, de modo que a polaridade sujeito/predicado ficasse concentrada na forma do verbo. Assim, eram formas de expressão latina frases como “*Sum bonus*” (Sou bom). *Loquitur* ([ele] fala). Isso significa que o emprego do pronome como expressão do sujeito (primeira, segunda ou terceira pessoa) foi uma aquisição da língua portuguesa (cf.: Eu sou bom. Ele fala).

Frase verbal

A frase verbal latina enquadra-se em três esquemas formais:

- 1) verbo concentrando em si toda a significação (verbo intransitivo): *Ambulo* (Ando)
- 2) verbo articulado com um substantivo na função de complemento, dito acusativo (verbo transitivo): *Video puerum* – Vejo o menino.
- 3) verbo articulado com complemento chamado dativo (intransitivo relativo): *Loquor puero* – Falo ao menino. Em língua portuguesa, a forma sintética latina do dativo foi substituída por uma construção analítica em que o nome substantivo aparece regido de preposição: em lugar de *puero* diz-se “ao menino”.

Também havia no latim o padrão de verbo transitivo e intransitivo relativo em que o complemento (2ª pessoa) é expresso por um pronome pessoal:

Video te (Vejo-te); *Loquor tibi* (Falo a ti).

No latim não havia formas especiais para os pronomes de terceira pessoa. Empregavam-se, então, formas do pronome demonstrativo latino “*illum*”, como em *Video eum*, que corresponde no Português a “Vejo-o”; *Loquor ei*, que corresponde a Falei a ele/Falei-lhe.

Na próxima atividade, outros fatos da organização da frase latina serão apresentados em comparação com os da frase portuguesa.

Sentença com sujeito acusativo

É importante observar, quando se compara a sintaxe da sentença latina à da sentença portuguesa que uma das características sintáticas em largo uso no latim – o sujeito acusativo – se estendeu à língua portuguesa. E o que é o sujeito acusativo? Leia o texto abaixo de Almeida (2004, p. 251-252), adaptado, para entender, mas, de antemão, esclarecemos que acusativo é a forma que assumiam, na frase latina, os nomes que funcionavam como objeto direto do verbo.

Cabe, em português, aos pronomes eu, tu, ele, nós, vós, eles, chamados pronomes de caso reto, exercer a função de sujeito. Situações, há, no entanto, em que os pronomes oblíquos me, te, nos, vos, o, os é que exercem a função de sujeito; exemplo: “Mandaram-me sair”. Seria inadequado em português, em contextos formais de uso da língua, dizer “Mandaram eu sair”. Por quê? Porque, em construções em que a oração principal apresenta verbo causativo (mandar, deixar, fazer) ou de percepção (sentir, ver), por exemplo, o sujeito da oração subordinada com verbo no infinitivo se configura sob forma oblíqua e não reta.

Ainda sobre o sujeito acusativo, observe que, em latim, quando o verbo da oração principal indica declaração ou conhecimento (dizer, crer, saber, contar etc.) só é possível a construção com o infinitivo na subordinada e nunca com conjunção integrante. Por exemplo: Não é possível dizer em latim clássico: “Creio que Deus existe”, mas somente; “Creio Deus existir”. De que maneira? Coloca-se Deus no acusativo, e o verbo existir no infinitivo.

Por outras palavras: Para traduzir orações subordinadas como Creio que Deus existe. Julgo que ele ouve, Sei que Pedro estuda:

1º - o **que** não se traduz;

2º o sujeito vai para o acusativo;

3º o verbo põe-se no infinitivo;

4º se o verbo da subordinada for de ligação, o predicativo irá também para o acusativo.

Creio que Deus existe.	<i>Credo Deus esse.</i>
Julgo que ele ouve.	<i>Puto eum audire.</i>
Sei que Pedro estuda.	<i>Seio Petrum studere.</i>
Creio que ele é bom.	<i>Credo eum esse bonum.</i>
	subj. acus. pred. acus.

EXERCÍCIO

- 1 Diga por que o latim clássico é uma língua sintética e dê exemplo de emprego de formas sintéticas no latim clássico.
- 2 Considerada a herança latina, o português é uma língua analítica ou sintética? Justifique.
- 3 Apresente exemplo de enunciados em que o emprego da partícula “se” tenha sua origem no latim vulgar.
- 4 Considerando a distinção entre formas sintéticas e analíticas, diga por que não são consideradas adequadas as construções: Ele é mais grande do que eu. Ele é mais pequeno do que eu. Ele é mais maior do que eu. Ele é mais menor do que eu. Ele melhor preparado do que eu.
- 5 É correto afirmar que o português herdou a preferência do latim clássico pela construção de orações subordinadas reduzidas, por exemplo: *Vulgus dicit terram esse rotundam* (O povo diz ser a Terra redonda.)? Por quê?

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática histórica*. São Paulo: Ática, 1969.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

FURLAN, Oswaldo A. *Gramática básica do latim*. Florianópolis: R. Bussarello, 1993.

FURLAN, Oswaldo A. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981. (Coleção linguística e filologia)

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

RESUMO DA ATIVIDADE 4

Nesta atividade, identifica-se que os falantes do português como os do latim vulgar preferem construções analíticas, e não sintéticas como os falantes do latim clássico; identifica-se que fatos sintáticos realizados no português se assemelham a fatos sintáticos realizados no latim vulgar; confrontam-se padrões de sentenças latinas com os de sentenças portuguesas.

DA SINTAXE LATINA À SINTAXE PORTUGUESA: **FUNÇÕES**, RELAÇÕES E PROCESSOS SINTÁTICOS

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- relacionar os casos latinos com as funções dos termos da sentença na língua portuguesa;
- apontar, na língua portuguesa, vestígios do sistema de casos do latim;
- confrontar o latim com o português quanto aos mecanismos de concordância, regência e colocação;
- comparar o latim com o português quanto aos processos de articulação de orações.

Conhecer a língua latina, particularmente a modalidade latina dita vulgar, conforme você já pôde perceber, contribui para atestar o fato de que a língua portuguesa é uma continuação do latim. Nesse processo de transformação do latim ao português, naturalmente parte do que era a gramática latina se manteve no sistema gramatical da língua portuguesa e parte sofreu modificações ou desapareceu no decorrer desse processo de evolução da língua dos romanos.

Nesta atividade, caracteriza-se o modo de expressão das funções sintáticas na sentença latina, comparando-o ao da sentença portuguesa, confrontam-se os mecanismos que presidem às relações sintáticas (concordância, regência, colocação) e os processos de articulação de orações nas duas línguas.

CASO

Por ser uma língua casual, os nomes no latim se declinavam. Por declinação entende-se o processo de combinar o radical da palavra com as desinências próprias dos casos. Cada nome pertencia, assim, a uma das declinações, reconhecidas pela desinência do caso genitivo singular.

1 Casos latinos e funções sintáticas

Em latim as funções sintáticas (lógicas) das palavras são indicadas pela terminação da palavra, que varia para esse fim. Dá-se o nome de **CASO** a essas variações. Caso é, pois, a terminação variável da palavra (substantivo, adjetivo, pronome) que serve para indicar a função sintática e as variações de gênero e de número, ou seja, é a propriedade que tinham as palavras latinas de assumir formas diversas para as diferentes funções na oração.

Há seis casos latinos, correspondentes às funções sintáticas básicas que estes casos exprimem. São eles: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo.

NOMINATIVO: é o caso do sujeito e do predicativo do sujeito.

1 *Musa* **a** *artes amat.* (A musa ama as artes.) – caso do nominativo singular: desinência -a

2 *Musae* **ae** *artes amant.* (As musas amam as artes.) – caso do nominativo plural: desinência -ae

3 *Caliope musa***a** *est.* (Calíope é musa.) – caso do nominativo singular (predicativo do sujeito): desinência -a

4 *Caliope et Polimnia musae *sunt.* (Calíope e Polimnia são musas.) – caso do nominativo plural (predicativo do sujeito): desinência -ae*

GENITIVO: é o caso do adjunto adnominal preposicionado (posse, origem, especificação, preço, qualidade) e de certos complementos nominais.

5 *Musae *inspiratio dulcis est.* (A inspiração da musa é doce.) – caso genitivo singular: desinência -ae*

6 *Musarum *inspiratio dulcis est.* (A inspiração das musas é doce.) – caso genitivo plural: desinência -arum*

7 *Patriae *amor necessarius est.* (O amor à Pátria é necessário.) – caso genitivo singular (complemento nominal): desinência -ae*

8 *Filiorum *amor necessarius est.* (O amor aos filhos é necessário.) – caso genitivo plural (complemento nominal): desinência -orum*

Também pelo caso genitivo se exprime a ideia do todo que se supõe dividido em partes bem como complementos de adjetivos.

9 *Multitudo hominum (multidão de homens)*

10 *Magnus numerus servorum (grande número de servos)*

11 *Studiosus literatum (estudioso das letras)*

12 *Peritus belli (perito em guerra)*

Comparando-se o latim com o português, vê-se que funções subordinadas, como são o adjunto e complemento nominal, exemplificadas acima, deixam de ser expressas por desinências (sinteticamente, portanto) e passam a ser indicadas por sintagma preposicionado (analiticamente, portanto).

ACUSATIVO: é o caso que exprime a função de (a) objeto direto, (b) adjunto adverbial de direção e (c) adjunto adverbial de extensão no espaço e no tempo.

a) Objeto direto

13 *Paulus amat agriculturam.*

14 *Poeta ad musam* [musas] *venit et musam* [musas] *audit* (O poeta vem à musa [às musas] e ouve a musa [musas])

Alguns verbos que hoje são transitivos indiretos na língua portuguesa eram transitivos diretos no latim.

15 *Mortem* *fugit.* (Fugiu da morte.)

16 *Sodalem* *aemulatu.* (Compete com o colega.)

Há também verbos latinos que constroem estruturas com duplo acusativo, como por exemplo:

17 *Docere discipul**us** linguam latin**am**.* (Ensinar aos alunos língua latina.)

18 *Celare amic**um** mort**em** patris.* (Ocultar ao amigo a morte do pai.)

b) Adjunto adverbial de direção (verbos de movimento):

19 *Ire in urb**em** Rom**am**.* (Ir à cidade de Roma.)

c) Adjunto adverbial de extensão (no espaço ou no tempo):

20 *Totam noct**em** dormire.* (Dormir [por] toda noite.)

DATIVO: é o caso do objeto indireto.

21 *Poeta mus**ae** [mus**is**] placet et favet.* (O poeta agrada e favorece à(s) musa(s).)

22 *Studere litter**is**.* (Dedicar-se às letras.)

O dativo também era o caso de muitos complementos nominais em que o nome era um adjetivo que indicava utilidade ou dano, facilidade ou dificuldade, benevolência ou hostilidade, agrado ou desagrado, semelhança ou dessemelhança. Em português esses adjetivos têm complemento regido das preposições “a” ou “para”.

23 *Poeta propicius mus**ae** [mus**is**]* (O poeta é propício à(s) musa(s).)

ABLATIVO: é o caso dos adjuntos adverbiais e do agente da passiva.

24 *Renae natant in aqu**a**.* (A rã nada na água.)

25 *Poeta, cum mus**a** [mus**is**], carmina inaudita creat* (O poeta, com a(s) musa(s), cria poemas nunca ouvidos).

26 *Via inundatur pluv**ia**.* (A rua foi inundada pela chuva.)

Em latim, o agente da passiva vai para o ablativo precedido da preposição *a* ou *ab*. Se o agente é coisa inanimada, dispensa-se a preposição.

VOCATIVO: é o caso da interpelação, do chamamento.

27 *Mus**a** [mus**ae**], inspira [inspirate] poet**as**!* (Ó musa[s] inspira[inspirai] os poetas!)

OBSERVAÇÕES:

1 O apostro e o adjunto adnominal ou atributo (sem preposição: menina bonita) não possuem caso próprio. Seguem o caso da palavra a que se referem.

2 Considerando-se que as palavras que chegaram até o português vieram na forma do acusativo latino (que perdeu o **-m** do singular), entende-se que o caso acusativo seja denominado de lexicogênico, quer dizer, aquele do qual se originou o léxico da língua portuguesa.

O sistema de casos do latim não foi herdado pela língua portuguesa. Na verdade, os seis casos do latim clássico acabaram reduzindo-se a dois no latim vulgar: o nomi-

nativo e o acusativo, conforme esclarece Tersariol (1966, p. 91), na passagem de sua Gramática Histórica, a seguir:

(...) O genitivo foi substituído pelo ablativo com a preposição “de”. O dativo foi substituído pelo acusativo regido da preposição “ad”. O ablativo foi substituído pelo próprio ablativo preposicionado. As preposições eram abundantes e assim a maior parte dos casos desapareceu restando apenas o nominativo (caso do sujeito) e o acusativo (caso do objeto direto). Esses dois casos permaneceram distintos por pouco tempo, até que o nominativo desapareceu, ficando o acusativo como único representante de todos os outros casos.

Na língua portuguesa atual, conservam-se vestígios dos casos latinos no paradigma dos pronomes pessoais: distinguem-se pronomes do caso reto (caso do sujeito, correspondente ao nominativo latino), a saber, eu, tu, ele(ela), nós, vós, eles(elas) e pronomes do caso oblíquo (caso do complemento, correspondente ao acusativo e dativo latinos), a saber, me/mim, te/ti, se/si, nos, vos, lhe(s). Contudo, na língua portuguesa não-padrão, oblitera-se a distinção entre os pronomes do caso reto e do caso oblíquo, o que é comprovado pelo uso corrente de construções como “para mim fazer” em lugar de “para eu fazer”; “Isso é para mim estudar hoje.” / “Isso é para eu estudar hoje”; “Isso é para ti apreender a não duvidar de mim” / “Isso é para tu aprenderes a não duvidar de mim”; e “Encontrei ela ontem à noite” / “Encontrei-a ontem à noite”.

2 Relações sintáticas

2.1 Concordância

A concordância era, em latim, um mecanismo sintático primacial para relacionar os termos da frase. Distinguem-se dois tipos de concordância: nominal e verbal.

Para os nomes, dada a existência de um sistema de casos, havia, diferentemente do que ocorre no português, a concordância não somente em gênero e número, mas também em caso. Leia, a esse respeito, o texto abaixo (FURLAN, 1993, p. 15).

(1) Os ATRIBUTIVOS, quer na função de adjunto adnominal, quer de predicativo do sujeito e de predicativo do objeto, concordam em GÊNERO, NÚMERO e CASO com o substantivo a que se referem. Exemplos:

a) *Servae laboriosae* (nom., pl., f.) *dominis suis* (dat., pl., f.)

“Servas laboriosas agradam às suas patroas.”

b) *Historia* (nom., sg., f.) *est magistra* (nom., sig., f.) *vitae*. (Cic.)

“A história é mestra da vida.”

c) *Dicunt historiā* (ac., sg.,f.) *esse magistrā* (nom. sg.,f.) *vitae*.

[...] Dizem a história ser mestra da vida.

Porque o predicativo refere determinado atributo ao sujeito ou ao objeto da frase, sua ocorrência anda sempre em conjunto com um VERBO DE LIGAÇÃO, explíci-

to ou implícito, cuja espécie de uso mais frequente é SUM, que acumula as significações expressas, em português, por ser, estar, ficar, permanecer. Ex.:

a) *Historia est magistra vitae.*

“A história é [é, fica, está, permanece] mestra da vida.”

b) *Amicus verus (est) avis rara.*

“Amigo certo (é) ave rara.”

2) O APOSTO acompanha, em caso, o termo a que se refere. Ex.:

a) *Iuno* (nom., sg.m f.), *dearum regina* (nom., sg., f.), *lovis uxor erat.*

“Juno, rainha das deusas, era esposa de Júpiter.”

b) *Dicunt Iunonem* (ac., sig., f.) *dearum reginam* (ac., sg., f.) *lovis uxorem fuisse.*

“Dizem que Juno, rainha das deusas, foi esposa de Júpiter.”

[...]

Confrontando-se as duas línguas, identifica-se que o mecanismo de concordância nominal existente no latim se conservou em português, com a supressão apenas da concordância em caso entre o adjetivo e o substantivo, o que se explica pelo fato de o sistema casual latino não ter sido preservado no processo de evolução da língua latina à portuguesa. Por isso, ao referir as regras de concordância gramatical de nossa língua, afirma-se que os termos determinantes (artigo, pronome, adjetivo, numeral) concordam, apenas, em gênero e número com o substantivo que determinam, na medida em que o substantivo seja variável nessas duas categorias. Sobre as particularidades da concordância em língua portuguesa, você terá oportunidade de conhecê-las na VI Unidade deste fascículo.

Para os verbos, o mecanismo de concordância também é semelhante nas duas línguas:

Na língua portuguesa, o verbo flexiona-se em número e pessoa para harmonizar-se com o sujeito, e essa relação de concordância é um indício sintático fundamental para o reconhecimento do sujeito (cf.: Os policiais prenderam o ladrão/Os ladrões o policial prendeu). No latim, ao contrário, ainda que houvesse essa concordância verbal, esta não era crucial para identificar o sujeito, uma vez que o substantivo com esta função deveria assumir a desinência própria do caso nominativo, que indicava, portanto, essa função do substantivo sujeito.

No latim havia verbos marcados pela impessoalidade – padrão sintático que se desvia da dicotomia sujeito – predicado e que fixa o verbo na terceira pessoa do singular. Os verbos que se enquadravam nessa condição eram aqueles que representavam fenômenos da natureza, tal como ocorre também na língua portuguesa: lat. *Pluit, Tēnat*; port. *Chove, Troveja*.

Outros exemplos de impessoalidade de verbos portugueses, como o do verbo *haver*, na acepção de existir, não encontram respaldo no latim, uma vez que esse verbo se apresentava como pessoal nesta língua: em “*Arca Noe habuit homines*”, arca é sujeito do verbo *haver*, e, se traduzida, essa frase corresponderia a “A arca de Noé há homens”. Isso significa dizer que o padrão impessoal de *haver* se desenvolveu na língua portuguesa.

Na unidade VI deste fascículo, aprofunda-se a abordagem do mecanismo de concordância verbal da língua portuguesa, revelando-se outros fatos próprios do padrão sintático português, mas não do latim.

2.2 Regência

Quando falamos de regência, em sentido amplo, estamos apontando um tipo de conexão que se estabelece entre as palavras na sentença, de modo que algumas funcionam como núcleo (termo principal, regente, subordinante) e outras, como periféricas (termo secundário, regido, subordinado) por depender sintaticamente do núcleo. Lembre-se de que você aprendeu que o artigo, o adjetivo, o pronome são palavras que se articulam com o substantivo para acrescentar algum tipo de informação. Assim, por exemplo, quando se constroem grupos sintáticos como “o rei”, “um rei”, “aquele rei”, “rei generoso”, “rei de muitos súditos”, o núcleo é a palavra *rei*, à qual se articulam palavras ou sintagmas que vão expandir, de diferentes maneiras, o sentido da palavra nuclear. Também, em relação ao verbo, você já deve ter conhecimento de que o verbo é o núcleo estrutural de construções chamadas predicado, ou seja, com ele se articulam outros termos que vêm lhe acrescentar significado. É o que acontece, por exemplo, quando o verbo se liga aos seus complementos e adjuntos (Ex.: *Conserve a natureza*; *Coloque o livro na estante*; *Dormi cedo*). Essa dependência sintática entre termos da sentença é o que chama de relação de regência.

Se compararmos o modo pelo qual se expressam as relações de regência no latim com o da língua portuguesa, veremos que há diferenças relacionadas ao fato de que o latim é uma língua com sistema de casos. Isso quer dizer que as relações de regência podiam ser assinaladas no latim pela desinência da palavra, o que não é possível em português. Comparem-se, por exemplo, estas duas construções:

28 *Pupa Luciae est bella.*

29 A boneca de Lúcia é bela.

Note que, na frase latina, a terminação no nome substantivo *Luciae* indica que a palavra é do caso genitivo (complemento restritivo), ou seja, é subordinada a outro termo do qual especifica o sentido. Em português, diferentemente, a função subordinada do termo está indicada pela preposição “de” no sintagma [de Lúcia], portanto a função em questão se expressa sinteticamente no latim e analiticamente em português.

Compare também as duas frases:

30 *Via inundatur pluvia.*

31 A rua foi inundada pela chuva.

Você pode observar que a função de agente da passiva (que se subordina ao verbo) está expressa no latim por meio de uma desinência nominal **-ia**; em português, de outra maneira, essa função subordinada não se expressa de forma desinencial, mas sim por meio de um sintagma preposicionado [pela chuva] em que figura, pois, a marca da subordinação.

Também observe como se expressa formalmente o chamado objeto indireto dos verbos em língua portuguesa, função que corresponde ao caso dativo no latim.

32 A menina dá uma rosa à amiga.

33 *Puella amicae rosam dat.*

Veja que o sintagma que se refere à pessoa que é beneficiada pela ação [a amiga] é formado, na língua portuguesa, com a preposição “a”. Em latim, diferentemente, aquele(a) a quem se dirige a ação expressa pelo verbo é indicado(a) formalmente na frase pela terminação da palavra.

Talvez, agora, você esteja se perguntando: - No latim se empregava preposição na construção de termos subordinados? A resposta é sim: a preposição aparece na relação entre termo subordinado e subordinante. Atente para os exemplos:

34 *Magistra in schola est.* (A professora está na escola.)

35 *Decere de vita.* (Sair da vida.)

36 *Cenare cum amico.* (Cear com um amigo.)

37 *Pedem ponere in terra.* (Pôr o pé em terra.)

A lição que se extrai desses exemplos é que, em se tratando da expressão de circunstâncias (caso ablativo), o latim faz preceder algumas espécies de circunstâncias por preposição; outras, exprime-as sem preposição.

38 *Magno pretio vendere.* (Vender por alto preço.)

39 *Memoria tenere.* (Reter de memória.)

Com respeito às orações subordinadas, o latim pode justapor orações ou indicar por meio de conjunção a função subordinada da oração ou ainda dar a forma reduzida à oração subordinada. Considere os exemplos:

40 *Affirmo: amicus scribet.* (Afirmo: o amigo escreveu.)

41 *Vulgus dicit quod terra est rotunda.* (O povo diz que a Terra é redonda.)

42 *Vulgus dicit terram esse rotundam.* (O povo diz ser a Terra redonda.)

43 *Dicunt hostes esse periculosos.* (Dizem ser os amigos perigosos.)

44 *Reus iurat se innocentem esse.* (O réu jura ser ele é inocente.)

45 *Dico me esse prudentem.* (Digo ser eu prudente.)

Como já se disse, o latim vulgar tendeu para o analitismo, de modo que na construção das orações subordinadas substantivas foi preferida, nessa modalidade do latim, a forma desenvolvida da oração (aquela em que o verbo está em forma finita e a oração subordinada se encaixa na principal por meio de conjunção integrante).

Quanto à regência em sentido restrito – sistema de preposições selecionadas por nomes e verbos na articulação com seus complementos –, naturalmente houve mudanças quanto ao assinalamento dos complementos. Assim, por exemplo, o complemento de agente da passiva, que no latim vulgar se expressa pela preposição **a**, **ab** e **abs** (indicando proveniência), passa a ser expresso por sintagma preposicionado com **por** (significando causa), na fase arcaica da língua portuguesa, fato que se estendeu ao português atual.

46 *Ille laudatur a patre, ab amicis et abs te.* (Ele é louvado pelo pai, pelos amigos e por ti.)

A preposição **de**, que também é a substituta de **ab**, em português, é ainda uma possibilidade de expressão do agente da passiva, embora seu uso seja esporádico na língua portuguesa e esteja particularmente ligado ao contexto literário. Confira o exemplo:

47 *Ella est amatus ab omnis.* (Ela é amada de todos.)

2.3 Colocação das palavras

Já foi dito por diversas vezes que a língua latina, para indicar a função sintática (sujeito, objeto, complemento etc.) que um nome (substantivo, adjetivo, numeral) ou um pronome assumisse na sentença, dispunha de um sistema de flexões nominais, que se realizava por morfemas de caso. Ora, o fato de as palavras já revelarem, pela sua desinência, a função sintática que têm na sentença permite que haja maior liberdade na ordenação das palavras. Assim, por exemplo, uma sentença como (48) “*Petrus amat Luciam*” admite, em vista do sistema de casos nominais, outras ordenações possíveis:

49 *Luciam amat Petrus.*

50 *Amat Petrus Luciam.*

51 *Luciam Petrus amat.*

Embora houvesse na língua latina essa liberdade de colocação das palavras, são atestadas, pelos textos clássicos, certas tendências na ordenação dos termos da sentença, que são as seguintes:

(i) colocar-se no início da sentença aquele termo que se quer destacar

52 *Caeca est invidia.* (Cega é a inveja.)

(ii) colocar-se o verbo no fim da sentença

53 *In hac quaestione Stoicos sequemur.* (Seguiremos nesta questão os estóicos.)

(iii) fazer, em geral, o determinante preceder o determinado

54 *Populorum progressio* (O progresso dos povos)

55 *Auri factum* (Feito de ouro)

(iv) colocar-se a preposição entre o termo determinante e determinado

56 *Omni ex parte* (De toda a parte)

57 *Magna cum virtute* (Com grande virtude)

O latim vulgar preferiu uma forma de dispor os termos da oração em que se observa uma **ordem lógica**: sujeito, verbo, objetos, adjuntos adverbiais. Esse modo de

ordenar os constituintes da sentença é habitual também na língua portuguesa. É a chamada ordem direta, usual ou preferencial. Os outros modos possíveis de colocação dos termos da sentença, na língua portuguesa, constituem a chamada ordem indireta ou psicológica, a qual serve à expressão de efeitos de sentido particulares, relacionados a intenções dos falantes.

ORDEM LÓGICA

Aquela em que os termos regentes (termos principais) precedem os termos regidos (termos secundários). Segundo a teoria sintática tradicional, o sujeito é regente em relação ao verbo, por entender-se que o sujeito representa o ponto de partida de uma proposição, ou seja, é o que vem primeiro à mente quando representamos o mundo pela linguagem verbal. Na construção do predicado, o verbo rege os complementos e adjuntos adverbiais. A ordem sujeito verbo complemento adjunto adverbial expressa, assim, uma ordem hierárquica dos constituintes da sentença.

2.3 A sintaxe do período

Como em português, os processos – coordenação e subordinação – integravam a gramática latina, identificando-se um inventário de conjunções – coordenativas e subordinativas –, que serviam à função de sinalizar as relações de ideias estabelecidas por esses processos sintáticos.

Na formação do período composto por coordenação, as relações entre as orações coordenadas identificam-se pelas seguintes conjunções

a) aditivas

et; que (enclítico)	e
atque, ac	além disso
nec, neque	nem
etiam, quoque, neque non, quin, itidem	também
non solum ... sed etiam	não só ... mas também

58 *Ora et labora.* (Ora e trabalha.)

59 *Non possum nec cogitare nec scribere.* (Não posso nem pensar nem escrever.)

60 *Neque simplex sis, neque malignus.* (Não sejas ingênuo, nem maligno.)

61 *Dissimulare etiam speravit.* (Também esperaste dissimular.)

62 *Non solum orat, sed etiam laborat.* (Não só ora, mas também trabalha.)

b) adversativas

sed, at, verum, vero	mas
tamen	todavia
autem, attamen, verum tamen	porém

63 *Non orat, **sed** laborat.* (Não ora, mas trabalha.)

64 *Male laborat, **at** laborat.* (Trabalha mal, mas trabalha.)

c) conclusivas

igitur, ergo	pois, logo
itaque	portanto
quare, quamobrem	pelo que
propterea, ideo	por isso

65 *Tres **ergo**, ut dix, sunt viae.* (Três são, pois, como disse, os caminhos.)

66 *Gnadeamus **igitur**, iuvenes dum sumus.* (Alegremo-nos, pois, enquanto somos jovens.)

67 ... ***itaque** rem suscipit.* (... assume, portanto, a empresa.)

d) disjuntivas

aut... aut	ou... ou
vel... vel	ou... ou
sive... sive	ou... ou

68 ***Aut** amat **aut** odit mulier; nihilest tertium.* (A mulher ou ama ou odeia; não há terceiro termo.)

69 ***Vel** orat, **vel** laboret **vel** laetus est.* (Ora reza, ora trabalha, ora está alegre.)

70 ... ***sive** iracundia, **sive** dolore, **sive** metu permotus.* (... movido de raiva, de dor ou de medo.)

e) explicativas

nam, namque, enim, etenim	ora, pois, pois que
---------------------------	---------------------

71 *Adiuva me, **nam** infirmus sum.* (Ajuda-me, pois enfermo estou.)

72 *Num conturbo te? Non **enim** fortasse intellegis.* (Acaso te perturbo? Pois talvez não entendas.)

Na construção das orações subordinadas desenvolvidas (aquelas em que a relação de ideias é marcada pela conjunção subordinativa), a língua latina apresenta um quadro diverso de conjunções que expressam a subordinação de ideias.

a) causais

quod, quoniam, cum	porque
--------------------	--------

73 *Aristides expulsus est patria, **quod** praeter modo iustus erat.* (Aristides foi expulso da pátria porque era justo demais.)

b) comparativas

ut, uti, sicut, velut, quomodo, quemadmodum	como
tanquam, velut si, ut si	como se

74 ***Ut** quemque Deus vult esse, ita est.* (Como Deus quer que cada um seja, assim é.)

75 ***Quemadmodum** desiderat cervus ad fontes aquarum.* (Como o cervo anseia pela fonte das águas.)

c) concessivas

quamquam, etsi, tametsi	embora, se bem que
quamvis, cum, ut, licet	conquanto, ainda que

76 ***Quamquam** non intellego, credo.* (Embora não entenda, creio.)

77 ***Ut** desint vires, tamen est laudanda voluntas.* (Conquanto faltem as forças, deve ser louvada a verdade.)

78 ***Qui** non vetat peccare, **cum** possit, iubet.* (Quem não impede pecar, ainda que possa, manda (pecar)).

d) condicionais

si	se
nisi, sin	senão
dum, dummodo	contanto que, salvo se
modo ne	de modo que não

79 ***Si** hoc dicas, erres.* (Caso dissesses, errarias.)

80 *Oderint, **dum** metuant.* (Que odeiem, desde que temam.)

e) consecutivas

ut	de modo que
ut non	de modo que não
quin	pois

81 *Nemo tam sapiens est, **ut** omnia sciat.* (Ninguém é tão sábio que conheça tudo.)

82 *Nemo tam cautus est, **ut** falli **non** possit.* (Ninguém é tão cauteloso que não possa ser enganado.)

83 *Nihil tam arduum est, **quin** homines temptent.* (Nada é tão árduo que os homens não tentem (resolver).)

f) finais

ut, uti, ne	a fim de que, para que
quo, minus	que não, para que não

84 **Ut** *ameris, amabilis esto.* (Para que sejas amado, sê amável.)

85 **Cave ne** *cadas.* (Acautela-te para que não caias.)

86 **Timeo ut** *sustineas.* (Temo que não suportes.)

Após verbos, **ne** significa “(para) que”; **ut**, “que não”.

g) temporais

cum	quando
ut, ubi, uti primum, simul ac	apenas, logo que
quod, donec, quandiu	até que
dum	enquanto
antequam, prius, quam	antes que
post quam	depois que, desde que

87 **Cum** *Caesar in Galliam venit, duae factiones ibi erant.* (Quando César veio à Gália, havia duas facções.)

88 **Ubi** *hoc nuntiatum est, iubet.* (Logo que isso for comunicado, ordena.)

89 **Donec** *eris felix, multos numerabis amicos.* (Enquanto fores feliz, contarás com muitos amigos.)

90 **Antequam** *noveris, a laudando et vituperando abstine.* (Antes que conheças, abstém-te de louvar e de vituperar.)

No processo de evolução do latim ao português, poucas foram as conjunções herdadas daquela língua, por exemplo: *et*>*e*; *nec*>*nem*; *aut*>*ou*; *si*>*se*. Para compensar a perda de conjunções latinas, a língua portuguesa recorreu a outras classes de palavras, particularmente à dos advérbios e das preposições, dando-lhes a função de conjunção. São exemplos de conjunções criadas na própria língua portuguesa, entre outras: *toda-via*, *para que*, *depois que*, *a fim de que*, *visto que*.

EXERCÍCIO

1 Responda: Se no latim clássico as funções sintáticas das palavras na sentença eram expressas por meio de morfema de caso, e se a língua portuguesa não herdou essa característica, como se evidenciam, nessa língua, as relações sintáticas na sentença?

2 Considerando a frase “*Deus hominem diligit*” (Deus ama o homem), explique por que o latim apresentava mais liberdade de colocação do que o português para essa sentença: *Hominem diligit Deus; Diligit Deus hominem; Hominem Deus diligit.*

3 Dê exemplos de que os falantes da língua portuguesa, dependendo de seus anseios, intenções, podem dispor os termos de uma sentença em diferentes posições sem alterar o valor gramatical desses termos.

4 Responda: Como se pode justificar a redução dos casos latinos, já no próprio latim vulgar, e o fato de o sistema de casos não chegar à língua portuguesa?

5 Assinale cada afirmativa como verdadeira (V) ou falsa (F).

() Considere a sentença latina: *Puella fabulas narrat* (A menina fábulas narra). Essa ordem preferencial do latim (o sujeito inicia a oração e o verbo encerra) é também a ordem preferencial da língua portuguesa.

() Em latim, o adjetivo pode concordar com o substantivo em gênero, número e caso.

() Na sentença “A menina dá uma rosa à amiga”, os termos uma rosa (objeto direto) e à amiga (objeto indireto) correspondem, no latim, aos casos acusativo (complemento verbal) e dativo (complemento de interesse), respectivamente.

() No latim clássico havia preferência por orações reduzidas; enquanto no latim vulgar, por orações desenvolvidas.

() O processo de articulação de orações no latim (clássico e vulgar) se dava por meio sindético e assindético (justaposição).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina: curso único e completo*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

FURLAN, Oswaldo A. *Gramática básica do latim*. Florianópolis: R. Bussarello, 1993.

FURLAN, Oswaldo A. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

GARCIA, Janete Melasco. *Dicionário gramatical de latim: nível básico*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, Plano Editorial Ltda., 2003.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

TERSARIOL, Alpheu. *Gramática histórica*. São Paulo: Ática, 1966.

RESUMO DA ATIVIDADE 5

Nesta atividade comparam-se fatos gramaticais do latim com os de língua portuguesa no que diz respeito à expressão das funções sintáticas e às relações (concordância, regência, ordem) de constituintes na sentença. Mostra-se que no latim os nomes (substantivos, adjetivos) e pronomes se flexionam conforme o valor sintático que apre-

sentem na sentença. Expõe-se o fato de que o sistema de casos do latim está constituído por seis diferentes casos: nominativo, genitivo, acusativo, dativo, ablativo, vocativo, os quais acabaram reduzidos a dois no latim vulgar essas desapareceram no processo de evolução do latim ao português. Faz-se alusão à ampla liberdade de ordenação dos constituintes da sentença latina, propriedade que, em parte, foi herdada pelo português, e discorre-se sobre o modo de articulação de orações no período.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Declinações

Por ser uma língua casual, os nomes no latim se declinavam. Por declinação entende-se o processo de combinar o radical da palavra com as desinências próprias dos casos.

Havia cinco declinações, identificadas pelas cinco possíveis terminações do genitivo singular. Cada nome pertencia, assim, a uma das declinações, reconhecida pelo genitivo singular.

Quadro das declinações latinas

1ª declinação	genitivo terminado em ae
2ª declinação	genitivo terminado em i
3ª declinação	genitivo terminado em is
4ª declinação	genitivo terminado em us
5ª declinação	genitivo terminado em ei

Os adjetivos podiam seguir uma das três primeiras declinações e os pronomes tinham declinação especial.

Considerando-se uma palavra latina como “rosa”, apresenta-se o seguinte paradigma flexional de caso:

singular		plural	
ros	a	ae	nominativo
ros	ae	arum	genitivo
ros	am	as	acusativo
ros	ae	is	dativo
ros	a	is	ablativo
ros	a	ae	vocativo

Pela terminação do genitivo singular, a palavra rosa se identifica como um nome da 1ª declinação, que era constituída apenas de nomes femininos.

PORTUGUESA: MODELOS DE DESCRIÇÃO

A SINTAXE

u n i d a d e 3

A SINTAXE TRADICIONAL

a t i v i d a d e 6

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá saber

- os tipos de sintaxe;
- o que é sintaxe sob o ponto de vista tradicional;
- pontos de vista sobre as orações reduzidas;
- a possibilidade de uma oração ser subordinada não à oração principal do enunciado;
- a possibilidade de uma oração subordinada desempenhar uma função sintática em outra oração;
- a existência de frases inanalísáveis;
- a importância do estudo da análise sintática tradicional.

1 Sintaxe do ponto de vista tradicional

Exposição de normas segundo as quais se constroem as sentenças marcando devidamente as relações entre palavras pela posição destas (sintaxe de colocação), por certas partículas (sintaxe de regência), ou pelo seu ajuste formal (sintaxe de concordância).

1.1 Objetivo

Compreender a estrutura da sentença em termos de partes do discurso, fornecendo uma teoria desta tão completa quanto possível.

2 Análise sintática tradicional

Identificação dos termos que compõem a sentença: sujeito, predicado, complementos, adjuntos.

O modelo tradicional de análise sintática, no que se refere ao ensino da língua portuguesa, não deixa de ser seguido com muita proeminência na escola atual, em função do ensino das categorias sintáticas por si mesmas. Assim, observamos que a escola continua dando ênfase ao ensino descritivo sem visar à língua em uso, embora se propale a orientação dada pela Linguística Aplicada de que o ensino da língua portuguesa deva ter em mira o aprendizado da leitura e produção de texto. O trabalho de análise sobre a língua tem, sim, sua finalidade: o desenvolvimento da competência dos alunos enquanto falantes, ouvintes, leitores e escritores, mas essa competência se constrói no uso e por meio da reflexão acerca da língua em uso.

Sobre o ensino da língua portuguesa realizado com o objetivo de o aluno aprender a descrever a estrutura dos enunciados, leia o texto *Da análise sintática*, do filólogo

Gladstone Chaves de Melo (1971, p. 243-248), que, apesar de não ter sido escrito recentemente, traz orientações bastante pertinentes para o contexto atual do ensino de fatos sintáticos da língua portuguesa. Leia, também, a respeito o trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (Ensino Fundamental, 1997, p. 26-8) que trata do item *Análise e reflexão sobre a língua*.

DA ANÁLISE SINTÁTICA

Na metodologia do ensino da língua tem sido a análise sintática — impropriamente chamada análise lógica — um cavalo-de-batalha para alunos e professores. Creio que noventa e nove por cento dos estudantes de escola secundária saem desconhecendo redondamente essa sutil arte e, por isso mesmo, a renegam com toda a energia de suas vontades e inteligências indignadas. Por outro lado, é certo que boa parte dos professores realmente não sabe analisar, e que ainda maior número desconhece a natureza e a utilidade ou inutilidade da análise sintática.

Mestres há para quem o ensino da análise constitui o “leit-motiv” da sua atividade, pelo que consagram a essa operação e exercício quase todo o tempo do ano letivo. Como o desequilíbrio tende ao paroxismo, tais professores entram a se dedicar de corpo e alma ao culto da complicação, às nomenclaturas rebarbativas, à técnica pela técnica. Essa hipertrofia de um dos instrumentos do ensino não pode deixar de perturbar seriamente o mesmo ensino, que então fica prejudicado em outros setores mais importantes e essenciais.

“LEIT-MOTIV”
o motivo condutor.

PAROXISMO
exaltação máxima

REBARBATIVAS
difíceis, enfadonhas

Para corrigir o defeito é necessário, em primeiro lugar, que se tenha noção verdadeira do que seja a análise; em segundo lugar, que se lhe dê o valor relativo exato; e em terceiro, que seja ensinada por bom método.

Realmente a análise sintática acaba sendo a própria inteligência da linguagem. Quer dizer: quem entendeu o que leu ou o que ouviu analisou sintaticamente as frases que aprendeu, embora não o tenha feito refletidamente.

A análise sintática é a análise do pensamento expresso pela linguagem articulada. É a interpretação dos valores ou das funções sintáticas. Daí já se vê que deve ser muito fácil a operação. Consiste em traduzir, em transformar um processo psíquico intuitivo em processo racional. Quem entendeu esta frase — “Paulo casou-se ontem” — percebeu o nexo entre o predicado “casou-se ontem” e o sujeito “Paulo”; percebeu que o predicado se referiu ao sujeito; notou que “ontem” se reporta ao verbo, exprimindo uma circunstância da ação. Ainda que o leitor ou o sujeito-ouvinte desconheça aquela nomenclatura — sujeito, predicado, etc., se entendeu a frase, analisou-a.

Daqui decorre imediatamente que deve haver perfeita correspondência entre a análise e a expressão, de tal modo que a primeira não possa exceder a segunda. Digo isto, porque os tais analistas profissionais, na sua ânsia de complicar e denominar, não raro ultrapassam a intenção linguística do falante. Assim, há quem veja numa oração como esta: — “comprei uma casa e um sítio” — duas proposições: — “comprei uma casa e (comprei) um sítio”, sob a falsa alegação de que a conjunção *e* deve ligar orações. Ora, não foi isto que eu disse, mas aquilo; não disse que “comprei uma casa” e que “comprei um sítio”, senão que “comprei uma casa e um sítio”.

Uma observação também importante é que só são analisáveis as frases conceituais ou aquelas em que o elemento racional predomine sobre o elemento emotivo ou o ativo. Uma frase como — “Fogo!” — é inanalisável, do mesmo modo que o é um anacoluto. Certos teóricos supõem resolver a dificuldade, substituindo a frase por outra equivalente e analisando a segunda. A verdade é que ficamos na mesma, pois a primeira continua inanalisada.

Debalde tentaremos analisar um período como este de GARRET:

“E o desgraçado tremiam-lhe as pernas, e sufocava-o a tosse.”

(*Viagens na Minha Terra*, Bertrand, Lisboa, s/d, pág. 99);

ou como este de BILAC:

“Porque o escrever — tanta perícia,

Tanta requer,

Que ofício tal... nem há notícia

De outro qualquer”.

(*Poesias*, 12.ª ed., Alves, Rio, 1926, pág. 7);

ou ainda como este de CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE:

“Eta vida besta, meu Deus!”

(*Poesia até Agora*, José Olímpio, Rio, 1948, pág. 27).

Quando dizemos que só se analisam frases conceituais, queremos referir-nos à análise racional que vai discriminar as partes normalmente encontradas numa proposição. Aquela outra análise intuitiva é claro que se faz de qualquer frase, desde que se lhe perceba o conteúdo significativo.

A análise é um dos auxiliares do ensino da língua, nunca sua razão de ser. Serve para dar uma nomenclatura técnica, que muito facilitará o estudo da sintaxe, tornando claras e racionalmente perceptíveis as relações entre os membros da frase. É mero instrumento de trabalho da Gramática, para facilitar o seu fim, que é o conhecimento organizado e sistemático da língua literária. Serve ainda como meio de verificação, quando o escritor duvida de sua frase. A análise lhe revelará o ponto fraco, a estrutura

mal urdida. Presta ela ainda auxílio nas possíveis perplexidades sobre pontuação, nomeadamente quando o autor não chegou a aprender esse capítulo da Gramática e da Estilística, quando não lhe forneceram as corretas e adequadas noções de ritmo da frase, da oração, do período.

Portanto, é útil e até necessário o conhecimento da análise, contanto que ela se assine no seu papel de instrumento e não queira tudo avassalar e tudo dominar.

Com estes pressupostos, já se pode acrescentar que o ensino da análise deve ser feito *racionalmente*, no sentido formal da palavra. Quer dizer, deve partir da inteligência da frase.

Para logo vencer no aluno a sadia prevenção contra a análise, começará o professor por fazer-lhe ver que quem entende o que lê *analisa*. Depois, porá o máximo empenho em clarificar os *conceitos*, dando de início pouca importância aos nomes e muito menos ainda às apresentações gramaticais.

Assim, firmado no discente o conceito de predicado, de sujeito, de objeto, de adjunto, de complemento, de frase nominal e de frase verbal, o mestre inculcará a noção de oração subordinada, esclarecendo-lhe a essência, que é o exercer em outra uma função qualquer. Melhor: fará o aluno verificar por si mesmo que a oração subordinada é nada mais que uma das partes de outra oração — sujeito, objeto, complemento, adjunto — uma dessas partes que se apresenta gramaticalmente com estrutura oracional.

Aproveitará o ensejo para destruir toda falsa noção, todo conhecimento de muletas, que certos compêndios veiculam, como isto de dizer que a oração subordinada vem encabeçada por pronome relativo ou conjunção subordinativa, que tem o verbo no subjuntivo e sei lá que mais. Fará timbre em mostrar ao aluno desmentidos às chamadas regras práticas, apontando-lhe subordinadas sem o conectivo e com o verbo no indicativo. Terá cuidado em evitar que o aluno decore listas de conjunções, demonstrando-lhe, por meio de exemplos azados (propícios) e convincentes, a inutilidade e até a nocividade de tal prática.

Atenção especial há de merecer ao bom professor a formação do justo conceito de subordinação e de coordenação, explicando ele que os dois processos não se opõem, são apenas coisas *diferentes*, podendo, pois, coexistir na mesma função sintática. Depois de exemplificar o caso com orações subordinadas coordenadas, insistirá nesta fórmula, que corresponde à realidade: uma oração é subordinada e *está* coordenada.

Salientando que *subordinação* é conceito de essência e que *coordenação* é conceito de acidente, ensinará que o contrário de oração subordinada é oração independente e não *oração coordenada*, como insinuam alguns compêndios.

Na mesma linha de pensamento, fará ver que a noção de oração *principal* é relativa, já que principal é apenas a única independente de um período que conte mais de uma oração, ou melhor, a oração independente em cotejo com suas subordinadas. Ou, até a subordinada, em relação à outra a ela subordinada. Nesta altura, fácilimo será ao professor destruir a tolice de que oração principal é a que tem sentido completo.

[...]

Inútil quase sempre estar a falar em orações reduzidas, já que o infinitivo, o gerúndio ou os participípios são nada mais que substantivos ou adjetivos verbais que exercem nas frases função de sujeito, de objeto, de adjunto adnominal, de adjunto adverbial, etc. Em “é fraqueza entre ovelhas ser Lião” (*Lus.*, I, 68), “ser Lião” é sujeito de “é fraqueza”. Em “não vereis com vãs façanhas, fantásticas, fingidas, mentirosas, louvar os vossos” (*Lus.*, I, 11), “louvar os vossos” é objeto direto de “Não vereis”. Em “Não teve resistência e, se a tivera, mais dano resistindo recebera” (*Lus.*, II, 69), “resistindo” é adjunto adverbial de causa.

Em:

“Passada esta tão próspera vitória,
Tornado Afonso à lusitana terra
A se lograr da paz com tanta glória
Quanta soube ganhar na dura guerra,
O caso triste e divo da memória
Que do sepulcro os homens desenterra Aconteceu da mísera e mesquinha
Que depois de ser morta foi rainha”

(*Lus.*, III, 118),

“passada...” e “tornado...” são adjuntos adverbiais de tempo. E assim por diante.

Deste modo, indo à substância das coisas e tornando eminentemente racional e antipsitacista o ensino da análise, verá o professor, com justo contentamento, que o aluno em três tempos se reconcilia com o bicho-papão e aprende facilmente. Tenho tido casos de alunos inteligentes e de espírito filosófico que aprenderam *toda* a análise sintática em dois dias. Mas devo revelar com honestidade a situação de tais alunos: eram inteiramente crus, eram tábua-rasa. Estou certo de que a proeza não se pode realizar em quem já tenha estudado ou aprendido análise. Estudado ou aprendido mal, já se vê, porque aí o trabalho é duplo: erradicar o erro e plantar a verdade.

ANTIPSITACISTA

Distúrbio de linguagem que consiste na repetição mecânica de palavras.

RESUMO MNEMÔNICO

Exagerada tem sido a importância atribuída à análise sintática no ensino da língua. Principalmente, errada tem sido a orientação na matéria. Falsos conceitos, meia ciência por parte de professores, complicação e pedantismo de nomenclatura vazia, tudo isso produziu e produz nos alunos uma sadia aversão pela “análise lógica”.

Urge restabelecer a verdade e acertar os eixos, começando por lembrar que a análise é apenas um *instrumento de ensino*, nunca a essência ou o tema principal.

Deve-se partir da concepção de que quem entende o que lê analisa intuitivamente. Resta, pois, tomar consciência, transformar um processo intuitivo em processo discursivo. Outro importante princípio geral é que são paralelos pensamento e expressão, e que, portanto, esta não pode exceder aquele. Com isso condenamos os desdobramentos, as explicitações inúteis e a dissecação destruidora.

Também se deve firmar que só são analisáveis discursivamente as orações conceituais e de estrutura normal e prevista, fugindo à análise frases com predomínio da emotividade ou da vontade, e os anacolutos.

Passando-se ao conteúdo, cumpre formar com nitidez os conceitos de sujeito, predicado, complementos, adjuntos, predicativo, aposto; de coordenação, de subordinação, de correlação, de oração subordinada e de oração principal. Quanto à nomenclatura, procurar simplificá-la e racionalizá-la, escolhendo sempre nomes adequados e sugestivos. O infinitivo, o gerúndio e os participípios se hão de considerar como funções, da oração não como “reduzidas”, conforme querem alguns. Só é destacável para constituir oração à parte o gerúndio indicativo de ação posterior à do verbo principal e o gerúndio que exprime efeito de uma causa.

Assim, indo à substância das coisas, desprezando superfluidades e condenando desvios e substituições injustificáveis, chega-se a uma solução satisfatória, consegue-se despertar o interesse dos discentes, e a análise apresenta real utilidade como instrumento de ensino do vernáculo e condição para o aprendizado das línguas clássicas.

MNEMÔNICO

Relativo à memória.

EXERCÍCIO 1

Com base na leitura do texto acima, resolva as seguintes questões:

1 Considerando os dizeres de autor do texto sobre a serventia da análise sintática:

“Serve ainda como meio de verificação quando o escritor duvida de sua frase. A análise lhe revelará o ponto fraco, a estrutura mal urdida. Presta ela ainda auxílio nas possíveis perplexidades sobre pontuação”,

em que a análise sintática auxilia o falante de língua portuguesa a perceber que o enunciado da alínea a) apresenta problemas estruturais e que o enunciado da alínea b) apresenta problemas de pontuação?

a) Um silvo agudo, imitante do canto do urutaí, arrancou-a a essas reflexões e, pondo os ouvidos à escuta.

(Enunciado adaptado: SOUZA, Inglês de. A Quadrilha de Jacó Patacho, 2005, p.94.)

b) Barack Obama, assume o comando do maior país do mundo com a mesma determinação com que venceu as eleições.

(Enunciado adaptado: *VEJA*, 28 de janeiro de 2009.)

2 Por que Melo (1971) é contra a classificação de orações reduzidas? Procure em uma gramática ou em textos um exemplo de cada tipo de oração reduzida.

3 Considerando que Melo (1971) critica quem entende que a oração principal é a que tem sentido completo, procure apontar no enunciado abaixo a oração principal que pode servir de exemplo a esse ponto de vista.

Mergulhou novamente espalhando espuma, ao voltar à tona, assoando-se, viu que o filho saíra, fechando bruscamente a porta do banheiro.

(JURANDIR, Dalcídio. Marajó, 208, p.267.)

4 Das três orações subordinadas grifadas no enunciado, a seguir, indique a que se subordina a um termo de outra oração.

Saltar pela janela e fugir, além de impossível, porque a claridade da lua a denunciaria aos bandidos, seria abandonar seus pais e irmãos, cuja existência preciosa seria cortada pelo punhal dos sacários (assassinos pagos) de Patacho durante o sono sem que pudessem defender-se ao menos.

(SOUZA, Inglês de. A Quadrilha de Jacó Patacho, 2005, p.95.)

Leia, agora, o recorte do texto dos PCN (Ensino Fundamental, 1997, p. 26-28.), conforme orientado acima.

ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE A LÍNGUA

O trabalho de análise e reflexão sobre a língua tem como finalidade o desenvolvimento da competência dos alunos enquanto falantes, ouvintes, leitores e escritores. Essa competência se constrói no uso e por meio da reflexão sobre a língua em uso.

As atividades de análise e reflexão sobre a língua são aquelas que tomam certas características da linguagem como objeto de estudo. Isso é possível pelo fato de a linguagem poder referir-se a si mesma; quer dizer: a linguagem, além de nos permitir falar sobre o mundo ou sobre a nossa relação com o mundo, nos permite falar também sobre ela própria.

Essas atividades são realizadas pelas crianças antes mesmo de frequentarem a escola. Um exemplo disso é quando, no meio de uma conversa, alguém pergunta “O que você quis dizer com isso?” na tentativa de conseguir um esclarecimento sobre o conteúdo da mensagem. Trata-se, nesse caso, de uma **atividade epilinguística**. Quando realizadas na escola, atividades desse tipo podem constituir-se numa importante fonte de questionamento, análise e organização de informações sobre a linguagem e, no processo de aprendizagem da língua escrita, devem anteceder as **atividades metalinguísticas** para que estas possam ter algum significado para as crianças.

A prática de análise e reflexão sobre a língua deve possibilitar aos alunos o domínio de certos recursos expressivos que ainda não fazem parte do seu repertório. Deve utilizar como instrumento a comparação entre as diferentes formas de dizer, tanto para melhorar os recursos linguísticos e discursivos de que já dispõe o aluno, como para possibilitar a incorporação de novos àqueles já dominados por ele. Dessa forma, é importante que a análise e reflexão sobre a língua aconteça no interior das práticas de leitura e de produção de textos, tanto orais como escritos.

Esse tipo de prática, no caso da língua oral, é prioritariamente um trabalho de explicitação do que os alunos sabem utilizar – mas não têm consciência de que o fazem e por quê. Um trabalho que deve tematizar os aspectos da linguagem que, se compreendidos, podem contribuir para o desenvolvimento da capacidade de produzir textos eficazes: a comparação, por exemplo, entre formas de fala utilizadas em variadas situações, com o objetivo de que o aluno se apropria progressivamente dos diferentes registros. Em se tratando da língua oral, valer-se da diversidade linguística é um recurso fundamental: aquilo que não é facilmente observável pode evidenciar-se pelo contraste.

No que se refere à leitura, a prática de reflexão deve possibilitar a discussão sobre diferentes sentidos atribuídos aos textos e sobre os elementos discursivos que validam ou não essas atribuições de sentido. Deve propiciar ainda a construção de um repertório de recursos linguísticos que possa ser utilizado na produção escrita.

Em relação à escrita de textos, a prática de análise e reflexão deve permitir, por um lado, que os alunos comparem expressões, transformem-nas, experimentem novos modos de construção, imprimam novos sentidos às formas linguísticas já utilizadas. Por outro lado, a reflexão deve favorecer também a construção de noções que possibilitem a categorização e sistematização dos diferentes recursos linguísticos e discursivos, quer se refiram ao funcionamento da linguagem, às configurações textuais, ao léxico ou a estruturas sintáticas, por exemplo.

Um espaço privilegiado de articulação das práticas de leitura, produção escrita e reflexão sobre a língua (e mesmo de comparação entre linguagem oral e escrita) é o das atividades de revisão de texto. Esta prática – parte integrante do próprio ato de escrever – é aprendida por meio de participação do aluno em situações coletivas de revisão do texto escrito, em atividades realizadas em parcerias e sob a orientação da professora, que permitem e exigem uma reflexão sobre a organização das ideias, os procedimentos de coesão utilizados, a ortografia, a pontuação... Estas situações, onde são tematizadas as questões que surgem na produção, dão origem a um tipo de conhecimento que deve incorporar-se progressivamente à atividade de escrita, melhorando sua qualidade. Nessa perspectiva, a revisão de texto seria o controle de

ATIVIDADE EPILINGUÍSTICA

Reflexão sobre a língua.

ATIVIDADE METALINGUÍSTICA

Atividade de análise sobre a língua.

qualidade da produção e, sendo assim, é necessário que ocorra também durante o processo e não somente após a finalização do produto.

É dentro da situação de produção de texto, enquanto o escritor monitora a própria escrita para assegurar sua adequação, coerência, coesão e correção, que ganham significado os conhecimentos sobre as características dos gêneros, os conteúdos de gramática textual e oracional e as normas ortográficas.

A escrita é a origem e o destino da gramática. Quer dizer: os aspectos só são questões na medida em que aparecem como dificuldades para a escrita. E os conhecimentos gramaticais construídos no processo de reflexão sobre estas dificuldades só têm sentido se servirem para melhorar a qualidade dos textos escritos. Uma concepção dessa natureza não tem lugar para exercícios descontextualizados do tipo “siga o modelo” ou de memorização de regra...

Embora a expressão revisão de texto esteja muito ligada à ideia de correção, de eliminar seus erros e melhorá-lo, é possível “revisar” até textos especialmente bem escritos, de autores reconhecidos, para – analisando seus procedimentos – aprender com ele. Por exemplo, quando se rastreia, em um conto, todas as expressões que o autor usou para indicar mudança de lugar, de tempo ou de personagem em cena, é provável que se amplie o repertório em uso pelos alunos, que se avance no conhecimento dos recursos coesivos (sem precisar dar aula expositiva de gramática textual) e até que da lista de expressões saia uma de locuções adverbiais, se e quando for o caso.

Se o objetivo é que os alunos utilizem os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para melhorar a capacidade de compreensão e expressão tanto em situações de comunicação escrita quanto oral é preciso organizar o trabalho educativo nessa perspectiva. Sendo assim, ainda que os conteúdos relacionados a esse tipo de prática estejam organizados num bloco separado, eles devem remeter-se diretamente às atividades de uso da linguagem. Mais do que isso, devem estar a seu serviço.

EXERCÍCIO 2

Com base na leitura do recorte dos PCN, resolva as questões abaixo:

- 1 O texto acima, transcrito dos PCN, defende o ponto de vista de que a análise da língua deve ser aplicada no ensino, mas sob que condição?
- 2 Por que é possível promovermos o estudo reflexivo (epilinguístico) sobre a língua?
- 3 Aponte um trecho do texto em que fica ressaltado que a reflexão deve envolver inclusive as configurações sintáticas.
- 4 Aponte outro trecho em que fica ressaltado que, na produção de um texto, os conhecimentos sintáticos são tão importantes quanto os outros exigidos para esse fim.
- 5 Observar as expressões sintáticas em textos bem escritos é uma prática aconselhável para melhorar o desempenho sintático do aluno. Você concorda com essa afirmativa? Em que trecho do texto acima essa prática é referida?

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

MELO, Gadstone Chaves de. “Da análise sintática” in _____. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*, Rio de Janeiro: Livraria Almedina, 1971, p. 243-248.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais (PCN) Ensino Fundamental, 1997, p. 26-28.

COMPLEMENTAR

BORBA, Francisco da Silva. *Teoria sintática*. São Paulo: EDUSP, 1979.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

GRAMÁTICAS da língua portuguesa.

RESUMO DA ATIVIDADE 6

Nesta atividade, procurou-se apresentar a sintaxe sob o ponto de vista tradicional bem como o modelo de análise que essa visão propõe. Viu-se a importância de se fazer a análise sintática para fins de reflexão sobre a língua, e não simplesmente de se promover a descrição de fatos sintáticos por eles mesmos.

A SINTAXE ESTRUTURAL

a t i v i d a d e 7

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá saber

- o que caracteriza a visão formalista de língua;
- as correntes linguísticas formalistas;
- os procedimentos que norteiam a análise do enunciado, segundo a visão formalista;
- o que é um sintagma;
- os tipos de sintagma.

1 Sintaxe do ponto de vista formalista

O termo formalista aqui encampa a visão que se tem de língua considerando-a como sistema. Tanto o estruturalismo quanto o gerativismo são, portanto, correntes linguísticas formalistas porque assim conceberam a língua. Para entender esse modo de ver a língua, apresentamos-lhe o texto, a seguir, de Berlinck *et al.* (2001, p. 210-211), que deixa claro o que determina a forma linguística de uma língua; que procedimento deve orientar a análise sintática das línguas; e que a língua é um objeto autônomo, independente da situação de comunicação.

A maneira como se associam as entidades que se podem identificar em uma dada língua determina a forma linguística. O estudo das características internas à língua, tais como a natureza de seus constituintes e da relação entre eles, ou seja, do aspecto formal da língua, caracteriza a abordagem formalista de análise linguística.

Essa corrente do pensamento linguístico se dedica a questões relacionadas à estrutura linguística, sem se voltar especialmente para as relações entre a língua e o contexto (situação comunicativa) em que se insere. Em outras palavras, para os pesquisadores que seguem essa via de análise, a linguagem ou, mais especificamente, a Sintaxe deve ser examinada como um objeto autônomo.

Como consequência dessa autonomia, tem-se que, no que diz respeito ao aspecto sintático de uma língua, toda análise linguística sob o ponto de vista formal será feita considerando-se e enfatizando-se a sentença. Assim, os fenômenos de variação e mudança linguística, observáveis, por exemplo, na questão da ordem em que se apresentam os constituintes sintáticos de uma sentença, deverão ser tratados em termos de propriedades internas ao sistema linguístico ou de possibilidades de variação que se verificam nesse mesmo sistema.

2 A sintaxe estrutural

Parte da Gramática que se ocupa das combinações de formas para construir unidades maiores. Tem caráter sintagmático, por focalizar a relação de subordinação entre os elementos da frase.

2.1 Tarefa da sintaxe estrutural

A sintaxe estrutural procura construir um modelo analítico, interessando-se por critérios de segmentação e de identificação de segmento, na tentativa de compreender as relações sintagmáticas no enunciado. Admite o morfema como unidade sintática mínima. Assim o papel da morfologia se reduz e a distinção entre morfologia e sintaxe perde a sua importância. Depreende os sintagmas em ordem decrescente até a unidade sintática mínima, o morfema.

2.2 Sintagma

Qualquer conjugado binário (duas formas combinadas), em que um elemento DETERMINANTE cria um elo de SUBORDINAÇÃO com outro elemento, que é o DETERMINADO.

loba (a desinência de feminino -a é determinante do tema lobo)
aguardente (ardente é determinante de água).

- Tipos de sintagma:

- a) lexical: palavra primária ou simples, ou secundária por derivação ou composição
livro, indócil, padaria, navio-escola
- b) locucional: uma locução
Casa de madeira
- c) oracional: uma oração (o sujeito é o determinado e o predicado é o determinante)
Os amigos do rei chegaram.
- d) super-oracional: uma oração subordinada à outra (a oração principal é o item determinado e a oração subordinada é o item determinante)
É importante que façam a tarefa.

2.3 Análise em constituintes imediatos

Consiste essa análise em fazer cortes sucessivos no enunciado considerado. A cada corte, obtêm-se duas partes, os constituintes imediatos da unidade submetida à análise.

Ela (SN)	comprou uma boa casa (SV)			
	comprou (V)	uma boa casa (SN)		
		uma (DET)	boa casa (SN)	
			boa (DET)	casa (N)
Ela	comprou	uma	boa	casa

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

Esse tipo de análise vigorou no ensino de língua portuguesa por um tempo, mas, agora, não tem sido mais adotado. Não obstante, não devemos deixar de considerar que uma das orientações positivas desse tipo de análise foi a concepção da noção de sintagma.

EXERCÍCIO

1 No enunciado, a seguir, reconheça dois sintagmas e diga qual o elemento determinante e o determinado.

Eu nunca na minha vida passei nem hei de passar, com perdão de Deus, uma noite tão feia como aquela.

(SOUZA, Inglês de. O gado do valha-me Deus, 2005, p. 80.)

2 No enunciado, a seguir, qual a oração determinante e qual a determinada?

(...) a lua subia lentamente no firmamento,prateando as águas do rio e as clareias da floresta.

(SOUZA, Inglês de. A Quadrilha de Jacó Patacho, 2005, p. 95.)

3 Segundo a sintaxe estrutural, podemos dizer que a ordem dos termos grifados no enunciado, a seguir, em relação ao sintagma “as mulheres” depende da intenção de comunicação?

Imóveis e soturnas, encostadas nas árvores, as mulheres esperavam, ou iam lavar roupa, encher os baldes de água, apanhar cavaco...

(JURANDIR, Dalcídio. O Marajó, 2008, p. 199.)

4 Pelo fato de a visão formalista da língua conceber esta como autônoma, podemos considerar que os falantes constroem enunciados segundo um padrão previamente determinado. Por quê?

5 Dizer se a assertiva é Verdadeira ou Falsa, quanto ao procedimento de análise linguística formalista.

As diferentes possibilidades de regência do verbo *assistir* decorrem do fato de esse verbo aceitar, ou não, a preposição.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BERLINCK, Rosane Andrade *et al.* “Síntaxe” in MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística 1*, 2001, p. 208.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Filologia e gramática*. Rio de Janeiro: IOZON+EDITOR, 1968.

COMPLEMENTAR

BORBA, Francisco da Silva. *Teoria sintática*. São Paulo: EDUSP, 1979.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossíntaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.

RESUMO DA ATIVIDADE 7

Apresentam-se, nesta atividade, as características da sintaxe sob o ponto de vista formalista; as correntes linguísticas formalistas; os procedimentos que norteiam a análise da sentença, segundo a visão formalista; o que é um sintagma; e os tipos de sintagma. Ressalta-se a importância da noção de sintagma para os estudos linguísticos e orienta-se que a análise em constituintes imediatos não tem sido mais seguida no ensino do português.

A SINTAXE FUNCIONAL

a t i v i d a d e 8

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá saber

- o que caracteriza a visão funcionalista de língua;
- que procedimento norteia a análise da sentença, segundo a visão funcionalista;
- o que é um estado-de-coisa;
- o que é um predicador;
- o que é argumento opcional/satélite.

1 A visão funcionalista

O termo funcionalista aqui encampa a concepção que se tem de língua considerando-a como dependente do contexto comunicacional. Para entender essa visão, apresentamos-lhe o texto, a seguir, de Berlinck *et al.* (2001, p. 211-12), que deixa claro como a língua é concebida segundo os estudos funcionalistas; o que determina a forma de uma língua; e o fato de a unidade linguística não se restringir à sentença.

A abordagem funcionalista vê a linguagem como um sistema não-autônomo, que nasce da necessidade de comunicação entre os membros de uma comunidade, que está sujeito às limitações impostas pela capacidade humana de adquirir e processar o conhecimento e que está continuamente se modificando para cumprir novas necessidades comunicativas. Para os funcionalistas, o fato de a comunicação ser uma função essencial da linguagem determina o modo como a língua está estruturada. Por isso, a análise de um fato linguístico deve levar em conta tanto o falante quanto o ouvinte e, para além do ato verbal, as necessidades da comunidade linguística. Nas palavras de Halliday, “tenta-se explicar a natureza da linguagem, a sua organização interna, em termos das funções que ela desenvolveu para servir na vida do homem social”.

Pensar a Sintaxe segundo uma perspectiva funcionalista implica, então, alargar a sintaxe para além dos limites da sentença. Os processos sintáticos são entendidos aqui pelas relações que o componente sintático da língua mantém com os componentes semântico e discursivo. Só é possível compreender o que se passa na Sintaxe, olhando também para o contexto (texto e/ou situação comunicativa) em que a sentença está inserida. É nesse espaço ampliado de análise que se vão buscar as motivações das escolhas que o falante faz em termos estruturais.

Quem fala em escolhas, fala em opções, em variação. Nesse sentido, a variação linguística constitui um dos centros de interesse privilegiado da abordagem funcionalista. As soluções funcionalistas para a variação estão não apenas no interior do sistema linguístico, com também fora dele, no ambiente social em que a língua funciona como veículo de comunicação.

2 A sintaxe funcional

Atenta para a descrição da realização dos enunciados (estados-de-coisas, sentenças) no momento da enunciação. Assim sendo, visa a reconhecer as características semântico-pragmáticas dos **predicados**.

Concebe que os enunciados se constroem a partir de predicados verbais, aos quais se associam argumentos.

- Dar: alguém dá alguma coisa a alguém (3 argumentos);
- Pensar: alguém pensa em alguém ou algo (2 argumentos);
- Cantar: alguém canta algo (2 argumentos);
- Plantar: alguém planta algo (2 argumentos);
- Dever: alguém deve algo a alguém (3 argumentos);
- Prender: alguém prende alguém (2 argumentos);
- Espremer: alguém espreme algo (2 argumentos);
- Dizer: alguém diz algo a alguém (3 argumentos);
- Sorrir: alguém sorri (1 argumento);
- Partir: alguém parte (1 argumento);
- Dividir: alguém divide algo (2 argumentos).

Segundo a orientação funcionalista, quando produzimos um enunciado, escolhemos um predicado e o papel semântico de seus argumentos (agente, destinatário, recipiente, etc.). O predicado, por sua vez, seleciona o número de argumentos que têm de ocorrer obrigatoriamente na **predicação**, ou que, embora não ocorrendo, têm de ser recuperáveis contextualmente.

Leia, a seguir, o texto transcrito do livro *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mira Mateus *et al.* (1983, p. 52-53) para que você amplie seus conhecimentos sobre a descrição sintática proposta pela sintaxe funcional.

3 A predicação

O texto de Mateus *et al.* (1983, p. 52-53) nos ensina o que seja um predicator/predicado; diferentes categorias sintáticas por meio das quais esse predicator/predicado se apresenta; o que é argumento; e quando esse é necessário ou opcional na estrutura de predicado.

PREDICADO

O termo predicados pode ser tomado com o sentido do termo predadores.

PREDICAÇÃO

Esse termo vem corresponder ao que se entende por enunciado, estado-de-coisas, sentença.

A noção de esquema predicativo

Consideremos os seguintes exemplos:

- (12) (a) (O Luís) *ofereceu* (um disco) a(o amigo).
 (b) (O Luís) está *doente*.
 (c) (O Luís) é *médico*.
 (d) (O Luís) *mora* (ali).
 (e) (O Luís) *acha* (que é melhor o doente ser internado).

Nos exemplos (12) ocorrem predicadores pertencentes a diferentes categorias sintáticas: verbais (em (12a), (12d) e (12e)), adjetivais (em (12b)) e nominais (em (12c)). Também os argumentos das predicções contidas em (12) pertencem a várias classes sintáticas: nominais, adverbiais (*ali*, em (12d)) e frases (*que é melhor o doente ser internado*, em (12e)).

O número de argumentos que têm de ocorrer obrigatoriamente varia em função do predicador selecionado. Assim, os predicadores que correm em (12b) e (12c) exigem apenas um argumento, os que ocorrem em (12d) e (12e) exigem dois argumentos e o que ocorre em (12a) exige três argumentos. Aos predicadores que exigem apenas um argumento chamamos predicadores de um lugar, aos que exigem dois argumentos chamamos predicadores de dois lugares e aos que exigem três argumentos chamamos predicadores de três lugares. Aos argumentos exigidos obrigatoriamente por um predicador chamamos argumentos nucleares desse predicador.

Nos enunciados (12), todos os argumentos são argumentos nucleares dos predicadores que ocorrem em cada um dos enunciados. Consideremos, no entanto, os seguintes exemplo:

- (12') (a) (O Luís) ofereceu (um disco) a(o amigo) (*no aniversário deste*).
 (b) (O Luís) está doente (*desde há uma semana*).
 (c) (O Luís) é médico *n(o) Hospital Egas Moniz*.
 (d) (O Luís) mora (ali) *com (a mulher e o filho)*.
 (e) (O Luís) acha (que é melhor o doente ser internado) porque seu estado é crítico).

PREDICATIVO

Predicativo significa “do predicado”.

ARGUMENTOS OPCIONAIS

Os argumentos opcionais também são chamados de satélites.

Os argumentos em itálico nos enunciados (12') não são exigidos obrigatoriamente pelos predicadores que ocorrem em cada um dos enunciados: aos argumentos que um dado predicador admite, mas não exige, chamamos **argumentos opcionais** desse predicador.

OBSERVAÇÃO

Apresentamos-lhe, simplificada e resumidamente como a sintaxe funcional realiza a descrição da estrutura semântico-pragmática do enunciado para que você tenha conhecimento de que, além da análise sintática tradicional e estrutural, existe uma terceira possibilidade de descrição do enunciado. Orientamos, todavia, que esse tipo de esquema de análise do enunciado não tem sido ainda adotado no ensino de língua portuguesa. Tem sido seguido, sim, por estudiosos que fazem pesquisas linguísticas sobre a predicação. É

bom ressaltar, no entanto, que esse tipo de análise, diferentemente dos dois anteriores, vai ao encontro da concepção de que a língua se realiza em uso e, assim, procura entender que os enunciados estruturados a partir de um predicator com suas peculiaridades semântico-pragmáticas são escolhidos segundo os propósitos interlocucionais.

EXERCÍCIO

1 Qual das assertivas, a seguir, faz uma consideração que está de acordo com a visão funcionalista de língua?

- a) A sentença *Nós vai à festa de noite* não está de acordo com a norma não-culta.
- b) Segundo a regra geral de concordância verbal da língua portuguesa, o verbo concorda com o sujeito, então, seguindo essa norma, está correta a sentença: *João comeu todo o bolo*.
- c) A sentença: *As crianças, eu ainda não vi* atende a uma necessidade de o falante levar seu destinatário a entender que ao termo “crianças” foi dada uma importância especial.
- d) No sintagma oracional, *As crianças, eu ainda não vi* “ainda não vi as crianças” é o determinante e “eu” é o determinado.

2 Dizer o número de lugares (vazios) que os predicadores dos enunciados, a seguir, apresentam:

- a) - Vocês também conhecem o professor, não é, pessoal?
- b) Ela riu e estendeu o cigarro.

3 Os argumentos dos predicadores *ir* e *apertar* que estão grifados são opcionais (satélites) ou obrigatórios?

- a) Nós também vamos no das quatro.
- b) Os músicos apertaram-se ao redor da mesa para lhe dar lugar, deslocando malas e caixas de instrumentos espalhadas pelo chão.

Obs.: Os enunciados das questões 2 e 3 foram transcritos do livro *Aqui estamos todos nus*, de Fernando Sabino, 1993, p. 80.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BERLINCK, Rosane Andrade *et al.* “Sintaxe” in MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística 1*, 2001, p. 208.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

COMPLEMENTAR

PERES, João Andrade; PERES, Telmo. “Estruturas argumentais” in MARTINS, Maria Raquel Delgado. *Áreas críticas da língua portuguesa*, 2ª Ed. Lisboa: CAMINHO, 2003, p.43-59.

BRITO, Célia Maria Coêlho. “A predicação da língua portuguesa: um reflexo do modo de ação dos predicados.” in SOARES, Maria Elias (Org.). *Boletim da Associação Brasileira de Linguística* (número especial), II Congresso Internacional da ABRALIN Anais – vol. 1, Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, março de 2003, p. 579-581.

RESUMO DA ATIVIDADE 8

Viram-se, nesta atividade, as características da sintaxe segundo a abordagem funcionalista; a análise da sentença, seguindo os procedimentos estabelecidos por essa abordagem; o que é estado-de-coisa, predador e argumento obrigatório e opcional/satélite.

PORTUGUESA

A FRASE

u n i d a d e 4

OS PADRÕES FRASAIS

a t i v i d a d e 9

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá ser capaz de reconhecer

- os padrões frasais da língua portuguesa;
- o padrão nominal do latim e da língua portuguesa;
- os três tipos de padrão de frases verbais;
- tipos de frases negativas;
- o par pergunta e resposta;
- o padrão comparativo;
- os padrões de subordinação.

OS PADRÕES FRASAIS

Examinaremos nesta atividade os padrões frasais do português. Para isso nos apoiaremos no texto de Camara Jr. (1974, p. 233-245), em que o autor aborda os tópicos: Frase nominal e frase verbal; A frase negativa; O padrão pergunta e resposta; O padrão comparativo; e Os padrões de subordinação.

1 Frase nominal e verbal

Os padrões frasais na língua portuguesa, herdados da língua latina, consistem, sob o ponto de vista tradicional, na relação entre “sujeito” e “predicado”. Esses padrões são determinados pela natureza do predicado e, assim, são de dois tipos: o verbal (verbo) e o nominal (substantivo ou adjetivo).

Sobre esse assunto, esclareça-se mais lendo o que Camara Jr. (1976, p. 233) diz:

A língua portuguesa, como as demais línguas românicas, conservou o padrão frasal básico latino, que consiste num nexos entre “sujeito” e “predicado”, segundo os termos que a gramática latina adotou ao traduzir e acompanhar a gramaticologia grega. O “sujeito” é um substantivo (nome ou pronome), que serve de “tema”, ou ponto de partida, da comunicação frasal. O predicado, que é a essência da comunicação, é um verbo ou um nome (substantivo ou adjetivo); um ou outro se acham em confrontação que dá o efeito de nexos entre um e outro. Assim, de acordo com a natureza do predicado — verbo ou nome — a frase portuguesa, como sucedia com a frase latina, é respectivamente — verbal ou nominal.

Nos conjuntos de enunciados (1), (2) e (3), a seguir, transcritos do livro *As melhores histórias das mil e uma noites*, de CONY, Carlos Heitor, 2001, p. 24-25, podemos identificar padrões frasais verbais e nominais:

(1) Passamos de uma ilha para a outra, fazendo trocas e vendas vantajosas. Um dia, desembarcamos em uma delas que era extraordinariamente rica de árvores

frutíferas, mas tão deserta que nela não descobrimos nenhuma casa, nem um habitante. Era um lugar tão agradável que ficamos horas e horas a passear pelos seus prados e ao longo dos seus regatos.

PADRÃO VERBAL	PADRÃO NOMINAL
<u>Passamos</u> de uma ilha para a outra	que era <u>extraordinariamente rica</u> <u>de árvores frutíferas</u>
<u>fazendo</u> trocas e vendas vantajosas	mas [era] <u>tão deserta</u>
Um dia, <u>desembarcamos</u> em uma delas	Era <u>um lugar</u> tão agradável
que nela não <u>descobrimos</u> nenhuma casa, nem um habitante	
que <u>ficamos</u> horas e horas	
a <u>passear</u> pelos seus prados e ao longo dos seus regatos	

(2) Ao chegar perto, verifiquei tratar-se de uma bola branca, de prodigioso tamanho. Aproximei-me e toquei-a. Era lisa e macia. Dei-lhe a volta a fim de verificar se não havia alguma abertura. Nada descobri. Era impossível subir nela, de tão alta e lisa que era. Devia medir uns cinquenta passos de circunferência.

PADRÃO VERBAL	PADRÃO NOMINAL
Ao <u>chegar</u> perto	Era <u>lisa e macia</u>
<u>Verifiquei</u>	Era <u>impossível</u>
<u>tratar-se</u> de uma bola branca, de prodigioso tamanho	de <u>tão alta e lisa</u> que era
<u>Aproximei-me</u>	
e <u>toquei-a</u>	
<u>Dei-lhe</u> a volta	
a fim de <u>verificar</u>	
se não <u>havia</u> alguma abertura	
Nada <u>descobri</u>	
<u>subir</u> nela	
<u>Devia medir</u> uns cinquenta passos de <u>circunferência</u>	

(3) O sol estava a se pôr, mas ainda havia bastante claridade. De repente, porém, tudo ficou escuro, como se uma espessa nuvem tivesse tapado o sol. Mas, se me espantou aquela súbita escuridão, aterrado fiquei ao observar que a causa era uma ave de inacreditável tamanho.

PADRÃO VERBAL	PADRÃO NOMINAL
O sol <u>estava a se pôr</u>	
mas ainda <u>havia</u> bastante claridade	
como se uma espessa nuvem <u>tivesse tapado</u> o sol	De repente, porém, tudo ficou <u>escuro</u>
Mas, se me <u>espantou</u> aquela súbita escuridão	<u>aterrado</u> fiquei
ao <u>observar</u> que a causa era uma ave de inacreditável tamanho	a causa era <u>uma ave de inacreditável tamanho</u>

EXERCÍCIO 1

1 Identificar os padrões frasais verbais e nominais nos enunciados abaixo também transcritos do livro As melhores histórias das mil e uma noites, de CONY, Carlos Heitor, 2001, p. 31. Adiantamos-lhe que há oito padrões verbais e um nominal.

Resolvemos penetrar na ilha e procurar frutas e ervas comestíveis para prolongarmos o máximo possível as nossas vidas, pois esperávamos morte certa. Enquanto caminhávamos, percebemos ao longe uma grande construção, para a qual nos dirigimos. Era um palácio muito alto e muito bem feito, com uma porta de ébano de dois batentes, que se abriu a um simples empurrão.

PADRÃO VERBAL	PADRÃO NOMINAL

2 Produzir um texto, com até cinco enunciados, que apresente padrões frasais verbal e nominal. Depois identificar esses padrões.

1.1 Sob o ponto de vista tradicional, concebe-se que a língua portuguesa assim como as demais línguas românicas apresentam o padrão nominal com nexos entre “sujeito” e “predicado” estabelecido pelo verbo “ser”, além de uma “entoação” ascendente no sujeito e descendente no predicado. No latim, o padrão nominal se caracteriza sem ou com a presença do verbo “ser” (conforme visto na atividade 4).

No trecho, a seguir, veja o que Camara Jr. (1976, p. 233) expõe sobre o padrão nominal português cotejando com o padrão latino:

Na frase nominal em latim o nexo era essencialmente expresso por meio fonológico, por meio do que se chama a “entoação”, isto é, uma linha melódica ascendente, que se complementa com uma linha melódica descendente. Era, por exemplo, a entoação ascendente no sujeito e descendente no predicado, que distinguia uma frase como — *Homo bonus* — de um substantivo meramente qualificado por um adjetivo dentro de uma frase maior — *Homo bonus...* (cf. Camara, 1964, p.163). A língua portuguesa, entretanto de acordo com um movimento geral românico, generalizou o padrão latino paralelo que consistia em estabelecer o nexo, além da entoação, por uma forma verbal de *esse* “ser” (*Homo bonus est*). No padrão normal português, a forma do verbo *ser* se intercala entre o sujeito e o predicado: *O homem é bom*. O grande impulso para a fixação do uso do verbo deve ter sido a vantagem de assim se poder indicar diretamente o “tempo”, a que se reporta a comunicação, por meio do flexionamento da forma verbal: *Homo bonus erat* — *O homem era bom* (antes da sua queda no Paraíso), *Homo bonus erit* — *O homem será bom* (quando se redimir do pecado), e assim por diante. Deu para entender que em nossas produções textuais, se precisarmos formular uma frase nominal, temos de pôr entre o “sujeito” e o “predicado” (substantivo, adjetivo) o verbo “ser”.

Há casos, no entanto, em que o verbo “ser” fica em elipse, o que significa dizer, por exemplo, que o verbo ou foi anteriormente expresso e o falante não sentiu a necessidade de repeti-lo na comunicação, em se tratando de respostas a uma pergunta, ou não (Ver o primeiro caso no item Pergunta e resposta, a ser apresentado ainda, nesta atividade, como um dos padrões frasais).

No trecho (4), a seguir (já apresentado), observe que o verbo “ser” está em elipse na oração “mas tão deserta”.

(4) Passamos de uma ilha para a outra, fazendo trocas e vendas vantajosas. Um dia, desembarcamos em uma delas que era extraordinariamente rica de árvores frutíferas, mas tão deserta que nela não descobrimos nenhuma casa, nem um habitante. Era um lugar tão agradável que ficamos horas e horas a passear pelos seus prados e ao longo dos seus regatos.

1.2 Um dado interessante aconteceu com o português e espanhol. Os falantes dessas línguas estabelecem distinção de uma frase formulada com o verbo “ser” de outra formulada com o verbo “estar”. No latim e em outras línguas românicas, o verbo

“ser” encampa os dois sentidos. Lendo o trecho, a seguir, de Camara Jr. (1976, p. 234), você vai compreender melhor como isso aconteceu.

Por outro lado, com a distinção fundamental, que se criou em português e espanhol entre *ser* e *estar*, o padrão frasal nominal também se bipartiu, dentro das duas línguas, na base do verbo empregado. Desta sorte, uma frase com o verbo geral para “ser”, em latim ou noutra língua românica, pode corresponder em português ao padrão com *estar*: *Gallia est omnia diuisa in partes tres* (lat.) — *A Gália toda está dividida...*; *La vitre est brisée* (fr.) — *A vidraça está quebrada*.

1.3 Você sabe que muitas vezes formulamos em nossos textos frases sem o pronome sujeito quando este é de 1ª ou de 2ª pessoa; no latim ocorria o mesmo. Mas, se o sujeito é de 3ª pessoa, no lugar do substantivo sujeito de 3ª pessoa, optamos por usar pronomes de 3ª pessoa. Diferentemente do latim, em que somente em alguns casos se usavam pronomes demonstrativos como sujeitos de 3ª pessoa. No trecho, a seguir, de Camara Jr. (1976, p. 234), confirme o que acabamos de comentar. Não deixe de prestar atenção aos exemplos dados.

Na frase verbal, o português conservou o modelo latino do verbo prescindir do pronome sujeito, de sorte que a polaridade significativa entre sujeito e predicado fica concentrada, formalmente, no vocábulo verbal. É este o padrão normal em português, como em latim, para sujeito da 1ª ou 2ª pessoa (quando o vocábulo para sujeito seria necessariamente um pronome); donde, em latim e português: *Amo* — *Amas* — etc. Na 3ª pessoa, em que o sujeito é, em princípio, um nome substantivo, a língua portuguesa, com o desenvolvimento do pronome de 3ª pessoa — que foi fenômeno românico — criou a possibilidade da substituição do nome sujeito (virtual) por esse novo tipo de pronome; ex.: *Todos o escutam com entusiasmo quando ele fala*. Em latim, ao contrário, se diria numa frase dessas apenas *loquitur* “fala”, e só em condições particulares apareceria um pronome demonstrativo (*hic*; *is*, etc.).

Na frase nominal, também os sujeitos de 1ª ou 2ª pessoa podem ser elididos e o sujeito de 3ª pessoa pode ser ainda o pronome pessoal de 3ª pessoa (ele).

- (5) Sou franco. (1ª pessoa elidida)
- (6) És inteligente. (2ª pessoa elidida)
- (7) É uma moça bonita. (3ª pessoa elidida)
- (8) Ele é alto. (3ª pessoa expressa pelo pronome pessoal)

EXERCÍCIO 2 (sobre os subitens 1.1; 1.2; e 1.3, respectivamente)

De acordo com os recortes de texto de Camara Jr. (1976, p. 234-234), resolva os quesitos abaixo:

1 Como o falante do português constrói a frase nominal?

2 Por que o falante de língua portuguesa não usa **apenas** o verbo *ser* para dizer “Mariana é bonita.” e “Mariana está só.”, diferentemente do falante francês, que diz “Mariana est belle.” e “Mariana est seule.”?

3 Podemos usar os sujeitos de 1ª e 2ª pessoa elididos. Identifique essa estratégia usada pelo falante da língua portuguesa nos enunciados do livro *A Porta Mágica*, de MARANHÃO, Haroldo, 1992, p. 101, a seguir:

(a) Mariana largou o bagaço de gente conhecido por Fanfa Dolosa Falaz. E agora quem segurava o bagaço, firme, pata de buldogue, era DUDA.

- Vais sentar aqui e contar tudo. Tudo. Nós queremos saber tudo!

(b) – E quem foi? Fala. Desembucha. Na tua opinião quem foi o autor? – Duda saltou, empurrando o dedo no nariz de Fanfa.

– Não sei. Juro. Não sei. Eles acham que foi Mariana.

1.4 Camara Jr. (1976, p. 234) expõe sobre os três tipos de padrões especiais da frase verbal que o falante do português realiza, que são os mesmos usados pelos falantes do latim (Ver atividade 4): intransitivo (de maneira absoluta), transitivo e intransitivo (de maneira relativa)¹. Leia sobre essa consideração no recorte de texto abaixo:

A frase verbal subdivide-se em padrões especiais, conforme a estrutura do predicado.

Havia a esse respeito em latim três esquemas formais, que dependiam da significação da palavra verbal: 1) Verbo, concentrando em si toda a significação verbal, ou seja, “intransitivo”, de maneira “absoluta”, porque a significação verbal não passa além do verbo (ex.: *Ambulo* “Ando”); 2) Verbo articulado com um substantivo no acusativo, ou seja, “transitivo”, porque a significação verbal só assim se completa (ex.: *Video puerum* “Vejo o menino”); 3) Verbo articulado com um substantivo no dativo, ou seja, “intransitivo”, mas de maneira “relativa”, porque a significação verbal se relaciona com esse substantivo designando um ser nela interessado (ex.: *Loquor puero* “Falo ao menino”).

Os enunciados, a seguir, apresentam, respectivamente, os padrões transitivo e intransitivo (de maneira absoluta).

(9) Mariana subia a Rua Valparaíso, quando de trás de uma árvore surgiu a esquelética e escalafobética figura de Tripa-de-boi.

(MARANHÃO, Haroldo. Natal no mês de outubro, in *A porta mágica*, 1992, p. 34.)

PADRÃO TRANSITIVO	PADRÃO INTRANSITIVO (de maneira absoluta)
Mariana <u>subia</u> a Rua Valparaíso	quando de trás de uma árvore surgiu a esquelética e escalafobética figura de Tripa-de-boi

O padrão intransitivo de maneira relativa a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) concebe com um caso de padrão transitivo indireto.

Os padrões transitivo e intransitivo (de maneira relativa) podem ser observados no enunciado, a seguir:

(10) – Falará comigo em outro tom e ainda me agradecerá quando eu lhe mostrar o que tenho na minha bolsa.

(CONY, Carlos Heitor. *As melhores histórias das Mil e uma Noites*, 2001, p. 27.)

PADRÃO TRANSITIVO	PADRÃO INTRANSITIVO (de maneira relativa)
	<u>Falará</u> comigo em outro tom
	e ainda me <u>agradecerá</u>
	quando eu lhe <u>mostrar</u>
Quando eu <u>mostrar</u> o [que tenho na minha bolsa]	
[o] que <u>tenho</u> na minha bolsa	

EXERCÍCIO 3

1 Identificar os padrões verbais nos enunciados do trecho do conto *Voluntário*, de SOUZA, Inglês de (2005, p. 23). Os verbos estão grifados para você se orientar.

A velha tapuia Rosa já não podia cuidar da pequena lavoura que lhe deixara o marido. Vivia só com o filho, que passava os dias na pesca do pirarucu e do peixe-boi, vendidos no porto de Alenquer, e de que tiravam ambos o sustento, pois o cacau mal chegava para a roupa e para o tabaco.

PADRÃO TRANSITIVO	PADRÃO INTRANSITIVO (de maneira relativa)	PADRÃO INTRANSITIVO (de maneira relativa) TRANSITIVO INDIRETO

2 Produzir um conjunto de enunciados com pelo menos até cinco linhas e depois identificar os padrões frasais que você usou para se expressar.

1.3 A frase negativa

A respeito da frase negativa, Camara Jr. (1974, p. 238) comenta que “Na base dos padrões gerais, que são a frase verbal e a frase nominal, há variações de esquema que acompanham as variações de propósito do ato de comunicação.”

Seguem exemplos desses padrões:

(11) Não amo. (partícula *não* antepondo-se ao verbo);

Não amo não. (dupla negação: variação do padrão culto);

(12) Não quero nada. (partícula *não* antecedendo ao verbo e pronome indefinido *nada* – ou a locução *coisa nenhuma* – seguindo o verbo;

(13) Não vi ninguém. (partícula *não* antecedendo ao verbo e pronome indefinido *ninguém* seguindo o verbo;

(14) Nada sei. (pronome indefinido *nada* antecedendo ao verbo);

(15) Ninguém chegou. (pronome indefinido *ninguém* antecedendo ao verbo);

(16) Nenhum livro li. (substantivo, na função de objeto, anteposto ao verbo e modificado pelo indefinido *nenhum*);

(17) Nenhum viajante chegou. (substantivo, na função de sujeito, anteposto ao verbo e modificado pelo indefinido *nenhum*).

Há outros registros de padrões frasais negativos típicos do português não-culto, como Sei *lá*.

EXERCÍCIO 4

Identificar nos enunciados, a seguir, do livro *A Porta Mágica*, de Haroldo Maranhão (1992, p. 86), frases negativas de padrões nominais e verbais.

– Para falar a verdade, não conheço os seus móveis e as suas coisas, comandante. Me pareceu estar tudo arrumadinho. Tenho a impressão de que roubar, não roubaram nada. Contudo a minha casa está às ordens para examinar seus trastes.

– Perdão, doutor: trastes, não.

– E não são trastes? Pois os meus móveis são trastes. Não estou querendo depreciar os seus, comandante. Palavras querem dizer muitas coisas. Se eu chamar meu cachorro de cachorro, ele não tem do que reclamar, porque é cachorro. Já se eu chamar o senhor de cachorro, o mundo virá abaixo e vai querer torcer meu pescoço, não é mesmo? – sorriu Doutor Papança.

FRASE NEGATIVA PADRÃO NOMINAL	FRASE NEGATIVA PADRÃO VERBAL

1.6 Pergunta e resposta

As considerações, a seguir, feitas por Camara Jr. (1974, p. 239-240), dizem respeito a frases nominais ou verbais quando fazem parte de uma pergunta ou de uma resposta. Leia com atenção para conhecer as características desse tipo de realização linguística produzida por falantes de língua portuguesa.

A frase nominal ou verbal também pode ser “interrogativa”, porque apresentada ao ouvinte como uma interrogação ou pergunta, isto é, um pedido de informação em vez de uma asserção.

Ainda aqui a entoação é a marca fonológica do esquema frasal. Uma linha melódica de ascensão da voz assinala o que é o tema da pergunta. Assim a entoação, só com a parte ascendente, indica na pergunta uma frase que só vai se completar com a resposta.

Quando esse tema é, a rigor, o predicado inteiro, tem-se uma frase interrogativa total, e a frase termina numa linha ascendente: Pedro saiu hoje?

[...]

Outra possibilidade é a interrogação concentrar-se num determinado elemento constituinte da frase, que, nessa circunstância, passa a ser expresso por um pronome indefinido interrogativo, que inicia necessariamente a frase. Se a pergunta se refere a um constituinte em função adverbial (*tempo*, ou *modo*, ou *lugar*), a partícula interrogativa indefinida será, respectivamente — *quando*, *como* ou *onde*, que são advérbios interrogativos pronominais. Fonologicamente, qualquer desses indefinidos interrogativos, abrindo a frase, se assinala por uma linha melódica ascendente que, na parte final de sua enunciação, desce bruscamente; mas a língua moderna coloquial desenvolveu, a mais, uma marca formal de interrogação com a intromissão da locução — *é que*, em seguimento à partícula interrogativa (*Quem é que disse? Que é que ele faz? Qual dos livros é que ele quer? Quando é que você parte? Como é que você se feriu? Onde é que ele está?* etc.). Na **língua literária**, sem essa intromissão, se a pergunta não é sobre o sujeito (que então se expressa pelo pronome indefinido, como em — *Quem disse?*), há nesse esquema de interrogação parcial, necessariamente, a posposição do sujeito (*Que faz ele? Como se feriu o menino? Quando partem os viajantes? Onde estão os livros?* etc.).

A pergunta quer total quer parcial se articula naturalmente com uma resposta, por parte do ouvinte, que assim passa a falante. O esquema da frase de resposta depende da frase interrogativa e faz corpo com ela, de sorte que se apresenta “elíptica”, concentrada no tema da informação.

Em referência às interrogações totais, as línguas românicas desenvolveram uma partícula afirmativa, em oposição polar à partícula negativa, que já existia em latim. A resposta pode assim resumir-se numa dessas partículas, conforme se afirma ou se nega o predicado posto em questão.

O esquema normal da resposta afirmativa em português é, entretanto, outro: repete-se o verbo que é o eixo da interrogação (*Pedro saiu hoje? Sain. É teu irmão? É.*). Quando, entretanto, há junto ao verbo o advérbio *já* é esta partícula que se repete: *Ele já saiu? Já.*

Já a resposta negativa assenta na partícula *não*: *Pedro saiu hoje? Não. É teu irmão? Não.*

LÍNGUA LITERÁRIA

Por língua literária, neste texto, devemos entender o mesmo que língua culta.

Para a interrogação parcial, a resposta se resume naturalmente na enunciação do elemento (nome, ou pronome, ou verbo, ou advérbio) que preenche o lugar semanticamente vazio na pergunta e ocupado pelo indefinido; ex.: *Quem é que disse? O professor. Qual dos livros quer? Aquele. Que é que ele faz? Trabalha. Quando é que você parte? Amanhã.*

(Texto com adaptações)

EXERCÍCIO 5

- (1) A frase interrogativa abaixo é total, por quê?
 - Tripa: aquela história da chuva de sangue e de rãs, te lembra? (p. 37)
- (2) A frase interrogativa abaixo é parcial, por quê?
 - E quem é Dona Izaura? – perguntou Pai-do-sono.
 - Minha professora de Matemática. (p. 23)
- (3) Considerando o que Camara Jr. (1974, p. 240) diz a respeito da frase de resposta:

“O esquema da frase de resposta depende da frase interrogativa e faz corpo com ela, de sorte que se apresenta ‘elíptica’, concentrada no tema da informação”,

dizer como se apresenta a frase de resposta abaixo.
 - Erras umas questões? De propósito?
 - É. De propósito. (p. 83)
- (4) Reconhecer as interrogações totais e parciais nos pares de enunciados abaixo:
 - E quem é Dona Izaura? – perguntou Pai-do-sono.
 - Minha professora de Matemática. (p. 23)
 - E foi regra de três? – perguntou o Paulão.
 - Foi. Regra de três. (p.24)
 - E o nome dele é Rafael, é?
 - É. Rafael. (p.24)
- (5) Reescrever as frases interrogativas abaixo, apresentadas por Camara Jr. (1974, p. 240), considerando a norma culta, formal.
 - Quem é que disse?
 - Que é que ele faz?
 - Qual dos livros é que ele quer?
 - Quando é que você parte?
 - Como é que você se feriu?
 - Onde é que ele está?

Obs.: As frases interrogativas e as frases de respostas foram transcritas do livro *A Porta Mágica*, de Haroldo Maranhão, 1992.

1.7 O padrão comparativo

Veja, lendo o texto, a seguir, de Camara Jr. (1974, p. 240-242), como eram realizados os padrões comparativos e superlativos no latim e como são realizados em português.

Nas frases nominais havia em latim um padrão comparativo, para assinalar num nome sujeito a superioridade de uma qualidade (expressa por um nome adjetivo) em confronto com outro ser ou com todos os seres da mesma espécie considerados em conjunto. Eram, de acordo com essa dupla possibilidade, duas construções distintas. A gramática latina as chamava respectivamente o “comparativo” e o “superlativo”.

O comparativo levava o adjetivo, que era a base da comparação, a uma flexão especial *-ior* no masculino e feminino (no neutro *-ius*), enquanto a ele se subordinava o segundo substantivo no caso ablativo (*Publius fortior Tertio*). No superlativo, que era uma comparação total para destacar um ser em superioridade sobre todos os outros da espécie, vinha no genitivo plural (*Niobe felicissima matrum*, port. Niobe era a mais feliz das mães). Já vimos que só temos hoje em português, importado do latim, pela língua literária clássica, o sufixo *-íssim(o, a)* no chamado “superlativo absoluto”.

Num e noutro esquema a língua portuguesa perdeu a flexão comparativa, como sucedeu em todas as línguas românicas [...]. O português, para o comparativo seguiu uma construção latina mais tardia, que consistia no emprego da partícula *quam* ligando a segunda parte da comparação à primeira: *Publius fortior quam Tertius*. A lat. *quam* corresponde, por evolução direta, ao port. *que*: *Publio é mais forte que Tercio*.

É de notar, não obstante, que a construção com *de* (que é normal no superlativo: *Niobe era a mais feliz das mães*) persistiu num contexto particular em que o segundo membro era expresso por um pronome *o* (lat. *illo, hoc*) seguido de uma oração relativa: *Nem foi pior do que antes era* (lat. “*peior hoc quod erat*”) em vez de — *pior que o que antes era* (“lat. “*peior quam hoc quod erat*”).

Houve a reinterpretação desse padrão [...], na base do comparativo construído com a partícula *que*. Assim se estabeleceu uma equivalência entre *que*, partícula comparativa, e *do que*, que alternam no português moderno: *Publio é mais forte do que Tercio*.

A partícula *que*, ou *do que*, rege o segundo substantivo, embora, quando se trata de um pronome pessoal da 1ª ou 2ª pessoa, apareça a forma tônica de emprego isolado e não a que acompanha uma preposição regente [...]: *mais forte que (do que) eu, que (do que) tu*.

A nova padronização nivelou a comparação nominal com a comparação verbal, onde já aparecia em latim a partícula *magis* (port. *mais*) modificando o verbo: (cf. *miror magis quam invideo*), port. *admiro mais do que invejo*.

Por outro lado, proporciona outro, paralelo, para a comparação de “inferioridade” (com o advérbio *menos*), sem correspondente no padrão flexional latino, onde só havia os sufixos de superioridade (*tristior, felicissima*): 1) *Públio é menos forte que Tercio*; 2) *É a menos feliz das mães*.

Há ainda uma comparação de “igualdade”, em que o conjugado — *mais* (ou — *menos*) ... *que* ... — é substituído por outro: ... *tão* ... *como* (ou — *quanto*) ... Afora a substituição das partículas, o esquema sintático continua o mesmo da comparação de superioridade e inferioridade.

[...]

(Texto com adaptações)

EXERCÍCIO 6

- (1) Como a gramática latina nomeia os dois tipos de padrão comparativo?
- (2) Assinalar o padrão latino seguido pelo falante do português para realizar o padrão comparativo:
 - ☐ Publius fatior tertio.
 - ☐ Publio fortier quam Tertius.
- (3) Em qual tipo de padrão superlativo (relativo e absoluto) o falante do português realiza o sufixo – íssimo, do padrão superlativo latino?
- (4) Assinalar a afirmativa VERDADEIRA ou FALSA.
 - ☐ O falante do português pode realizar o padrão comparativo nominal usando “que” ou “do que” (Publio é mais forte que Tercio./Públio é mais forte do que Tercio.).
 - ☐ O falante do português pode realizar o padrão comparativo verbal também usando “que” ou “do que” (admiro mais do que invejo).
 - ☐ O padrão de inferioridade (comparativo e superlativo) surgiu com base no padrão de superioridade (comparativo: Públio é menos forte que Tercio; e superlativo: É a menos feliz das mães.).
 - ☐ A comparação de igualdade (tão ... como ou quanto ...) segue o mesmo esquema sintático da comparação de superioridade (mais ... que...) e inferioridade (menos ... que).

1.8 Os padrões de subordinação

O texto, a seguir (transcrito com adaptações), também de Camara Jr. (1974, p. 240-242), trata dos padrões de subordinação na língua portuguesa. Intercalando esse texto, apresentaremos exemplos de ocorrências transcritas de livros de autores da literatura brasileira, sobre os padrões de subordinação.

A indicação da subordinação de uma frase a outra, em que se cria uma unidade estrutural entre duas ou mais frases nominais ou verbais, se faz essencialmente com a partícula *que*, quer como pronome relativo, quer como conjunção subordinativa, desde que o verbo subordinado não assinale em si mesmo a subordinação sob uma das suas formas nominais.

Nos enunciados abaixo, transcritos do livro *Aqui estamos todos nus*, de Fernando Sabino (1993, p. 15), veja a subordinação realizada, respectivamente, pela partícula “que” como pronome relativo e como conjunção subordinativa.

(1) Eram pouco mais de onze da noite de 3 de setembro de 1944 quando Jaques Olivério chegou ao hotel onde (em que) morava. Um hotel modesto, que não se distinguia de qualquer outro de sua categoria. Fora mesmo essa observação que o fizera optar por ele, o primeiro que lhe caíra sob os olhos no caminho da estação ao centro da cidade, quando um ano antes deixara Belo Horizonte e viera para o Rio.

(2) – Eu sei que durante a noite é outro. Mas pensei que você soubesse de alguma coisa.

Entre as outras partículas subordinativas, que conhecemos, é particularmente importante *se* como eixo da formulação “condicional”.

Com ela se cria um conjugado frasal, em que uma “prótase”, exprimindo a “condição”, se relaciona com a correspondente consequência na “apódose” [...]. É o mesmo padrão latino com a conjunção *si*. Entretanto, a prótase também pode consistir numa oração relativa ou numa formulação temporal [...].

Nos enunciados abaixo, transcritos do livro *Aqui estamos todos nus*, de Fernando Sabino (1993, p. 54 e 57), veja a subordinação realizada pela conjunção “se”.

(3) Deteve-se e se voltou para ele, incisivo:

– João Vicente, se você me pedir mais uma vez pra eu ir lá (prótase), te arrebento a cara, entendeu (apódose)? E para de me seguir!

(4) O que eu quis foi evitar complicações para mim ou para quem quer que seja. Tinha mais é que me agradecer: se há alguém que deve ter medo (prótase), esse alguém não sou eu (apódose).

Nem sempre é apenas o conectivo subordinativo que assinala a subordinação. Há, às vezes, ainda a marca do modo subjuntivo na oração subordinada.

No esquema condicional, a prótase se assinala, concomitantemente, pelo subjuntivo no verbo, cujo tempo depende do tipo de futuro usado na apódose: 1) futuro do subjuntivo: futuro do presente do indicativo; 2) pretérito do subjuntivo: futuro do pretérito do indicativo. Daí: 1) *Se puder..., farei... (Quando puder..., farei... — Quem puder...; fará...)*; 2) *Se pudesse..., faria... (Quando pudesse..., faria... — Quem pudesse..., faria...)*.

Observe nos enunciados, a seguir, transcritos do livro *A doce canção de Caetana*, de Nélida Piñon (1997, p. 106), que, no esquema condicional, a oração subordinada condicional, ou seja, a prótase, se apresenta com verbo no subjuntivo.

(5) O próprio tio Vespasiano, se [fosse] vivo, (prótase) se teria condoído de tanta miséria.

Nas orações de subordinação concessiva (com a conjugação *embora* e sinônimo) e nas de subordinação final (com a locução conjuncional *para que* e sinônimos), também aparece a marca do subjuntivo, mas na base de uma escolha entre o presente

e o pretérito, conforme é indicativo presente (ou futuro) ou indicativo num tempo do pretérito, respectivamente, o verbo da oração principal, ex.: *Embora queira...*, *não consegue (não conseguirá) ...* — *Embora quisesse...*, *não conseguiu (não conseguia, não conseguira)...*

Com a mesma distribuição de tempos, figura ainda o subjuntivo nas orações relativas e nas integrantes de partícula *que*, condicionado — 1) pela forma, 2) pela significação do verbo na oração principal.

A forma que impõe então o subjuntivo é uma oração principal nominal, com um nome adjetivo para predicativo, de que a integrante ou o substantivo, antecedente da relativa, é o sujeito: *É preciso que se explique...* (*Foi preciso que se explicasse...*); e o mesmo esquema vigora, quando a formulação nominal é substituída (o que é encontrado na língua literária) por um verbo simples equivalente fixado na 3ª pessoa singular: *Cumpra que se explique...* Cf. ainda: *É preciso um livro que explique...* (*Foi preciso um livro que explicasse...*).

A significação do verbo da oração principal que impõe o subjuntivo na subordinada integrante ou relativa, é a de caráter subjetivo para representar sentimento, volição ou suposição do sujeito (ex.: *Desejo um livro que me ensine...* — *Quero que compreendas...*)

Há, entretanto, uma forte e acentuada tendência para a redução da área de emprego do subjuntivo, e em certos esquemas aparece uma variação livre.

Assim, a expressão de um sentimento, para o verbo da oração principal, também se coaduna com o indicativo na relativa: *Gosto de um livro que ensina...* (ou: *que ensine...*).

Quando o verbo subjetivo da oração principal expressa essencialmente uma expectativa (e portanto se projeta explicitamente no futuro), o indicativo futuro (do presente ou do pretérito, conforme o presente ou pretérito, respectivamente, da oração principal) pode substituir o subjuntivo; ex.: *Espero que virás* — *Esperava que virias* (ou: *Espero que venhas* — *Esperava que viesse*).

[...]

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARA JR, J. Mattoso. *Filologia e gramática*. Rio de Janeiro: Iozon + Editor, 1968.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

COMPLEMENTAR

GRAMÁTICAS da língua portuguesa.

RESUMO DA ATIVIDADE 9

O estudo da frase portuguesa aqui feito envolveu o exame dos padrões frasais: o padrão nominal e o verbal; os três tipos de padrão de frases verbais; os tipos de frases negativas; o par pergunta e resposta; o padrão comparativo; os padrões de subordinação, apresentados por Camara Jr. (1968, 1976). É interessante ressaltar, na abordagem aqui exposta, as comparações feitas entre os padrões latino e português.

A **FRASE** ATIVA, PASSIVA E REFLEXIVA

a t i v i d a d e 10

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá saber

- o que caracteriza uma sentença ativa, passiva e reflexiva;
- os efeitos semântico-pragmáticos de sentenças ativas e passivas;
- o que possivelmente leva falantes de língua portuguesa, em suas interlocuções, preferir sentenças ativas a passivas;
- as funções semânticas que podem ser alçadas à condição de sujeito na sentença passiva;
- as razões discursivo-textuais passíveis de justificar a ausência do agente na sentença passiva;
- e os três modos de o sujeito reaparecer no predicado.

1 A frase ativa e passiva

Trataremos esse assunto tendo como ponto de apoio parte do trabalho de Brito (2008, p. 19-25), cujo título é Funcionalidade discursivo-textual de sentenças ativas e

passivas em português. As considerações apresentadas sobre a **voz** ativa e passiva, nesse trabalho, partem das seguintes questões às quais a autora procura responder: Por que o falante da língua portuguesa, ao produzir textos, usa sentenças ativas e passivas, produz textos em que todas as sentenças são ativas e o mesmo não faz com sentenças passivas; produz textos com mais sentenças ativas que passivas; escolhe, em grande parte, para ser sujeito de suas sentenças ativas ou passivas, respectivamente, um agente de uma ação ou um paciente afetado diretamente por essa ação?

Embora Brito (2008, p. 19) diga que o estudo de sentenças ativas e passivas nas línguas em geral requer envolver a noção de transitividade, não deixa de salientar que a escolha de uma sentença ativa por uma passiva e vice-versa se justifica por questões de ordem eminentemente **pragmática**.

Assim considera que fatores de natureza interacional, social, cultural e também discursivo-textual podem justificar a ocorrência de sentenças ativas e passivas bem como que a preferência conferida a uma e a outra se dá em processos interlocucionais.

VOZ

Morficamente, a voz designa a forma em que se apresenta o verbo para indicar a relação entre ele e seu sujeito. Em português, a apresentação fundamental, ou primária, da forma do verbo constitui o que se chama a voz ATIVA. [...] o processo verbal é tratado como uma ação, ou atividade, de determinado ser sujeito, de quem, na representação linguística pelo menos, parte o processo; ex.: o homem anda, o vento zune, a estrada sobe pela encosta, o livro ensina, etc. [...] há ainda em português as apresentações secundárias da voz passiva, em que o verbo tem uma forma específica para indicar a passividade em oposição à sua forma ativa e voz REFLEXIVA lato sensu, melhor dita medial, que podemos definir como a de uma integração do sujeito ativo no processo que dele parte. (CAMARA JR., 1976, p. 367-368)

PRAGMÁTICA

Aqui se entende que questões pragmáticas dizem respeito aos propósitos interlocucionais que motivam a escolha de uma sentença ativa por sua passiva e vice-versa.

No que se refere à língua portuguesa, observa-se que os falantes escolhem mais sentenças ativas em seus textos. Para ilustrar essa observação, apresenta-se o seguinte texto em que há, inclusive, apenas sentenças na voz ativa.

Lágrimas a rolar pelo rosto
Papa diz: “sou gaúcho, carioca, baiano,...”

O papa João Paulo II devia gostar do Brasil. Até o começo de seu pontificado, não havia santos nem beatos brasileiros. Por causa dele temos mais de 30. Visitou o Brasil três vezes. Em 1980, roda por 13 cidades em 12 dias. Volta em 1991 e beatifica a primeira brasileira, madre Paulina. Na última vez, vai ao Rio de Janeiro para o 2º Encontro Mundial do Papa com as Famílias. No discurso, críticas ao uso de contraceptivos, divórcio e aborto geram polêmica num país com elevada natalidade e numerosos casos de Aids entre os pobres.

Em 5 de outubro de 1997 celebra importante missa. Emociona-se quando um coro de dois milhões de vozes entoia o refrão de *Jesus Cristo*, comandado por Roberto Carlos. Lágrimas surgem em seus olhos. Abençoa a multidão e diz: “Se Deus é brasileiro, o papa é carioca.” Em Porto Alegre dizem que é gaúcho, na Bahia que é baiano...

(Brasil; Almanaque de Cultura Popular, ano 8, nº 90, Editora Positivo, outubro de 2006, p. 6.)

Para responder à pergunta sobre o que leva a se escolher uma sentença ativa em detrimento de uma passiva e *vice-versa*, deve-se considerar que depende da perspectiva de quem se concebe um evento: se da perspectiva do agente (A), tem-se sentença ativa; se da perspectiva do paciente (P), tem-se sentença passiva. Veja nos enunciados (1) e (2), a seguir, transcritos do trabalho de Brito (2008, p. 22), as duas possibilidades.

(1) Para muitos pais e mães que passaram a infância na pré-história eletrônica, ver o filho de 6 anos (A) manusear mouse e teclado (P) com a desenvoltura de quem nasceu para isso - e nasceu mesmo - é de encher o coração de orgulho.

(VEJA, nº 28, Especial, 2007, p.87.)

As letras A e P, que se encontram entre parênteses, significam, respectivamente Agente e Paciente. O Agente é o sujeito (elipse da sequência [pais e mães]) do verbo “manusear”, e o Paciente é a sequência “mouse e teclado”. Essa mesma sentença poderia ter como tópico o Paciente, pondo-se este como sujeito, e o objeto como Agente, conforme podemos ver no segmento.

(2) Para muitos pais e mães que passaram a infância na pré-história eletrônica, ver mouse e teclado (P) manuseado pelo filho de 6 anos (A) com a desenvoltura de quem nasceu para isso - e nasceu mesmo - é de encher o coração de orgulho.

(VEJA, nº 28, Especial, 2007, p.87, adaptação.)

Quando produzimos textos com segmentos narrativos, esses apresentam sentenças passivas como pano de fundo sobre o que se narra. Isso podemos perceber nos enunciados, a seguir, apresentados também por Brito (2008, p. 20): o primeiro deles, que traz a sentença passiva, representa a contextualização do que é narrado no segundo enunciado por uma sentença ativa.

(3) Um dia, quando navegávamos, fomos atingidos por uma calmaria em frente a uma ilha quase à flor da água, que parecia um pequeno prado. O capitão mandou recolher as velas e permitiu que os que quisessem fossem a terra.

(CONY, Carlos Heitor. *Mil e uma noites*, 2001, p. 19.)

Podemos perceber, ainda, que a passiva pode ser usada por uma série de razões de ordem pragmática. Listamos, a seguir, sete razões apontadas por Brito (2008, p. 23-24):

- o paciente é enfatizado:

(4) O autor de *Os Donos do Poder* diz que no Brasil a esfera pública (P) é regida por interesses privados (A). A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois...

(NABUCO & FAORO. “Da escravidão ao privado no público”, *in* Brasil, *Almanaque de Cultura Popular*, ano 8, nº 90, Editora Positivo, outubro de 2006, p.23.)

- o agente expressa uma informação nova, imprevisível:

(5) Em 1972, a revista *Manchete* começou a publicar uma série de artigos sobre literatura com o título de *As obras-primas que poucos leram*. Foi uma ideia de seu diretor, Justino Martins. [...] Embora centralizados em uma determinada obra, os textos (P) eram enriquecidos por uma sintética biografia do autor (A)...

(SEIXAS, Heloísa. *As obras-primas que poucos leram*, v. 2, Rio de Janeiro. São Paulo, 2005, p. 9.)

- o agente é desconhecido e irrecuperável no texto:

(6) Ontem quando Andréia saiu de sua casa pra ir ao *shopping*, estava muito contente porque ia se encontrar com um grande amigo seu. Mas, por infelicidade, Ø (P) foi assaltada Ø (A) no ônibus.

(Enunciado produzido para o fim aqui proposto.)

- o agente é genericamente previsível ou estereotipado, disponível, portanto:

(7) Como diz o ditado: não se pode fazer um omelete sem quebrar alguns ovos. É evidente que a multiplicação desenfreada de cursos causa e continuará a causar alguns problemas. Muitos alunos receberão diplomas universitários sem estarem plenamente

qualificados a exercer sua profissão. Não encontrarão trabalho compatível com sua formação ou Ø (P) serão rapidamente descartados Ø (A) da carreira por incompetência.

(VELOSO, R. “Multiplicação de cursos”,
in Reconhecendo a Excelência, Ed. Abril, 2006, p. 90.)

- o agente é universal, não especificado:

(8) É conhecido Ø (A) o provérbio (P): “Quem com ferro fere com ferro será ferido”, mas muitas pessoas não se deram conta disso.

(Enunciado produzido para o fim aqui proposto.)

- o agente não é (suficientemente) conhecido ou identificável, não é importante, ou o falante não quer identificá-lo:

(9) Até o século XIX, as mulheres (P) eram consideradas Ø (A) incapazes para o exercício da profissão médica, possivelmente por suas características de personalidade, consideradas frágeis para essa função. Ainda no final do século XX, começaram a surgir faculdades de Medicina exclusivas para mulheres.

(SER MÉDICO, nº 36, ano IX, CREMESP, jul, agosto, set., 2006, p.17.)

2 A frase reflexiva

Uma sentença reflexiva é aquela em que o verbo está na **voz reflexiva** (ou medial) e, assim, expressa a integração do sujeito na ação que dele parte. O verbo desse tipo de sentença apresenta-se acompanhado de um pronome átono, que se refere ao sujeito. Segundo Camara Jr. (1968, p. 233), há três modos de o sujeito reaparecer no predicado: 1) como objeto de uma ação verbal transitiva, que parte dele (medial reflexiva); 2) como o centro de uma ação verbal transitiva, que parte dele mas não sai do seu âmbito, eliminando-se assim o objeto sobre que ela recairia (medial dinâmica), 3) como o centro de uma ação verbal intransitiva, que dessa maneira fica mais intensamente relacionada ao sujeito de que parte (medial expletiva). ex.: 1) *eu me feri* (onde a construção não-pronominal, com objeto autônomo, mantém inalterada a significação verbal – *eu o feri.*), 2) *eu me levantei* (onde a construção não-pronominal, com objeto autônomo, altera a significação verbal – *eu o levantei*, i.é. “o suspendi”), 3) *eu me ri* (onde a construção não-pronominal não altera a significação verbal, mas não põe em realce a participação intensa do sujeito na ação que dele parte – *eu ri*).

VOZ REFLEXIVA

Corresponde em português a uma construção em que à forma do verbo na voz ativa se adjunge um pronome adverbial átono, referente à pessoa do sujeito; ex.: *eu me feri*, *tu te feriste*, *ele se feriu*, etc. É, pois, uma construção verbal pronominal, mas completamente diversa daquela em que se tem um pronome AD-VERBAL átono não-referente ao sujeito (cf. *eu te vi*, *ele o viu*, etc.) (CAMARA JR., 1968, p. 232).

EXERCÍCIO

1 Reconhecer as sentenças passivas nos enunciados transcritos de O Liberal: Magazine, 31 de janeiro de 2009, p.4, a seguir:

- a) O Concurso de Rainha das Rainhas do Carnaval continua movimentando os clubes sociais de Belém, com apresentação de candidatas até o dia 5 de fevereiro, quando será conhecida a representante da AP ao maior evento do carnaval paraense, promovido pelas ORM.
- b) De 2002 para 2008, foram desembolsados R\$ 3,2 bilhões em locação de salas, prédios, casas e até espaços para festas e eventos por órgãos ligados aos Três Poderes.
- c) Já estão sendo feitas as reservas para o banquete da hotess X, que o colunista Y promoverá dia 21 de março, no Crowne Plaza.

2 Você considera que a escolha das passivas grifadas nos enunciados transcritos de O Liberal: Magazine, 4 de fevereiro de 2009, p.4, a seguir, se deve ao fato de possibilitar a ausência do agente, já que esse é previsível nos respectivos enunciados? Caso sua resposta seja afirmativa, qual seria esse agente?

“A gente anda, o Brasil anda” é a campanha criada pela Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap) para combater a crise. Dia 13 será lançada em Brasília. Serão veiculadas propagandas verdadeiras e positivas de empresas de todo porte e de qualquer parte do País, que estão enfrentando crise financeira.

3 Identificar o tipo de frase reflexiva (reflexiva, dinâmica e expletiva) nos enunciados, a seguir, construídos para o fim aqui proposto.

- a) João molhou-se todo. (Compare com João molhou a toalha da mesa.)
- b) Mariana se sentou com elegância. (Compare com Mariana sentou na cadeira.)
- c) A mãe se cortou. (Compare com A mãe cortou o pão.)
- d) Ultimamente ele se voltou para a religião. (Compare com Ele voltou do Rio.)
- e) Lá se vão 15 anos em que estamos juntos. (Compare com Lá vão 15 anos em que estamos juntos.)

4 Que pode justificar o emprego ora da voz passiva ora da ativa no texto?

POLÍCIA APREENDE UMA TONELADA DE MACONHA E CONTRABANDO

Grupo de 23 pessoas foi preso, na manhã desta terça-feira, em dois ônibus carregando contrabando e cerca de uma tonelada de maconha, no Paraná. O grupo foi flagrado por uma operação conjunta da Polícia Militar, da Polícia Federal e da Receita Federal.

O primeiro ônibus foi parado em Jaquapitã (PR) com mercadorias irregulares. Quinze pessoas foram detidas. Outras oito pessoas foram presas no segundo ônibus, quando passava por Sertaneja (PR). Os policiais e fiscais apreenderam contrabando e maconha no veículo. (Texto jornalístico)

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BRITO, Célia Maria Coêlho. “Funcionalidade discursivo-textual de sentenças ativas e passivas em português”, in *ANAIIS do Congresso ASLIPA*: Belém: Universidade Federal do Pará, 2006, p. 19-25.

CAMARA JR, J. Mattoso. *Filologia e gramática*. Rio de Janeiro: Iozon + Editor, 1968.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

COMPLEMENTAR

GRAMÁTICAS da língua portuguesa

RESUMO DA ATIVIDADE 10

Estudamos aqui o que caracteriza uma frase ativa, passiva e reflexiva; os efeitos semântico-pragmáticos de sentenças ativas e passivas; o que possivelmente leva falantes de língua portuguesa, em suas interlocuções, a preferir sentenças ativas a passivas e *vice-versa*; as funções semânticas que podem ser alçadas à condição de sujeito na sentença passiva; as razões discursivo-textuais passíveis de justificar a ausência do agente na sentença passiva; e os três modos de o sujeito reaparecer no predicado.

A CONFIGURAÇÃO INFORMACIONAL DO **ENUNCIADO**

a t i v i d a d e 11

OBJETIVOS

Ao final dessa atividade você deve saber que

- a configuração informacional de um enunciado se distingue da sua configuração sintática;
- o tema/tópico e o sujeito não são as mesmas unidades linguísticas;
- a relação tema/tópico e rema se dá no nível do enunciado e a relação novo e dado, no nível da progressão textual;
- o tema/tópico também se realiza fora da estrutura canônica do enunciado.

1 Tema/tópico X sujeito

Dado o enunciado:

- (1) O mecânico apertou os parafusos com as ferramentas apropriadas.

(ILARI, Rodolfo, 1987, p. 13),

a expressão *o mecânico* pode ser caracterizada como

a) sujeito (se o critério de análise for o da concordância do verbo na terceira pessoa do singular);

b) tema/tópico (se o critério de análise for identificar o ser sobre o qual toda a oração versa. Por meio das respostas às perguntas, a seguir, veja que é possível identificar o ser sobre o qual se declara algo: A que *ser* é feita a declaração no enunciado?, Sobre qual *ser* se faz uma declaração no enunciado?)

Embora, na tradição escolar, o sujeito seja considerado como o termo com o qual concorda o predicado ou como o termo que é o assunto da oração, cabe manter distintas as duas considerações, uma servindo para identificar o sujeito e a outra, o tema/o tópico.

CONCLUSÃO:

Quando se quer saber do sujeito do enunciado, considera-se a configuração sintática do enunciado.

Quando se quer saber do tema/tópico, considera-se a camada informacional do enunciado.

1.1 Relação Tema/Tópico X Rema/Comentário, na estrutura do enunciado

O tema/tópico é concebido como o segmento inicial do enunciado, a respeito do qual o resto do enunciado, o rema/o comentário, se constrói.

O rema/comentário é uma palavra que remonta etimologicamente ao grego clássico, onde foi usada por Aristóteles num sentido próximo de predicado. Aqui será utilizado para identificar “aquilo que se diz do tema”.

- (2) Mariano partiu cedo. (Tema/Tópico: Mariano X Rema/Comentário: partiu cedo)
- (3) Partiu cedo Mariano. (Tema/Tópico: Mariano X Rema/ Comentário: partiu cedo)
- (4) Cedo Mariano partiu. (Tema/Tópico: Mariano X Rema/ Comentário: partiu cedo)

Foram os linguistas da **Escola Funcionalista de Praga**, preocupados com o valor comunicativo das unidades semânticas na organização do enunciado, que desenvolveram a questão da articulação tema e rema.

OBSERVAÇÃO:

Deve-se atentar para o fato de que há relação sinonímica de nomenclatura entre a articulação tema X rema e tópico X comentário.

1.2 Outra concepção funcional do tema/tópico

O tema/tópico pode também ser visto como todo segmento que se apresenta no início do enunciado, que representa “o ponto de partida da mensagem”.

- (5) Mariano partiu cedo. (Tema/Tópico: Mariano)
- (6) Partiu cedo Mariano. (Tema/Tópico: partiu)
- (7) Cedo Mariano partiu. (Tema/Tópico: cedo)

A propósito de uma pesquisa realizada sobre tema/tópico, tendo por base dados da língua falada e seguindo a concepção acima, Castilho (1995, p.71-72) conclui que, no início de sentenças no português, predominam, seguindo a ordem decrescente de ocorrências, os sintagmas nominais (incluindo aqui os pronominais), anáfora zero, sintagmas preposicionais, sintagmas adverbiais e sintagmas verbais **monoargumentais**.

2 Tema/tópico fora da estrutura do enunciado

É muito comum formularmos enunciados com o tema/tópico fora de sua estrutura canônica, principalmente na linguagem falada. Observe os casos que Brito (1997, p. 29-30) aponta tendo por base uma pesquisa que fez da linguagem dos amazônidas paraenses.

- (8) *esse senhor... ele* foi numa festa (tema: SN *esse senhor*; co-referente: o pronome anafórico *ele*).
- (9) *Eu...*uma vez *eu* vi (tema: pronome pessoal *eu*; co-referente: o próprio pronome pessoal *eu*).

ESCOLA FUNCIONALISTA DE PRAGA

Linguistas que consideram o estudo de uma língua como a investigação das funções desempenhadas pelos elementos, as classes e os mecanismos que nela intervêm. A consideração da função conduz à ideia de que o estudo dum estado de língua, independentemente de qualquer consideração histórica, pode ser explicativo, e não apenas descritivo (DUCROT & TODOROV, 1978, p. 43).

MONOARGUMENTAIS

verbos de um argumento

- (10) *Thiane ... aquela velha* que mora perto de tua casa (tema: SN *Thiane*; co-referente: também um SN, *aquela velha*).
- (11) [só a parede que estava na altura que haverá de ser era a parede de oitão] *todas as outras paredes...uma* estava com um metro:::ou mais de metro (tema: *todas as outras paredes* com o qual o SN *uma [parede]*, que expressa parte desse todo, se relaciona semanticamente).
- (12) quando...porque *a pessoa* que se interna ali no Barros Barreto *esses doente* assim passa meses ... né? (tema: o hiperônimo *a pessoa* com o qual o SN *esses doente*, que expressa seu hipônimo, se relaciona semanticamente).
- (13) *ele* já na hora que *ele* empurrava ela (tema: item pronominal anafórico, de terceira pessoa *ele*; co-referente: o mesmo item pronominal de terceira pessoa. Esse caso só foi possível ser observado, por ter sido considerada a contiguidade dos enunciados no discurso).
- (14) *nós...* e recurso $\emptyset$ não tínhamos de jeito nenhum (tema: pronome pessoal dêitico *nós*; co-referente elidido ($\emptyset$). A pausa e a presença da conjunção *e* deixam claro que o falante elege como tema o pronome *nós* e como seu co-referente a elipse).
- (15) *quanto ao que você falou de de fantasma ...* eu sou um cara disassombrado (tema: introduzido pela locução prepositiva *quanto a*, não retomado por um co-referente).
- (16) *gigante...* $\emptyset$ mora aqui tanto tanto tempo né? (tema: SN (*gigante*) não definido por artigo, que se relaciona com o sujeito elidido do verbo *morar*).
- (17) *jabutí...* solte $\emptyset$ essa tua flauta (tema: SN (*jabutí*), retomado por pronome de segunda pessoa elidido).
- (18) *a igreja...católica...* só a parede $\emptyset$ que estava na altura que haverá de ser (tema: SN (*a igreja ... católica*), que, na estrutura canônica, é o adjunto adnominal preposicionado do termo *parede*).
- (19) *quem* é o vigário da igreja é o padre Francisco (tema: pronome *quem*).
- (20) *e ela ... essa senhora...* pegou né? (tema: pronome de terceira pessoa *ela*, não-anafórico, seguido de SN *essa senhora*).

Esse caso só foi possível ser observado por ter sido considerada a contiguidade dos enunciados no discurso.

Na linguagem escrita literária, encontramos realizações do tema/tópico fora da estrutura do enunciado. Essas construções foram entendidas pela tradição gramatical como figuras de sintaxe. Veja exemplos de ocorrências, a seguir, transcritas do artigo de Brito (1997, p.27-28), que trata do tema na linguagem do amazônida paraense. Em todas elas o tema/tópico é retomado na predicação que o segue por elipse:

- a) Os pastores parece que $\emptyset$ vivem no fim do mundo. (Ferreira de Castro, OC, I, 435)
- b) O próprio ministro dizem que não $\emptyset$ gostou do ato. (Machado de Assis, OC, I, 643)
- c) Nas porteiras ou nos terreiros das fazendas, as pessoas que a gente vê parece que $\emptyset$ brincam de tomar conta da natureza. (Ribeiro Couto, C, 32)

Segue mais uma ocorrência. Agora transcrita do livro *A doce canção de Caetana*, de Nélida Piñon (1987, p. 120).

- d) A cauda, ela arrastava pelo chão, como uma noiva.

OBSERVAÇÃO:

Embora enunciados com o tema/tópico fora da estrutura canônica da frase sejam frequentemente construídos por falantes da língua portuguesa, na linguagem oral, não são aceitos na linguagem escrita, a não ser em contextos literários.

3 Tema/tópico na progressão textual

O tema/tópico pode veicular informação nova ou dada.

Observe no recorte do texto de um artigo de Brito (1998, p. 145) exemplos de cada caso.

Tópico novo

Nos textos abaixo, observamos o tópico novo sendo introduzido, respectivamente, por um SN antecedido do artigo indefinido; por um SN antecedido do artigo definido; e por um SN genérico, sem estar antecedido de artigo.

Um clima de medo está tomando a cidade mineira de Nova Serrana, a 180 quilômetros de Belo Horizonte.

(ISTOÉ, 20 de maio de 1998)

As modelos dizem que sua profissão é demais estressante. Só que também é muito bem remunerada.

(ISTOÉ, 20 de maio de 1998)

Não há *inglês* que vá deixar de fazer a barba todas as manhãs. Explica-se: foi lançada em Londres, com o aval da comunidade científica, uma loção após-barba afrodisíaca.

(ISTOÉ, 20 de maio de 1998)

Tópico dado

No texto seguinte, observamos a presença do tópico dado *A pesquisa* (terceira linha) retomando o tópico novo *uma pesquisa* (primeira linha) e o tópico dado *O Ibope* (quarta linha) retomando o tópico novo *O Ibope* (primeira linha). Nesse texto dá para observar o artigo definido servindo para introduzir tópico novo e manter tópico dado.

O Ibope fez uma pesquisa para saber qual o melhor supermercado da cidade na opinião dos consumidores, nos itens preço, variedade, conforto, atendimento, higiene.

A pesquisa foi feita de 3 a 7 de abril, entrevistando pessoas de todas as classes sociais em diversos bairros da grande Belém. *O Ibope* confirmou o que o consumidor já sabia.

O Líder foi considerado o melhor, disparado em todos os itens.

(Diário do Pará, 24 de maio de 1988)

Ainda, veja, no artigo de Brito (1998, p. 146), um texto em que o tópico novo (*o técnico Mário Jorge Lobo Zagallo*) é retomado várias vezes por elipse ($\emptyset$) e pelo pronome *ele*.

Nesta quinta-feira, quando a seleção brasileira de futebol decolar rumo a Paris, *o técnico Mário Jorge Lobo Zagallo*, 66 anos, estará partindo para sua sexta Copa do Mundo. É um feito e tanto. Das cinco que já $\emptyset$ participou, $\emptyset$ saiu vitorioso em quatro. Ponta-esquerda obstinado, $\emptyset$ marcou dois gols e $\emptyset$ ajudou monstros sagrados como Pelé, Garrincha, Didi e Nilton Santos na conquista dos títulos de 1958 e 1962. Treinador ainda em início de carreira, $\emptyset$ dirigiu em 1970 a fabulosa equipe tricampeã de Pelé, no auge de sua genialidade, Tostão, Jairzinho, Rivelino, Gérson e Carlos Alberto Torres. Em 1974, na mesma função, $\emptyset$ conheceu seu maior fracasso ao terminar em quarto lugar. Como braço direito do técnico Carlos Alberto Pereira, em 1994, $\emptyset$ alcançou o tetra. Chamado de tranqueiro, teimoso e superado por seus críticos, entre os quais se inclui alguns dos campeões mundiais que $\emptyset$ comandou, Zagallo considera-se um predestinado. Quarta-feira passada, dia 13 – número que $\emptyset$ adotou como talismã –, *ele* deu esta entrevista a VEJA.

(VEJA, 20 de maio de 1998)

EXERCÍCIO

1 Ler o texto:

As orações do texto da receita de “Pão de batata”, apesar de serem orações coordenadas elas não podem ser invertidas neste caso em especial, pois trata-se de gênero receita de culinária e este pede que haja uma ordem entre as orações, pois ele é constituído passo a passo.

(Resposta de uma aluna universitária sobre ordenação de orações coordenadas em um texto de procedimento.)

- Identificar o tema/tópico que se encontra fora da estrutura do enunciado.
- A relação tema/tópico X rema/comentário em *ele é constituído passo a passo*, considerando a sequencialidade do tópico feita pela aluna, é lógica? Por quê? (Lembre-se da pergunta que se deve fazer para identificar o tema/tópico.)
- A relação sujeito X predicado em *ele é constituído passo a passo*, mesmo considerando a sequencialidade do tópico feita pela aluna, é lógica? Por quê? (Lembre-se do critério que deve ser usado para se identificar o sujeito.)

2 Ler o texto:

Polidoro diminuiu o passo na metade da praça. A respiração ofegante cobra-lhe ar dos pulmões consumidos pelo fundo. Olhou à direita em direção à mangueira plantada pelo avô Eusébio.

(PINON, Nélida. *A doce canção de Caetana*, 1997, p. 9.)

Aplicando os critérios que devem ser seguidos para a identificação do sujeito e tema/tópico, reconhecer tais itens.

- a) sujeito X predicado; e
- b) tema/tópico X rema/comentário.

3 Considerando a concepção de tema/tópico: “aquilo que vem primeiro na frase”, identificar esse item nos enunciados, a seguir, transcritos do livro *Fatos de linguagem: aspectos pragmático-semântico-sintáticos*, de Brito (2006, p.42-44).

- a) Alfredo, nas quatro operações, ladino, era? (Belém do Grão-Pará, p. 47)
- b) Levava era o pintinho para os irmãos Maristas. (Belém do Grão-Pará, p. 54)
- c) É um riso como convém, postiço. (Belém do Grão-Pará, p. 55)
- d) Eu que devia era ter te mandado ensinar berimbau. (Belém do Grão-Pará, p. 75)
- e) Asseada, foi a palavra que veio a Virgílio. (Belém do Grão-Pará, p. 497)
- f) Não lhe havia dado vertigens o leísmo, isso que não? (Belém do Grão-Pará, p. 61)

4 Considerando a realização do tema/tópico fora da estrutura da frase, identificar esse item nos enunciados, a seguir, transcritos do livro *Fatos de linguagem: aspectos pragmático-semântico-sintáticos*, de Brito (2006, p. 42-44).

- a) E Antônio, este, como se nunca visse a liberdade, com o Santo Antônio debaixo do braço, tinha instantes que corria a ponto de Libânia correr também, gritando para que o diabinho parasse. (Belém do Grão Pará, p. 272)
- b) Alfredo e Antônio, o espanto deles era ainda lá fora, na rua, tanto o que ver! (Belém do Grão Pará, p. 486)
- c) Asseada, foi a palavra que veio a Virgílio. (Belém do Grão Pará, p. 497)
- d) Mas já pela hora da trasladação, seu Virgílio, sob o peso da romaria passando pelas três janelas, recebeu que a casa, esta, fosse cair ao sopro das bocas que rezavam, cantavam, falavam, riam.” (Belém do Grão-Pará, p. 486)

5 Identificar no segmento narrativo, a seguir, como é feita a apresentação e a sequenciação do tema/tópico relativo ao ente que narra (Ver acima o item que trata da introdução do tópico novo).

Conto e escola

A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia – uma segunda-feira, do mês de maio – deixei-me estar alguns instantes na Rua da princesa a ver onde iria brincar a manhã. Hesitava entre o morro de

S. Diogo e o campo de Sant`Ana, que não era então esse parque atual, construção de *Gentleman*, mas um espaço rústico, mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos. Morro ou campo? Tal era o problema. De repente disse comigo que o melhor era a escola. E guiei para a escola. Aqui vai a razão.

(Machado e Assis. “Conto e escola” in MOISÉS, Massaud. *CONTOS*, 1963, p. 203.)

6 Identificar o problema que ocorre no texto, a seguir, quanto à sequenciação do tema/tópico.

Segundo Tesnière (1969, p. 327), a conjunção coordenativa não pertence a nenhum dos dois núcleos que ele deve ligar. E acrescenta ainda que o juntivo não é intranuclear, mas extranuclear. (Parte da resposta de uma aluna universitária sobre junção de orações coordenadas.)

7 Considerando o texto a seguir, reescrever o terceiro enunciado do segundo parágrafo, de modo que o SN “o segundo ônibus” seja tema/tópico.

POLÍCIA APREENDE UMA TONELADA DE MACONHA E CONTRABANDO

Grupo de 23 pessoas foi preso, na manhã desta terça-feira, em dois ônibus carregando contrabando e cerca de uma tonelada de maconha, no Paraná. [...]

O primeiro ônibus foi parado em Jaquapitã (PR) com mercadorias irregulares. Quinze pessoas foram detidas. Outras oito pessoas foram presas no segundo ônibus, quando passava por Sertaneja (PR).

(notícia jornalística)

BIBLIOGRAFIA

BRITO, Célia Maria Coêlho. “O tema na linguagem do amazônida paraense”. in *Moara: estudos linguísticos*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1997, p. 25-38.

_____. “Funções Pragmáticas extrafrase e intrafrase”, in *Asas da Palavra*, Belém: UNAMA, 1998, p. 142-146.

_____. “O tópico novo em narrativas orais do amazônida paraense”, in *Moara: estudos linguísticos*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999, p.115-132.

_____. “O ato interlocutivo e as modalidades oral e escrita de expressão” in BRITO, Célia Maria Coêlho; TEIXEIRA, Elizabeth Reis. *Aquisição e ensino-aprendizagem do português*. Belém: EDUFPA, 2002, p. 101-133.

_____. *Fatos de linguagem: aspectos pragmático-semântico-sintáticos*. Belém: L&A Editora, 2006.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Filologia e gramática*. Rio de Janeiro: IOZON+ EDITORA, 1968.

_____. *História e estruturada língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CASTILHO, Ataliba T. de. “A língua falada e sua descrição” in VÁRIOS AUTORES. *Para Segismundo Spina: língua, filologia, literatura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Iluminuras, 1995, p. 69-90.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

ILARI, Rodolfo. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

RESUMO DA ATIVIDADE 11

Vimos nesta atividade que a configuração informacional de um enunciado se distingue da sua configuração sintática; que o sujeito e o tema/tópico não são as mesmas unidades linguísticas; que a relação tema/tópico se dá no nível da frase e a relação novo e dado, no nível da progressão textual; que o tema/tópico também se realiza fora da estrutura canônica da frase.

SINTÁTICOS

OS PROCESOS

u n i d a d e 5

COORDENAÇÃO

a t i v i d a d e 12

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá ser capaz de reconhecer

- características do processo sintático da coordenação;
- composições lexicais por coordenação;
- coordenação como construção sintática;
- tipos de coordenação sintática;
- coordenação sindética;
- coordenação assindética;
- tipos de coordenação sindética;
- orações coordenadas subordinadas a uma principal ou inteiramente independentes.

Para construirmos nossos enunciados, usamos seus termos ou estabelecendo uma relação de dependência ou dispondo-os em sequência. Em outras palavras, podemos dizer que, respectivamente, nos valem do processo da subordinação e da coordenação. Nesta atividade, apresentamos considerações feitas por Camara Jr. (1986, p. 103-4) sobre o processo da coordenação.

COORDENAÇÃO, ou PARATAXE, é a construção em que os termos se coordenam numa SEQUÊNCIA e não ficam conjugados num sintagma. Na coordenação, cada termo vale por si e a sua soma dá a significação global em que as significações dos termos constituintes entram ordenadamente lado a lado; ex.: *auriverde* “parte cor de ouro, parte verde”; *belo e justo* “com a qualidade da beleza ao lado da qualidade da justiça”; *saiu e entregou* “uma ação de saída e depois uma ação de entrada”, etc.

Há uma composição lexical por coordenação (ex.: *auriverde*, *luso-brasileiro* etc.) e a coordenação como construção sintática – a) de palavras, b) de grupos lexicais, c) de orações, subordinada a uma principal ou inteiramente independente. Na coordenação sintática diz-se que há assíndeto, ou coordenação assindética, quando os termos se seguem apenas separados por uma pausa, a que na escrita corresponde a vírgula ou o ponto e vírgula; mas pode dar-se a ligação, ou SÍNDETO, entre os termos coordenados por meio da conjunção copulativa *e*, tendo-se então a coordenação sindética. Também há coordenação sindética quando por meio de outras conjunções coordenativas se introduzem as noções de contraste, de alternativa, de conclusão, de explicação.

Daremos exemplos, a seguir, da coordenação como construção sintática tendo como base enunciados transcritos do romance *O Marajó*, de Dalcídio Jurandir (2008) e do conto *Voluntário*, de Inglês de Souza (2005).

– Coordenação de palavras

- (1) A terra parecia subir pelos homens, bichos e árvores com o calor. (Marajó, p.31)
- (2) Era pobre com uma paciente e formal dignidade. (Marajó, p.37)

– Coordenação de grupos lexicais:

- (3) Seria, assim, talvez uma verdadeira experiência da morte, um sono no fundo do rio, o retorno àqueles terrores de menino diante do sono que o assaltava na sombra da rede sem embalo... (Marajó, p.33)
- (4) O pai lhe parecia mais volumoso de ventre, o bigode cinza, a pele queimada, o anel que sempre lhe foi uma obsessão na infância. (Marajó, p.34)

– Coordenação de orações independentes:

- (5) Coronel debruçara-se no parapeito. Um sossego no casarão [havia]. D. Emerlinda tinha ido ver a doente no Araraiana. Um pica-pau martelava a velha macacaubeira. (Marajó, p.31)
- (6) Exibia ao ombro a espingarda e espreitava os esconderijos. (Marajó, p.31)
- (7) As tocas [estão] desertas, os ocos de pau [estão] vazios. (Marajó, p.31)
- (8) Cruzou as mãos sobre o peito, cerrou os olhos. (Marajó, p.31)

– Coordenação de orações subordinadas:

- (9) Missunga, nessa interina cegueira, punha-se a indagar se as aranhas o espiavam ou se podiam desprender as folhinhas ao vento... (Marajó, p.32)
- (10) O desejo de uma inércia em que todos os desalentos se afundassem, todos os vagos ímpetos morressem para sempre. (Marajó, p.33)

Observe, agora, coordenações sindéticas que assinalam, respectivamente, idéias aditivas, adversativas, alternativas, explicativas e conclusivas.

- (11) Trazia o terreiro bem varrido e o porto livre das canaranas. (Voluntário, p. 23)
- (12) Ana Raimunda seria uma coisa nunca vista no fabrico de redes de aparato, mas não lhe receava Rosa a competência na tecedura do algodão e do tucum, talento de que tinha quase tanto orgulho como de haver parido o mais falado pescador daquela redondeza. (Voluntário, p. 24)
- (13) Os viajantes, tocando no porto do sítio da velha Rosa, seguindo para Alenquer ou de lá voltando, ficavam cativos da doçura e da afabilidade com que se oferecia o rapaz para os acompanhar à vila, ou dava conselhos práticos sobre a viagem e os pousos. (Voluntário, p. 24)
- (14) Uma manhã vinha eu da casa do juiz com as melhores esperanças de êxito, pois se mostrava crente do direito que assistia ao meu cliente e compadecido da sorte da velha que lhe não deixava a soleira da porta, onde dormia. (Voluntário, p. 32)
- (15) Pedro não estava no quartel, portanto, seguira naquele mesmo vapor para a capital. (Voluntário, p. 35)

EXERCÍCIO

1 Veja no trecho, a seguir, que os segmentos grifados apresentam o processo sintático da coordenação, realizado de forma sindética. Que tipos de ideias expressam?

Perguntei, irado, ao juiz como se deixara ele assim burlar pela polícia, expondo a dignidade do seu cargo ao menosprezo de um funcionário subalterno. Mas ele, sorrindo misteriosamente, bateu-me no ombro e disse em tom paternal:

– Colega, você ainda é muito moço.

2 Identificar no trecho, do conto *O baile do Judeu*, de Inglês de Souza (2005, p. 83-84), o processo sintático da coordenação, realizado de forma sindética. Adianto-lhe que você deverá encontrar duas construções coordenadas, cujas orações, sindéticas, expressam, respectivamente, ideias explicativa e adversativa.

Lá estavam em plena judiaria, pois assim se pode chamar a casa de um malvado judeu, o tenente-coronel Bento de Arruda, comandante da Guarda Nacional, o Capitão Coutinho, comissário das terras, o dr. Filgueiras, o delegado de polícia, o coletor, o agente da Companhia do Amazonas; toda a gente grada, enfim, pretextando uma curiosidade desesperada de saber se de fato o judeu adorava uma cabeça de cavalo, mas na realidade movida da notícia da excelente cerveja Bass e dos sequilhos que o Isaac arranjava para aquela noite, entrava alegremente no covil de um inimigo da Igreja, com a mesma frescura com que iria visitar um bom cristão.

3 No enunciado, a seguir, também você deve encontrar o processo sintático da coordenação, realizado de forma sindética. Apontar as construções coordenadas e dizer que tipo de ideia expressam.

Vivia só com o filho, que passava os dias na pesca do pirarucu e do peixe-boi, vendidos no porto de Alenquer, de que tiravam ambos o sustento, pois o cacau mal chegava para a roupa e para o tabaco. (Voluntário, p. 23)

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARA JR. *Filologia e gramática*. Rio de Janeiro: IOZON+EDITORA, 1968.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973, p.13-14.

COMPLEMENTAR

GRAMÁTICAS da língua portuguesa.

RESUMO DA ATIVIDADE 12

Esta atividade tratou das características do processo sintático da coordenação; das composições lexicais por coordenação; da coordenação como construção sintática; dos tipos de coordenação sintática; da coordenação sindética; da coordenação assindética; dos tipos de coordenação sindética; da possibilidade de as orações coordenadas serem subordinadas a uma principal ou inteiramente independentes.

SUBORDINAÇÃO

a t i v i d a d e 13

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá saber

- as características do processo sintático da subordinação;
- o fato de as orações subordinadas serem sempre *dependentes* de outra;
- o fato de ser possível uma oração subordinada subordinar-se a outra oração subordinada;
- o uso da subordinação como recurso para enfatizar ideias.

Como vimos na atividade anterior, realizamos os nossos enunciados por meio de dois processos, o da coordenação e o da subordinação. Na presente atividade, teremos a oportunidade de examinar o processo da subordinação, embasando-nos, também, em considerações de Camara Jr. (1986, p. 103-104).

SUBORDINAÇÃO – Processo linguístico que cria o sintagma, estabelecendo entre os constituintes uma relação de determinado e determinante; portanto se opõe à coordenação em que os termos estão em SEQUÊNCIA. Assim, o adjunto está subordinado ao substantivo que ele determina, o verbo está subordinado ao sujeito, os complementos estão subordinados ao verbo.

Na estrutura da frase, entende-se por subordinação, ou HIPOTAXE, a construção sintática em que uma oração, determinante, e pois subordinada, se articula com outra, determinada por ela e PRINCIPAL em relação a ela. A construção oposta é a coordenação ou PARATAXE. (CAMARA JR, 1968, p. 337-338)

Vejamos, a seguir, enunciados transcritos do livro Marajó, de Dalcídio Jurandir (2008), em que o processo da subordinação foi usado.

- (1) O remédio era partir, embora sobre a fuga houvesse o medo, como seu pai sabia! daqueles machados. Guíta descobriu-o todo e o pai dele desmascarava. Ambos tinham razão, certeza comum que desesperava a moça e tranquilizava o pai. (p. 268)

ORAÇÃO DETERMINADA / SUBORDINANTE	ORAÇÃO DETERMINADA / SUBORDINADA
O remédio era partir	<u>embora sobre a fuga houvesse o medo</u> [...] daqueles machados
embora sobre a fuga houvesse o medo	como seu pai sabia!
Ambos tinham razão, certeza comum	<u>que desesperava a moça</u> <u>tranquilizava o pai</u>

- (2) Coronel Coutinho na rede começou a afirmar que as verdadeiras dragas dos rios são as cobras-grandes, mães dos mesmos rios. Quando uma cobra morre ou foge ou se muda, o rio seca, o rio desaparece. Muitos caboclos já assistiram à luta de duas mães de rio. A do Arari tinha brigado, perdera as forças, para conservar o rio (p. 268).

ORAÇÃO DETERMINADA / SUBORDINANTE	ORAÇÃO DETERMINADA / SUBORDINADA
Coronel Coutinho na rede começou a afirmar	<u>que as verdadeiras dragas dos rios são as cobras-grandes, mães dos mesmos rios</u>
o rio seca, o rio desaparece	<u>Quando uma cobra morre ou foge ou se muda</u>
A do Arari tinha brigado, perdera as forças	<u>para conservar o rio</u>

Para reforçar as considerações feitas a respeito dos processos sintáticos da coordenação e subordinação, apresentamos-lhe, agora, a seguir, um texto de GARCIA (1973, p.13-14). Nesse texto, o autor trata da coordenação e subordinação, respectivamente, como processos de *encadeamento* e de *hierarquização*. Em relação ao primeiro processo, apresenta as conjunções que estabelecem relações mais atenuadas e mais acentuadas e diz que essas últimas se aproximam, por isso, das conjunções subordinativas. Quanto ao segundo, reconhece ser o relacionamento expresso pelas conjunções subordinativas mais estreito do que o relacionamento indicado pelas conjunções coordenativas; deixa claro que sempre haverá no processo da subordinação uma oração principal, que poderá ser uma subordinada.

Coordenação e subordinação: encadeamento e hierarquização

Num período composto normalmente estruturado – *i. é*, não construído por frases de situação ou de contexto –, as orações se interligam ou se encadeiam mediante dois processos universais a *coordenação* e a *subordinação*.

Na coordenação, que é um paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos, as orações se dizem da mesma natureza, devem ter a mesma estrutura sintático-gramatical e se interligam por meio de conectivos chamados *conjunções coordenativas*. É *um processo de encadeamento*.

As conjunções coordenativas expressam relações de maneira muito mais atenuada do que as subordinativas: *e* e *nem* (*e não*) indicam adição ou concatenação, são as mais típicas de todas as coordenativas, aquelas cuja função é apenas aproximar ideias. São por isso chamadas *aditivas*. As outras já assinalam relações mais acentuadas: as *adversativas* (mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto) indicam contraste, ressalva ou atenuante; as *alternativas* (ou, ou... ou, ora..., já... já, quer... quer), alternância ou escolha; as *explicativas* (pois, porque) expressam razão, motivo ou explicação, e frequentemente se confundem com as subordinativas causais; as *conclusivas* (logo, pois, portanto, por consequência) indicam consequência ou conclusão. De todas, as duas últimas são as que mais se aproximam das subordinativas por estabelecerem mais clara relação de mútua dependência entre as orações por elas ligadas.

Na *subordinação* não há paralelismo, mas desigualdades de funções e de valores sintáticos. É *um processo de hierarquização*, em que o enlace entre as orações é muito mais estreito do que na coordenação. Nesta, as orações se dizem sintáticas, mas nem

sempre, semanticamente, *independentes*; naquelas, as orações são sempre *dependentes* de outra, quer quanto ao sentido quer quanto ao travamento sintático. Nenhuma oração subordinada subsiste por si mesma, *i. é.*, sem o apoio da principal (que também pode ser outra subordinada) ou da principal do período, da qual, por sua vez, todas as demais dependem. Portanto, se não podem subsistir por si mesmas, se não são independentes, é porque fazem parte de outra, exercem função nessa outra.

Isto quer dizer que qualquer oração subordinada é, na realidade, um *fragmento de frase*, mas fragmento diverso daquele que estudamos nas frases de situação ou de contexto. “Se achassem água por ali perto” é uma oração, mas não uma frase, pois nada nos diz de maneira completa e definida; é apenas uma parte, um termo de outra (“beberiam muito”), na qual exerce a função de adjunto adverbial de condição.

EXERCÍCIO 1

1 Considerando que, no processo sintático da subordinação, nenhuma oração subordinada subsiste por si mesma, qual(is) do(s) trecho(s), a seguir, NÃO segue(m) esse preceito?

() Gabaça, velho companheiro de serenatas nas margens do Arari, trouxe a garrafa de cachaça que Missunga mandara buscar. Ficaram no pátio da casa da fazenda. Esperando a lua nascer quando então a festa começaria. (p.274-275)

() Ramiro não tinha emprego certo nas fazendas. Quando a necessidade era muita, a ponto de não ter mais uma camisa curta. Ia ajudar os seleiros. (p.275)

() O vaqueiro sorrindo apontou para o rio. Missunga debruçou-se no parapeito do alpendre. Canoas geleiras passavam, levando peixe fresco para Belém. (p.279)

Obs.: Alguns dos trechos acima, da obra *Marajó*, foram adaptados.

2 Considerando que, no processo sintático da subordinação, uma oração pode subordinar-se a oração principal do período ou a um termo de uma oração, em qual dos enunciados, a seguir, acontece o primeiro ou o segundo caso?

Lembrava-se Missunga que no seu tempo de menino os donos das canoas e os tripulantes eram quase todos pescadores e barqueiros de Portugal. (p. 279)

Ao sair as prisão, sentiu que Deus lhe indicava o caminho. (p. 287)

Fazia um gesto de quem se lembrava, ao mesmo tempo enxotava o cão que lhe disputava os peixes. (p. 123).

3 No enunciado, a seguir, há uma oração subordinada a uma oração subordinada, que, por sua vez, é subordinada à oração principal do período. Indique cada uma delas.

O pai de uma família de pescadores, o velho Manuel Camaleão, não mandava ensinar os filhos a assinar o nome porque pescador que aprende a ler fica panema, sem sorte nenhuma para a pesca. (p.283)

Subordinada a uma subordinada: _____

Subordinada à principal: _____

Obs.: Os enunciados acima foram transcritos do livro *Marajó*, de Dalcídio Jurandir, 2008.

EXERCÍCIO 2

Lendo o texto, a seguir, observa-se que o autor construiu quatro parágrafos e que cada um corresponde a um período em que, excetuando o quarto, predomina o processo de subordinação entre as orações. Observando, principalmente, o terceiro parágrafo, veja como a interlocução fica, em parte, comprometida por essa forma de o autor se comunicar com o leitor.

Reconstruir, o terceiro parágrafo sequenciando as idéias em, pelo menos, três períodos.

Ideia de paraense na Sapucaí

O carnaval, uma festa maravilhosa, contagiante, explosiva e de repercussão mundial, nos traz à consciência saudosas e gratas recordações momescas, numa multiplicidade sentimental de cores e músicas, que chega até mesmo a responder por uma emoção traduzida em lágrimas, refletindo um doce saudosismo, ao lembrarmos as imperecíveis figuras do Pierrô apaixonado pela Colombina, da jardineira triste ou de nega maluca dançando com o palhaço ladrão de mulheres.

Vivi, quando morei nos anos 50 no Rio de Janeiro, a indescritível alegria das batalhas de confete e serpentina, no desfile principal que à época era na Avenida Rio Branco, no centro, lembrando, também, os carros alegóricos, a Praça Onze na Avenida Presidente Vargas, os corsos e blocos de sujos e os retumbantes bailes do teatro Municipal, clubes e outros salões famosos, com muita lança perfume, até tocar, nos últimos minutos de exaustão, o derradeiro Zé Pereira.

Em todas essas saudáveis reminiscências desse inesquecível passado, já transcorrido mais de meio século de sabor momesco, chegamos a 2009 com o coração cheio de alegria em ver cantando no tradicional desfile do Rio – hoje na Avenida Marquês de Sapucaí – um samba enredo apresentado por uma das mais famosas escolas de samba carioca, Acadêmicos do Salgueiro, cujo tema foi inspirado na ideia de um velho amigo e intelectual de mais de três décadas, o engenheiro civil Antônio Azevedo, paraense da gema, cantor e percussionista registrado na Ordem dos Músicos do Brasil, já tendo o mesmo, inclusive, desfilado no ano de 2006 pela Escola Estação Primeira da Mangueira, cujo tema “Tambor”, por ele pesquisado profundamente,

leva e eleva a um destacado nível nacional e internacional o nome de sua terra natal a um patamar digno de nossa história carnavalesca, mostrando a importância desse instrumento de grande significação rítmica no trabalho da bateria, basicamente responsável pelo compasso da harmonia musical da escola e por uma boa classificação.

Parabéns, amigo Azevedo, por mais essa demonstração de expressivo amor a nossa terra natal e pelo carnaval brasileiro, exemplo maior de sua peculiar vocação artística e reconhecido idealismo patriótico.

(O Liberal: Atualidades, 24 de fevereiro de 2009.)

EXERCÍCIO 3

1 Reescrever o texto, a seguir, empregando, além da coordenação, o processo de subordinação, de modo que três ideias apareçam como orações principais: estava chovendo; fiquei todo molhado; apanhei um resfriado.

Sai de casa hoje de manhã muito cedo. Estava chovendo. Eu tinha perdido o guarda-chuva. O ônibus custou a chegar. Eu fiquei todo molhado. Apanhei um bruto resfriado.

2 Tendo em vista que a coordenação não permite expressar a relação entre os fatos enunciados nem realçar aquele que poderia ser considerado o mais relevante, empregar a subordinação para pôr em evidência um dos fatos enunciados no texto, a seguir.

Vieira chegou ao Brasil em 1615. Ele não contava ainda oito anos de idade. Ele teve de acompanhar a família. Após a chegada, matriculou-se logo no colégio dos jesuítas.

4 Transformar os seguintes períodos compostos por coordenação em períodos compostos por subordinação.

- a) O Brasil é um país de grandes riquezas, mas o padrão de vida do seu povo é um dos mais baixos do mundo.
- b) A violência silenciosa do Estado não é amparada nem condenada pela lei, pois se legitima pela “fatalidade” das atuais estruturas sociais e dos paradigmas da economia de mercado.

5 Reescrever o texto, a seguir, empregando, além da coordenação, o processo de subordinação. Corrigir os problemas referentes às regras de escritas e às gramaticais.

ACONTECEU COMIGO

Amigo vou ti contar uma historia que aconteseu comigo.

Eu fui para um jogo eu fui de bicicleta eu cair e os pessoal ficaram muito rindo da minha cara.

Fiz que nem liguei e eu joguei bola, acabou o jogo eu ia voltando e dei di cara com uma bicicleta e estava ficando dinoite e nos ganhamos o trofreu e o nosso time

ficaram para recebe o trofreu e logo formaram festa e logo saiu uma briga eu fui disparta e um cara mindeu um soco e o cara fugiu.

(Texto de aluno de 5ª série, de escola pública)

6 Ler o texto, a seguir, e dizer qual o processo sintático escolhido para a sequenciação das orações no segmento referente ao “modo de fazer”.

Pão de batata

Ingredientes

3 colheres de açúcar

3 colheres (de sopa) de fermento para pão

1 copo de leite

250 gramas de batata cozida

50 gramas de manteiga

50 gramas de óleo

1 k de farinha de trigo

2 ovos

Modo de fazer

Coloque uma colher de açúcar no fermento, misture até formar uma pasta. Adicione o leite, a batata, os ovos ligeiramente batidos, a manteiga, o óleo; acrescente o trigo aos poucos. Amasse bem os ingredientes e deixe descansar a massa resultante por 1 hora.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARA JR. *Filologia e gramática*. Rio de Janeiro: IOZON+EDITORA, 1968.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973, p.13-14.

COMPLEMENTAR

GRAMÁTICAS da língua portuguesa.

RESUMO DA ATIVIDADE 13

Nesta atividade estudamos as características do processo sintático da subordinação; o fato de as orações subordinadas serem sempre *dependentes* de outra; a possibilidade de uma oração subordinada poder subordinar-se a outra oração subordinada; e o uso da subordinação como recurso para enfatizar ideias.

SINTÁTICOS

OS MECANISMOS

u n i d a d e 6

REGÊNCIA

a t i v i d a d e 14

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá ser capaz de reconhecer

- a expressão das relações de regência;
- a regência em sentido lato e restrito;
- a regência nominal e verbal;
- o relacionamento dos vocábulos com o nome;
- o relacionamento dos vocábulos com o verbo;
- o uso da preposição tendo em vista o sentido que esta comporta;
- a preposição como indício de servidão gramatical;
- a variação livre da preposição.

Os mecanismos sintáticos que vamos estudar na unidade 6 dizem respeito à sintaxe de regência (atividade 14), de concordância (atividade 15) e de colocação (atividade 16).

1 Regência

1.1 Conceito

O texto de Camara Jr. (1968, p. 306-307), a seguir, traz expresso o conceito de regência em seu sentido tanto lato quanto restrito; apresenta os fatores que condicionam a escolha da preposição; evidencia a variação livre de algumas regências e o papel controlador da disciplina gramatical bem como a possibilidade já concebida de ocorrer o emprego ou a omissão de preposição em determinados tipos de complemento.

REGÊNCIA - Em sentido lato, a marca de subordinação de um vocábulo determinante ao seu vocábulo determinado num sintagma. Nas construções analíticas, em que a marca da subordinação é a preposição, a regência em sentido estrito se refere ao valor relacional das preposições, dentro da língua, e às caracterizações dos determinantes que por meio de cada uma delas se estabelecem. É assim a descrição da distribuição e das significações gramaticais, ou significações internas, das preposições existentes numa língua dada. A escolha da preposição depende: 1) da significação interna de cada uma, como em português – de “posse”, a “objeto indireto” ou “direção”, *com* “companhia”, etc.; 2) da **servidão gramatical**, que faz com que certos determinados exijam necessariamente certas preposições, especialmente, em se tratando de verbos com complementos essenciais ex.: *tratar de...*, *avisar de...*, *assistir a...* etc. Num e noutro

caso, há muitas vezes variação livre, que a **disciplina gramatical** procura eliminar (ex.: *avisar alguém de alguma coisa*: *avisar alguma coisa a alguém*), e em referência à significação interna das preposições interfere a intenção estilística. Haja vista em português o emprego ou omissão de preposições *em*, *por*, *durante* em complemento de tempo indicando ocasião ou duração (ex.: *Sai sábado*: *Sai no sábado* – “E o meu suplício durará por meses”, Herculano, Poésias, 73; *durará meses*) e o emprego ou a omissão da preposição *a* para um objeto direto designando pessoa (“*Rubião, põe em espanto a todos os seus amigos*”, Assis, Borba, 289).

SERVIDÃO GRAMATICAL

fato gramatical meramente mórfico, sem correspondência com uma noção

DISCIPLINA GRAMATICAL

prescrições que impõem normas linguísticas

1.2 Regência nominal e verbal

Para vermos esse assunto, recorreremos também a Camara Jr. (1976, p. 245-246), apresentando-lhes o texto que traz como título *A Regência*, que faz parte do item OS MECANISMO SINTÁTICOS.

A eliminação dos casos nominais latinos, em **romance**, deu ao uso das preposições uma relevância fundamental como mecanismo sintático. Em português, *é* assim a preposição que subordina um substantivo a outro, na chamada “regência nominal”, e um complemento ao verbo na chamada “regência verbal”.

A regência nominal cabe essencialmente à preposição *de*, que vimos ter substituído a construção sintática com o caso genitivo.

Na regência verbal, as preposições essenciais — *a, para, em, de; por, com* — associam-se a determinados verbos para a eles subordinarem os complementos básicos que necessariamente os acompanham. Desta sorte, os complementos, com exceção do objeto direto e de algumas circunstâncias de tempo ou de expressão de “instrumento”, se caracterizam por uma preposição, cuja significação gramatical com eles se coaduna especialmente. É costume dizer que um dado verbo “exige” uma dada preposição; mas o que há, na realidade, é o aparecimento sistemático de dado tipo de complemento com dado verbo, e, por sua vez, o tipo de complemento condiciona a escolha da preposição. E a significação gramatical de “direção” que explica, por exemplo, a preposição *a* na regência do complemento do verbo *aspirar*; da mesma sorte, o verbo *incorporar* pode ter um complemento com a preposição *em* (lugar), ou *a* (direção), ou *com* (associação). Às vezes — é certo — trata-se de uma “servidão gramatical” na fase atual da língua. Assim, o complemento de *gostar* *é* com a preposição *de* em virtude da significação primeira do verbo (tomar o gosto ou sabor), quando o complemento era “partitivo”, isto é, indicava a pequena porção que era destacada para aquele fim (cf. lat.: *gustare de potione*).

É claro que a significação gramatical das preposições abrange necessariamente o plano fundamental locativo e o das relações abstratas dele derivado. Neste último se acha a significação de “referência” da preposição *a* (a que está ligada a sua função no objeto “indireto”), o de “finalidade” da preposição *para*, a de “meio” da preposição *por*, e assim por diante.

A interdependência entre o nível abstrato das significações gramaticais das preposições e o nível da expressão locativa é bem ilustrada com a regência para indicar o “agente”, na frase nominal dita “passiva”, que, como sabemos, resulta da transposição de uma frase verbal em que o objeto direto passa a sujeito “paciente”. Há então a possibilidade de se assinalar no predicado o “agente” (que era o sujeito da frase verbal). Surge assim um “complemento de agente”, que em latim vinha no ablativo regido pela preposição *ab*: a significação locativa de proveniência se transpunha para a significação abstrata de causa (*Tullia a Marco amata est*). Daí, em português, a preposição *de* como substituta geral de *ab*. Era *de* que regia o complemento de agente na fase arcaica da língua, e esse uso persiste esporadicamente na língua literária (ex.: “*Quem de muitos é temido, a muitos teme*”, *apud* Carneiro, 2a ed., 747). Na fase clássica, entretanto, começa a preferência pela preposição *por*, em virtude de uma **coalecência** entre a noção de causa e a de meio, que é caracterizada pela preposição *por* (cf. Ali, 1931, 136). Assim se firmou o modelo português que corresponde à construção passiva latina com complemento de agente: *Túlia é amada por Marco*.

ROMANCE OU ROMANÇO

qualquer língua românica, em contraste com o latim; fase final do latim vulgar imperial

COALECÊNCIA

junção de partes que se encontravam separadas

EXERCÍCIO

1 Identificar as relações de regência, no predicado, realizadas em sentido lato (sem preposição) e em sentido restrito (com preposição).

- a) O Ver-o-Peso vai deixar de ser um local de desembarque de pescado.
- b) Veja o sucesso do funk carioca.
- c) Novo mínimo injeta R\$21 bi.

2 Do enunciado, a seguir, indicar um caso de regência nominal e outro de regência verbal.

Continua em cartaz neste final de semana uma boa dica para quem quer usar a gargalhada para esquecer os males.

3 Considerando a assertiva de Camara Jr:

“É costume dizer que um dado verbo “exige” uma dada preposição; mas o que há, na realidade, é o aparecimento sistemático de dado tipo de complemento com dado verbo, e, por sua vez, o tipo de complemento condiciona a escolha da preposição”,

assinalar as afirmativas corretas:

- a) () O verbo *pintar* não admite preposição.
- b) () Em *A criança vive num mundo encantado*, o termo de valor circunstancial *um mundo encantado* condiciona o tipo de preposição usada.
- c) () A preposição “em” no enunciado *João pensa no amanhã* é exigida pelo verbo “pensar”.

4 Em que enunciado se observa que há servidão gramatical da preposição?

- a) O pai deu ao filho uma bicicleta.
 - b) Todos os livros servirão para a biblioteca.
- Por quê?

5 Observe que em todos os enunciados, a seguir, não há problema de regência verbal no que se refere ao emprego ou omissão da preposição. Por quê?

- a) Nesta segunda não haverá aula.
- b) Sexta-feira haverá passeata.
- c) Todas as manhãs ele passa por aqui.
- d) O ano inteiro ele estudou.
- e) Durante o ano inteiro ele estudou.

6 Observe que há variação livre do emprego da preposição nos enunciados, referindo-se ora a complemento de pessoa ora a coisa.

- a) Informei os alunos do trabalho.
- b) Informei aos alunos o trabalho.
- c) Perdoei João de seus insultos.
- d) Perdoei a João seus insultos.

Dar outro exemplo de variação livre do emprego da preposição considerando o tipo de regência acima mencionado.

1.3 Natureza e dificuldade do fenômeno da regência nominal e verbal

Para refletirmos sobre a complexidade que envolve o estudo da regência nominal e verbal, apresentaremos três dos seis aspectos apontados no texto, a seguir, de Brito (1995, p. 9-14), que trata desse assunto: 3.1 multiplicidade de regência dos vocábulos; 3.2 estrutura relacional dos vocábulos; e 3.6 dinamismo da língua. Eis o texto, na íntegra, para leitura subsidiária.

3.1 Multiplicidade de regência dos vocábulos

Dada a vastidão e a complexidade do léxico que a Língua Portuguesa incorpora, bem como os diferentes recursos sintático-semânticos expressivos de que o falante se vale para se comunicar, torna-se tarefa difícil prever todos os possíveis elos de subordinação que os falantes podem estabelecer entre as formas da língua.

Os dicionários do léxico da língua portuguesa intentam dar conta da regência dos nomes e dos verbos, porém muito deixam de esclarecer sobre as relações sintático-semânticas que regem a interdependência desses vocábulos.

Os dicionários específicos de regência, já existentes, também se ressentem de informações precisas sobre a **recção** que se estabelece entre as formas lingüísticas, no nível de formulações tanto cultas quanto não-cultas da língua.

Uma exceção, nesse particular, é o *Dicionário Prático de Regência Verbal*, publicado em 1987 por Celso Pedro Luft. O respeitado gramático expressa em seu trabalho, à página 16, a preocupação de já documentar as inovações que se estão processando no campo da regência verbal da língua portuguesa: “Esse dicionário, embora obviamente dedicado à regência da Língua culta, em registro formal, sobretudo na escrita (não necessariamente literária), deu toda a atenção a inovações nesse campo”.

RECÇÃO

relação de regência

As gramáticas escolares, não podendo descrever toda a multiplicidade de regência que as palavras apresentam, na estrutura da sentença, limitam-se a arrolar alguns casos marginais, referentes à regência verbal (geralmente abordando os mesmos verbos: *assistir, aspirar, esquecer, lembrar, chamar, perdoar, visar, obedecer, certificar*, por exemplo) e, muito pouco, aludem à regência nominal. Tanto em um caso como no outro, seguem a linha prescritiva dos estudos tradicionais da língua portuguesa, ditando comportamentos lingüísticos condizentes, apenas, com a norma culta.

3.2 Estrutura relacional dos vocábulos

As palavras, na língua portuguesa, apresentam, entre si, relacionamentos sintático-semânticos de natureza diversa que, em parte, decorrem do fato de certos vocábulos serem relacionais, ou seja, comportarem, em seu significado, uma *estrutura relacional*.

É a Teoria de Valência⁴ que estuda a estrutura relacional dos vocábulos, considerando o número de valências de *lugares vazios* (designação usada para referir o termo que preenche o lugar ou os lugares da estrutura relacional que a significação das palavras expressa) que apresentam.

Segundo essa Teoria, os vocábulos que podem ou não apresentar estruturas relacionais são os *nomes* (substantivo, adjetivo, advérbio) e os *verbos*.

3.2.1 Nomes

Os nomes, por se relacionarem, ou não, com complementos e/ou adjuntos, podem apresentar, ou não, estruturas relacionais.

- O substantivo *avô*, por exemplo, traz, dentro de si, mais de um *lugar vazio*, pois *quem é avô é avô de alguém*.

Com o substantivo *cadeira* não ocorre o mesmo, porque tal forma não apresenta em sua significação uma estrutura relacional, não encampa, em si, lugar ou lugares vazios.

- O adjetivo *apto*, em *João está apto para o trabalho*, contém dois lugares vazios (x, y): *Alguém está apto para alguma coisa*.

- O adjetivo *grato*, em *Eu estou grato a José pelo favor que me fez*, expressa três lugares vazios (x, y, z): *Alguém está grato a alguém por alguma coisa*.

- O advérbio *cortesmente*, na frase *Marina falou cortesmente com Pedro*, não apresenta lugar vazio em seu significado; mas o advérbio *contrariamente*, em *Nós nos posicionamos contrariamente à tua ideia*, insere um lugar vazio em sua estrutura relacional (x): *à tua ideia*.

Ao número de lugares vazios que uma palavra pode ou não apresentar, dá-se o nome de *Valência*, e aos elementos que preenchem tais lugares, dá-se o nome de *Actantes*. Assim, *avô* tem duas (2) valências e dois (2) actantes; *cadeira*, zero (0) valência e zero (0) actante; *apto*, duas (2) valências e dois (2) actantes; *grato*, três (3) valências e três (3) actantes; *cortesmente*, zero (0) valência e zero (0) actante; e *contrariamente*, uma (1) valência e um (1) actante.

3.2.2 Verbos

Os verbos, por sua vez, dada à íntima relação que guardam com o sujeito e com seus complementos e adjuntos, são os elementos que mais evidentemente trazem estruturas relacionais.

A Teoria de Valência considera, diferentemente da concepção tradicional do estudo da linguagem, que tanto o sujeito quanto os objetos (direto e indireto) e o adjunto adverbial são complementos do verbo, ou seja, são possíveis lugares vazios a serem preenchidos na frase segundo a estrutura relacional que o verbo apresenta.

Em *João ganhou uma bola ontem de seu padrinho*, o verbo *ganhar*, segundo a concepção tradicional do estudo da linguagem, comporta dois complementos: *uma bola*, *de seu padrinho* e, segundo a Teoria de Valência, quatro complementos: *João*, *uma bola*, *ontem*, *de seu padrinho*.

Seguindo essa orientação, os verbos classificam-se, de acordo com o número de suas valências, em:

- aivalentes (*Chove*);
- monovalentes (*Ele caiu*);
- bivalentes (*Ele comprou um carro*);
- trivalentes (*Ele deu um carro a Pedro*).

No relacionamento do verbo com seus actantes, há a considerar que é o verbo que determina as propriedades morfossintáticas, sintáticas, semântico-categoriais e semântico-relacionais dos actantes.

As propriedades *morfossintáticas* correspondem ao relacionamento do verbo com seu actante por meio da ausência ou da presença da preposição e da colocação dos actantes em relação ao verbo sem marca preposicional (sujeito e objeto direto).

Em: *João viu José*,

a relação morfossintática entre os actantes, João e José, e o verbo, realiza-se sem o intercurso de preposição e pela posição que cada actante ocupa em relação ao verbo: *João*, como sujeito, antecede ao verbo e *José*, como complemento verbal, segue o verbo.

As propriedades *sintáticas* demonstram se o actante do verbo pode corresponder a:

- *um pronome*

Papai comprou *a casa*.

Papai comprou-a.

A mãe perdoou *ao filho* a falta cometida.

A mãe perdoou-lhe a falta cometida.

O aluno respondeu *ao professor*.

O aluno respondeu-lhe/a *ele*.

A turma assistiu *ao filme*.

A turma assistiu *a ele*.

* A turma assistiu-lhe.

A mãe se preocupa *com o filho*.

A mãe se preocupa *com ele*.

- *um sintagma nominal*

A tua obediência tranquiliza-me.

Tranquiliza-me *a tua obediência*.

- *uma oração completiva*

Espero *tua vinda em breve*.

Espero *que venhas em breve*.

Espero *vires em breve*.

- *uma oração subjetiva*

Convém *fazer tudo direito*.

Convém *que faças tudo direito*.

As propriedades *semântico-categoriais* ditam as restrições semânticas (restrições de seleção) dos actantes verbais.

- O verbo *preocupar-se* exige um actante (sujeito) com o traço [+animado, +humano]:

João preocupa-se com tudo.

* O *leite* preocupa-se com tudo.

- O verbo *derrubar* aceita um actante (sujeito) com o traço [+força]:

O *cachorro* derrubou a lata.

A *criança* derrubou o brinquedo.

O *vento* derrubou a casa.

- O verbo *temer* relaciona-se com actante (objeto) que apresenta os traços [$\pm$ animado, $\pm$ humano]:

- O funcionário teme *ao patrão*.
- O funcionário teme *a lei*.
- O funcionário teme *ao cachorro*.

As propriedades *semântico-relacionais* dizem respeito às funções que os actantes (sujeitos) assumem, na frase, relativamente à ação expressa pelo verbo.

O sentido dos verbos *ver* e *olhar*, nos contextos abaixo, expressa a atitude do sujeito diante da ação verbal:

- João *vê* as figuras. (Observa com atenção)
 - João *olha* as figuras. (Observa sem atenção)
- [...]

3.6 DINAMISMO DA LÍNGUA

A língua, sendo um organismo vivo, está sujeita a sofrer alterações de toda ordem fonológica, morfossintática e semântica.

As mudanças surgem na comunidade linguística e, conforme a aceitação plena ou não da parte dos falantes, podem ser acolhidas ou rejeitadas. No primeiro caso, a alteração incorpora-se, numa primeira instância, a um registro informal, podendo depois até impor-se como norma padrão; no segundo caso, a alteração pode permanecer somente como formulação usada na linguagem de um grupo não representativo de falantes.

A sintaxe de regência, correspondendo a um processo sintático-semântico de formação de frase, não poderia deixar de seguir a própria natureza evolutiva do fenômeno linguagem.

Nesse processo evolutivo da língua, no que respeita à regência, observamos geralmente o estabelecimento das seguintes etapas:

- a) uma determinada forma linguística apresenta somente um modo de se relacionar com outras formas;
- b) essa determinada forma linguística, em um dado momento, passa a apresentar mais de um modo de se relacionar com outras formas, comportando, assim, ao mesmo tempo, uma regência que corresponderá a uma construção culta e outra, a uma construção coloquial;
- c) a regência coloquial, caso se infiltre na linguagem padrão, passará a vigorar ao lado da primeira forma de se processar a regência ou então vai superá-la, ficando esta restrita, quase sempre, a contextos escritos predominantemente formais.

Embora a evolução da regência de uma língua flua, obedecendo ao curso normal do dinamismo do sistema linguístico, e possa ser cientificamente comprovada por meio de pesquisas sociolinguísticas, as mutações encontram, ao longo de suas tentativas de se impor como norma padrão, entraves de ordem político-sócio-cultural.

Em decorrência da própria caracterização que envolve a norma padrão, as mudanças linguísticas, sendo geralmente oriundas das classes de falantes não cultos e não prestigiados socialmente, só às vezes, muito paulatinamente, é que conseguem ter acesso aos ditames normativos.

Gallison & Coste (1983, p. 513) expressam com muita propriedade os preconceitos que impedem a consagração das evoluções linguísticas, quando dizem, ao se referirem à norma (padrão):

“Representa uma escolha *a priori*, baseada em preconceitos socioculturais e na noção de níveis de Língua hierarquizados: as classes dominantes (cultas, prestigiadas, ...) e os ‘bons autores’ empregam uma Língua ‘de qualidade’, que é necessário considerar modelo e imitar, enquanto as classes baixas utilizam uma Língua ‘má’, que tem que proscrever”.

A língua portuguesa, ao longo de sua história, apresenta mutações que espelham a acomodação linguística dos falantes às necessidades de expressão de cada época. Temos exemplos de inovações linguísticas que o uso consagrou na sintaxe da língua portuguesa, como:

- emprego da preposição *a* diante do sintagma sujeito do verbo *custar*, quando usado no sentido de *ser difícil*.

Ao lado de *Custou-me crer na tua história*, vigora a construção *Custou-me a crer na tua história* (*crer na tua história* e *a crer na tua história* correspondem ao sujeito do verbo *custar*).

- emprego da preposição *de* diante do sintagma sujeito dos verbos *lembrar* e *esquecer*, quando seguidos de pronome não-reflexivo, significando, respectivamente, *vir à lembrança* ou *sair ou escapar da memória, da lembrança*.

Ao lado de *Lembrou-me tua fisionomia* e *Esqueceu-me tua fisionomia*, vigoram as construções *Lembrou-me de tua fisionomia* e *Esqueceu-me de tua fisionomia* (*tua fisionomia* e *de tua fisionomia* correspondem ao sujeito dos verbos *lembrar* e *esquecer*).

Durante o período da história da língua em que a mudança de regência de uma forma linguística se está processando, não se pode precisar em que nível de linguagem deve a regência alterada figurar.

No período atual da língua portuguesa, verificamos casos de regência verbal que estão passando por um processo de mudança, uns com maior incidência que outros.

Como exemplo, podemos citar os verbos: *chegar*, *implicar*, *ir*, *preferir*, *custar*, *responder*, *obedecer*, *assistir* (no sentido de *apreciar*), *agradar* (no sentido de *satisfazer*), *querer* (no sentido de *querer a alguém*).

QUADRO 6

VERBOS COM NOVA REGÊNCIA EM CURSO

EM LUGAR DE	DIZ-SE
Cheguei <i>a</i> Manaus ou <i>ao</i> supermercado	Cheguei <i>em</i> Manaus ou <i>no</i> supermercado
Falar implica <i>raciocinar</i>	Falar implica <i>em</i> raciocinar
Vou <i>ao</i> cinema	Vou <i>no</i> cinema
Prefiro ler Machado <i>a</i> ler José de Alencar	Prefiro ler Machado do que José de Alencar
Custou-me <i>reconhecer-te</i>	Custei <i>a</i> reconhecer-te

Respondi <i>ao teste</i>	Respondi <i>o teste</i>
Obedeço <i>ao regulamento</i>	Obedeço <i>o regulamento</i>
Assisto <i>ao espetáculo</i>	Assisto <i>o espetáculo</i>
Meu trabalho agrada <i>ao grupo</i>	Meu trabalho agrada <i>o grupo</i>
Quero <i>ao meu filho muito bem</i>	Quero <i>meu filho muito bem</i>

Essas alterações, muitas vezes, podem ser explicadas pela recorrência que o falante faz ao fenômeno da analogia linguística, estabelecendo paralelo semântico entre uma forma linguística e outras que apresentam outro modo de processar a regência, por estas comportarem traços sêmicos semelhantes aos daquelas formas.

O verbo *implicar* (no sentido de acarretar) e o verbo *querer* (no sentido de querer a alguém), por exemplo, respectivamente, guardam relação semântica com o verbo *resultar*, que exige a preposição *em*, daí *implicar em*; e com o verbo *amar*, que não exige preposição, daí *querer alguém*.

A analogia também pode ocorrer entre os diferentes modos de um dado verbo realizar sua regência. Como exemplo, temos o verbo *responder* (responder algo, responder a algo ou a alguém), *assistir* (assistir alguém, assistir a algo ou a alguém), *agradar* (agradar alguém, agradar a alguém), *querer* (querer algo, querer a algo ou a alguém). Esses verbos, por admitirem mais de uma forma de regência, em contextos em que deveriam figurar com a preposição, apresentam-se sem essa partícula, por analogia aos contextos em que ocorrem sem preposição.

A alteração de regência ainda se explica por meio da substituição que o falante faz de uma preposição por outra, com o intuito de expressar mais claramente a ideia que deseja comunicar. É o caso da preposição *em* (expressando ideia de repouso – “lugar onde”) seguindo verbos, como *chegar* (em) e *ir* (em), por exemplo.

Com os verbos *preferir* (dar preferência a) e *custar* (ser difícil) parece estar ocorrendo outro processo evolutivo do fenômeno regência: o sentido primeiro de tais formas está sendo obliterado por determinadas camadas de falantes da língua portuguesa e substituído por outro (preferir - querer antes ou mais ou menos que), (custar - demorar), daí apresentarem-se, os referidos verbos, em frases que comportam estruturas adequadas ao novo significado que tais formas estão passando a incorporar.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BRITO, Célia Maria Coêlho. *Um estudo da regência na linguagem do vestibulando*. Belém: Editorada UFPA, 1995.

_____. *Sobre língua portuguesa*. Belém: CEJUP, 1989.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Filologia e gramática*. Rio de Janeiro: IOZON+EDITORA, 1968.

_____. *História e estruturada língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

COMPLEMENTAR

GRAMÁTICAS da língua portuguesa.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 1987.

RESUMO DA ATIVIDADE 14

Nesta atividade, foi visto o que caracteriza a sintaxe de regência; o que se concebe por regência em sentido lato e restrito; os dois tipos de regência: nominal e verbal; o relacionamento dos vocábulos com o nome e com o verbo; o uso da preposição tendo em vista o sentido que esta comporta; a preposição como indício de servidão gramatical; e a variação livre do uso da preposição.

CONCORDÂNCIA

a t i v i d a d e 15

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá ser capaz de reconhecer

- os tipos de concordância;
- os padrões sintáticos da concordância nominal;
- os padrões sintáticos da concordância verbal;
- os princípios gerais de concordância gramatical;
- a concordância por atração e por silepse.

1 Concordância

1.1 Conceito

Para conceituar o fenômeno da concordância, baseamo-nos no que Camara Jr (1968, p. 89) diz:

Princípio, vigente em muitas línguas, segundo o qual, num sintagma, o vocábulo determinante se adapta a certas categorias gramaticais do determinado; assim, em português, há concordância, em gênero e número, do adjetivo com o seu substantivo (ex.: *belo rapaz*, *belos rapazes*, *bela rapariga*, *belas raparigas*). Daí pode resultar redundância da categoria, ou a sua expressão formal quando esta não existe no determinado (ex.: *belos pires*).

1.2 Tipos de concordância

O texto, a seguir, apresenta os tipos de concordância, tendo por base também considerações de Camara Jr. (1968, p. 89-89).

Na gramática portuguesa é tradicional considerar que há concordância com um sujeito, claro ou oculto, nas desinências número-pessoais que a forma verbal recebe (ex.: *falamos*, *as crianças falam*), e distinguem assim dois tipos de concordância – a) nominal, entre adjetivo e substantivo, b) verbal, entre verbo e sujeito. Outra interpretação mais exata é, porém, considerar a desinência número-pessoal como a expressão do sujeito, e o pronome pessoal sujeito, quando expresso, como uma redundância verbal com a correspondência entre a desinência número-pessoal do verbo e o número do substantivo ou da sequência de substantivos que representa na oração o ser ou seres aí tratados como sujeito (ex.: *as crianças falam*, *a criança e o cãozinho brincam*). A concordância, que se dá assim em português para o gênero (concordância nominal) e para o número (concordância nominal e verbal), está sujeita à **silepse**, na chamada concordância AD SENSUM, e à atração. Por outro lado, há variação livre na concordância de um determinante com o seu determinado, quando este é uma sequência de substantivos coordenados, podendo dar-se a concordância apenas com o membro da sequência junto ao determinante; ex.: *ilimitado entusiasmo e admiração*, *e entusiasmos e admiração ilimitada* – *Ouvi-o o Douro e a terra transtagana*”.

SILEPSE

Consiste em relacionar um elemento da frase ao que está implícito e não ao que está explícito na forma de outro elemento.

A concordância verbal é só o que assinala o português num substantivo como sujeito; a sua falta nas orações impessoais com o verbo *haver* (ex.: *há homens*) ou, por vulgarismo, com um verbo médio-passivo (ex.: *aluga-se pianos*) é uma consequência da impessoalidade da frase.

EXERCÍCIO 1

1 Considerando que o mecanismo sintático da concordância se realiza em sintagmas, ou seja, que há sempre um termo determinante (D) que concorda com o termo determinado (d), indicar esses dois termos nos sintagmas nominais (observe apenas a relação entre adjetivo/pronome e substantivo) que se encontram nos enunciados, a seguir, atentando para a concordância entre eles.

- a) Já o rio liso o enervava, o estirão da ilha defronte, a mancha de uma barraca noutra margem dentro do açail. (Dalcídio, Jurandir. *Marajó*, 2008, p. 43)
- b) Os passarinhos saltavam pelo grosso muro da casa de azulejos portugueses, baixa, de muitas janelas... (Dalcídio, Jurandir. *Marajó*, 2008, p. 43)
- c) Nas palhoças de vaqueiros, perdidas aqui e ali nos descampados, as tristes mulheres espiavam. Os meninos nus e ariscos fomeavam no quarto escuro, onde o amor, a miséria e a morte se confundiam. (Dalcídio, Jurandir. *Marajó*, 2008, p. 274)

2 Indicar os termos em concordância nos sintagmas verbais.

Ao voltar do Arari – nessa viagem lhe apodreceram umas arrobas de capivara – Josias das Mercês quis, de espingarda e dois tripulantes armados, buscar a esposa no Paricatuba. Ao meio da viagem o abaeteuara começou a refletir. (Dalcídio, Jurandir. *Marajó*, 2008, p. 49)

3 Assinalar a redundância que se observa na concordância verbal no enunciado, a seguir.

- a) As recordações de d. Branca ficaram dependuradas naquele povo como contas de rosário. (Dalcídio Jurandir. *Marajó*, 2008, p. 53)

4 Observe que nos enunciados, a seguir, há possibilidade de concordância nominal por atração.

Ele é de bom espírito e índole.

Ele tem espírito e índole boa.

Dar outro exemplo.

Lendo ainda o texto, a seguir, de Camara Jr. (1976, p. 247-250), você irá aprofundar mais os conhecimentos sobre o assunto apresentado no texto anterior. Verificará que o mecanismo sintático da concordância já se realizava plenamente no latim e que entre o adjetivo e o substantivo se efetivava a concordância não apenas em gênero e número, mas também em caso. Ainda serão descritos os padrões de concordância nominal e verbal.

A regência por preposição só aparecia em latim parcialmente, complementando os casos ablativo e acusativo. A concordância, ao contrário, já era em latim um mecanismo sintático primacial para associar uns com os outros os elementos da frase.

Conservou-se tal em português, apenas suprimida evidentemente uma de suas modalidades, que era a concordância em caso entre o substantivo e o adjetivo.

Para nós, a concordância nominal, de adjetivo com substantivo, se faz por meio das categorias de número e de gênero. O número *é* a marca mais nítida e constante dessa associação, pois só num tipo fonológico muito especial de nomes — o dos vocábulos paroxítonos terminados em /s/ — falta a distinção entre singular e plural). Já a flexão para o feminino inexistente em toda uma classe de nomes adjetivos — os de tema em -e — e em grande porção de nomes substantivos, cujo gênero *é* imanente no radical e só se torna explícito, justamente, pela concordância do adjetivo (cf. *artista prodigioso, artista prodigiosa*).

As deficiências do sistema de flexão em número e gênero no substantivo não chegam, entretanto, a perturbar seriamente o mecanismo sintático da concordância nominal, para associar um adjetivo ao seu substantivo, porque o substantivo, em princípio, *é*, a mais, determinado pelo artigo. Ora, no artigo há necessariamente a indicação do número e do gênero, de sorte que o substantivo fica logo com essas categorias assinaladas para a eles se reportarem nitidamente os nomes adjetivos (cf.: *os pires brancos, a artista maravilhosa*). O mecanismo da concordância nominal só fica verdadeiramente inoperante, quando ao adjetivo *é* que falta a flexão de número (ex.: *os homens simples*) ou de gênero (*as crianças tristes*).

É certo que a coordenação de dois ou mais substantivos cria um problema para se associar a todos eles um dado adjetivo, porque a praxe normal da língua *é* fazer a concordância do adjetivo com o substantivo contíguo; assim, a referência do adjetivo a todos os demais tem de ser deduzida sem apoio numa indicação formal; ex.: “o amor e a amizade verdadeira”. Por isso, a língua literária criou a alternativa de uma concordância global, com o adjetivo no plural masculino referindo-se a dois ou mais substantivos de gênero diferente no singular; ex.: “sangue e água verdadeiros”. Mesmo esta praxe, porém, um tanto artificial, não evita a indeterminação formal da concordância, como se dá inevitavelmente em — “praças e ruas cheias de sangue”.

A concordância verbal, em número, *é* o mecanismo básico para relacionar um verbo na 3ª pessoa ao substantivo que *é* seu sujeito, enquanto em latim, ao contrário, embora também haja essa concordância verbal, a marca de sujeito estava, diretamente, na desinência de nominativo do substantivo.

A concordância verbal *é* assim, em português, o mecanismo sintático fundamental para a indicação de um substantivo sujeito. (Quando há dois ou mais substantivos no singular, como sujeito, o verbo vai para o plural (*Pedro e Maria saíram*). A posposição do sujeito ao verbo propicia a variação livre do verbo no singular em concordância apenas com o substantivo singular imediatamente seguinte: ex.: *Saíram* (ou *sain*) *Pedro e Paulo*, Ali, s.d., 205 — *Desapareceu o explorador e todos os seus companheiros* (idem, 206); e neste caso o sujeito total se deduz apenas da significação do contexto.)

Por isso, a invariabilidade em número de um verbo na 3ª pessoa assinala a chamada impessoalidade, isto *é*, um padrão frasal em que desaparece a dicotomia sujeito — predicado pela eliminação do sujeito.

Tal já sucedia em latim, como continua a suceder em português, com os verbos que significam fenômenos atmosféricos. Falta então um substantivo para sujeito, e o verbo fica fixado na 3ª pessoa do singular: lat. *pluit, tenet*; port. *chove, troveja*.

Outro padrão impessoal se desenvolveu em português, como em outras línguas românicas, com o verbo *haver*. A forma verbal em 3ª pessoa tem para comple-

mentos um nome de lugar regido de proposição (ou um advérbio) e outro nome, que é objeto direto e com que o verbo não concorda, portanto; ex.: *Na África há leões* — *No Brasil já houve numerosas populações indígenas* — e assim por diante, com qualquer tempo verbal. Basta o “erro” (que é uma tendência popular) a fazer o verbo concordar com o segundo substantivo, para fazer desse substantivo um sujeito e criar o mesmo padrão frasal que se encontra com o verbo *existir* (*No Brasil haviam* — como *existiam* — *numerosas populações indígenas*).

A origem da frase impessoal de *haver* está numa transposição do padrão pessoal latino em que um nome de lugar era sujeito de *habere* no sentido de “ter”. A mudança consistiu em fazer desse nome um **complemento circunstancial** de lugar subordinando-o à preposição *in*, port. *em*; por exemplo: “*in arca Noe habuit homines*”, em vez de — *arca Noe habuit homines* (cf. Bourciez, 1930, 252). A mesma transformação processou-se no português do Brasil com o verbo *ter* em modelo equivalente: de uma frase — *A África tem leões* surge o padrão impessoal — *Na África tem leões*, e assim por diante.

É ainda a falta de concordância do verbo na 3ª pessoa, com qualquer nome substantivo que cria a impessoalidade, ou ausência de sujeito, na perífrase verbo-pronominal.

Essa impessoalidade é o recurso da língua para estender a forma verbo-pronominal aos verbos intransitivos com o fim de “indicar uma atividade em desdobramento, sem ponto de partida determinado”: *combateu-se, vive-se, falava-se*. Aí, entretanto, não é propriamente a invariabilidade em número do verbo, mas a inexistência de um nome substantivo a que possa caber a função de sujeito, o que estabelece o padrão frasal impessoal. Com efeito, tal substantivo falta quando o verbo é “intransitivo absoluto”, e, quando ele é “intransitivo relativo” (com objeto “indireto”) o substantivo continua regido de preposição, o que o exclui da função de sujeito.

Um esquema igual aparece com os verbos “transitivos”, quando se adota o objeto com a regência da preposição *a*, o que é contraditório na língua literária; haja vista o exemplo já muito citado de Antônio de Castilho - “*a Bernardes admira-se e ama-se*” (cf. Camara 1964, B, 47).

Fora da tradição da língua literária, chega-se ao mesmo resultado com a invariabilidade do verbo transitivo em número. A concordância do verbo com o substantivo que o complementa na perífrase verbo-pronominal (como a disciplina gramatical recomenda) faz desse substantivo um sujeito e cria assim uma equivalência entre a perífrase verbo-pronominal e a perífrase verbal “passiva”: *aqui se vendem relógios* — *aqui relógios são vendidos*. Já a falta de concordância, da língua popular, assinala a ausência de sujeito: *aqui se vende relógios*.

COMPLEMENTO CIRCUNSTANCIAL

Essa expressão corresponde à expressão adjunto adnominal, segundo a NGB.

EXERCÍCIO 2

1 Por que Camara Jr. diz que a categoria de número é a marca mais nítida e constante da concordância nominal (substantivo e adjetivo)?

2 Pode-se afirmar, com segurança, que, em “*praças e ruas cheias de sangue*”, cheias concorda apenas com ruas?

3 Pode-se afirmar, com segurança, que, em *ônibus e trem lotado*, lotado concorda com ônibus e trem?

4 Embora o verbo esteja no singular no enunciado *Desapareceu o explorador e todos os seus companheiros*, pode-se dizer, sem atentar para o contexto de comunicação, que o verbo concorda apenas com o primeiro núcleo do sujeito?

5 Por que falantes da língua portuguesa chegam a realizar a concordância do verbo haver impessoal com o objeto no plural?

Como leitura complementar, apresentamos-lhe um texto do filólogo Gladstone Chaves de Melo (1971, p. 185-190), que trata da concordância como consequência do flexionismo da língua portuguesa. Veja que Melo, embora considerasse que a concordância se realiza entre um termo subordinante e subordinado, não entendia essa relação compondo um sintagma. Três tipos de concordância nominal e verbal são apresentados bem como os princípios que, segundo o autor, poderiam nortear a concordância.

A CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS

Consiste a concordância, como se sabe, no ajustamento de desinências entre os termos subordinados e os termos subordinantes. É, pois, uma consequência do flexionismo, isto é, da faculdade que têm certas línguas de indicarem, por meio de alterações na terminação, os acidentes ou categorias gramaticais de gênero, número, caso, pessoa, tempo, voz, aspecto.

São flexionais as línguas indo-europeias e, dos representantes atuais da família, ainda é a língua portuguesa das mais bem aquinhoadas em matéria de desinências, embora tenha perdido quase completamente os casos, vivos ainda em línguas como o alemão, o russo, o tcheco e outras.

A evolução histórica das línguas procedentes do tronco árico se tem processado sempre no sentido da simplificação das flexões, simplificação essa que atingiu o máximo no inglês moderno.

Dada a nossa mentalidade linguística indo-europeia e dada a riqueza de formas do nosso idioma, somos levados a crer que o flexionismo constitui exigência lógica das línguas, o que não é exato, pois línguas há, e muitas, desprovidas de flexão, nas quais, no entanto, se diz e se escreve tudo que se quer, como, por exemplo, o japonês, o chinês ou o turco.

Aliás, basta notar que o adjetivo em inglês é invariável em gênero e número, que o verbo está praticamente reduzido às duas formas do “present tense” e à única forma do “past tense”, e que, apesar disso, a língua é cultíssima e nela se podem expressar os mais altos, profundos e sutis pensamentos, os mais requintados, elevados ou ternos sentimentos, tão bem como no português. Por outro lado, o nosso povo roceiro, que, por influência indígena e africana, mas principalmente pela africana, simplificou o mecanismo gramatical do idioma, — o nosso povo quase que só se exprime em frases deste tipo: “*os moço sorteado chego no trem da Carrera*”. Só o determinante traz sinal de plural, e nem por isso a frase perde algo de sua clareza.

Portanto, o flexionismo é simplesmente um recurso da língua, não uma imposição da Lógica, recurso que, na verdade, se presta a belíssimos aproveitamentos estilísticos.

Embora desaparecidos os casos (que só remanescem nos pronomes pessoais), figuram no português as duas classes de concordância: a nominal, do adjetivo com o substantivo, e a verbal, do verbo com o sujeito.

Tanto para o verbo como para o adjetivo se podem encontrar três tipos de concordância: a gramatical ou lógica, a ideológica e a de posição ou por atração.

Na primeira, o termo subordinado concorda com a forma do termo subordinante, acompanhando-lhe o gênero, o número ou a pessoa: “a multidão *ovacionava* o herói”; “*os* homens *bons* intimamente *são felizes*”.

Na segunda, o termo subordinado concorda com a *ideia* representada pelo termo subordinante e não com sua forma gramatical, como se vê neste passo de *Os Lusíadas*: “Porque, saindo a gente descuidada, *Cairão* [a gente] facilmente na cilada”.

Na terceira, o termo subordinado concorda com o termo mais próximo ou mais ponderoso (como é um plural, em cotejo com um singular), do que seja exemplo este lanço de HERCULANO:

“Neste momento uma grande multidão de crianças, de velhos, de mulheres *penetraram* na caverna com gritos e choros de terror.”

(EURICO, 34a ed., pág. 285);

ou este outro:

“A maior parte dos seus companheiras *baviam trazido* para as Astúrias os pais decrepitos, os filhos e as esposas, todos aqueles por quem *repartiam* os afetos do seu coração”

(*Ibid.*, págs. 161-162) .

É fácil estabelecerem-se uns tantos princípios gerais de concordância gramatical, que resolveriam todos ou quase todos os casos de perplexidade do sujeito-falante. Assim:

1. o verbo concorda com o sujeito em pessoa e número;
2. havendo mais de um sujeito, o verbo irá para o plural;
3. se os sujeitos forem de diferentes pessoas gramaticais, a primeira prevalece sobre as demais e a segunda sobre a terceira, indo o verbo para o plural: “eu e tu vamos”, “tu e ele fostes”;
4. o adjetivo concorda com o substantivo em gênero e número;
5. dois ou mais substantivos equivalem a um no plural;
6. substantivos de gêneros diversos equivalem a um no masculino plural.

Mas quem escrevesse obedecendo apenas a estas regras tornar-se-ia sensaborão e bem pouco vernáculo, porque delas só poderia sair “português para estrangeiros”.

Rica e vária é a concordância na língua moderna, em que se apresentam à escolha estilística numerosas possibilidades, com matizes semânticos inconfundíveis, esplendidamente aproveitados pelos artistas da palavra.

Singela se mostrava a concordância na língua arcaica, mas com o tempo, pela crescente influência latino-clássica e pela natural evolução do idioma, muitas outras formas e giros se foram incorporando à sintaxe da língua, de tal arte que hoje em dia nos vemos senhores dessa grande exuberância, que confunde os ignorantes, aborrece os gramatiquinhos e favorece largamente os escritores.

Os renascentistas inseriram na língua puros latinismos, como este de CAMÕES, onde o verbo, em vez de concordar com o sujeito, concorda com o aposto:

“Vêde-los [i. é, “vedes os”] alemães, *soberbo gado* [rebanho] Que por tão largos campos se apacenta,
Do sucessor de Pedro rebelado,
Novo pastor e nova seita *inventa*,”

(*Lus.*, VII, 4).

O estudo da concordância portuguesa pertence muito mais à Estilística do que à Gramática, tanto é verdade que a esta cabe apenas arrolar com honestidade os diversos tipos e realizações que a língua comporta, ao passo que àquela compete procurar e pôr de manifesto as tonalidades semânticas ou afetivas que matizam tal ou tal construção.

Em cada caso concreto mostram os bons autores preferência por um ou por outro tipo de concordância, conforme o elemento que querem fazer ressaltar, conseguindo, assim, pela só flexão do verbo, por exemplo, chamar a atenção para este ou aquele termo do sujeito composto. Vejamos amostra numa frase de BERNARDES:

“Amemos, pois, de coração a esta Senhora, cuja *pureza, dignidade, excelência, fermosura e até o próprio nome* está pedindo o ser amada, Maria, idest, amari”.

(*Sermões e Práticas*, 1, pág. 289).

Todos os substantivos grifados são sujeitos do verbo *está pedindo*. No entanto, ficou este no singular, exprimindo-se assim iniludivelmente o relevo que sobre os mais teve, no espírito e na intenção do autor, o elemento “o *próprio nome*”.

O mais completo e perfeito estudo que até hoje se fez da concordância portuguesa é de autoria de Mestre SAID ALI, que o inseriu na sua preciosa *Gramática Histórica*, segunda parte. Para lá remetemos, com a mais veemente recomendação, o leitor curioso de bem conhecer esse capítulo de nossa sintaxe.

Também de muito proveitosa leitura são os notáveis trabalhos: de EPIFÂNIO DIAS, na *Sintaxe Histórica Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 3ª edição, págs. 22-36 (exclusive a *Obs.* da página 36, que não deve ser levada em consideração); de MARIO BARRETO, em *Novos Estudos da Língua Portuguesa*, 2ª ed., corrigida e aumentada, Alves, Rio, 1921, págs. 187-231; e de SOUSA DA SILVEIRA, em *Lições de Português*, 7ª ed., págs. 144-149 e 209-220.

Seja-nos lícito aqui chamar a atenção para um tipo de concordância que tem sido condenado por mais de um gramático e até por um filólogo do tope de EPIFÂNIO DIAS. Trata-se da concordância do verbo referente ao pronome relativo, na expressão “um dos que”. Costuma-se dizer que em tal caso plural se tolera constituindo **solecismo** a discrepância. Contudo, tal não é a lição dos textos, que, dos antigos aos modernos, mostram o uso também do singular. E, observando a gradação semântica, notamos sem dificuldade que em certos casos o singular serve de dar maior realce ao elemento representado pelo pronome “um”. Assim, quando se diz “um dos que mais se distinguiram foi Fulano”, quer-se significar que Fulano figura no grupo dos que mais relevo tiveram. Agora, quando se diz “Fulano foi um dos que mais se distinguiu”, quer-se significar que, no grupo dos que se fizeram marcados, teve especial desempenho Fulano.

A concordância singular do verbo, neste caso, encontra-se pelo menos no grego, no alemão, no francês, no latim, no inglês, e no espanhol. Que ela é vernácula digam os seguintes exemplos, dispostos por ordem cronológica dos autores:

“*Uma [sic] das cousas que me mais espantou desde o tempo que comecei a revolver livros foi a demasiada negligência dos cronistas destes reinos*”.

(DAMIÃO DE GOIS, *D. Manuel*, 577);

“Ele [reino] foi *fia das primeiras terras de Espanha que recebeu a fé de Cristo*”.

(FREI Luis DE SOUSA, *Hist. de S. Domingos*, 2);

“*Ua das cousas que muito agradou sempre a Deus em seus servos, foi a peregrinação*”.

(VIEIRA, *Sermões*, VII, 568);

“*Uma das cousas que derrubou Galba do Império foi tardar algum tanto em aplacar com donativos os cabos do exército*”.

(Bernardes, *Floresta*, II, 181).

Escolho estes exemplos em SAID ALI, *Form. de Pal. e Sint.*, SP, 1923, págs. 79 e 78.

Estudemos a matéria lendo os bons autores, procurando sempre descobrir a razão que em cada caso os levou a preferir esta ou aquela construção, o que é o mesmo que dizer estabelecendo a Estilística da concordância.

RESUMO MNEMÔNICO

Concordância é o ajustamento de desinências entre os termos subordinados e os termos subordinantes, na oração. Logo, ela só pode existir nas línguas flexionais. Somos levados a pensar que as desinências constituem exigência lógica, o que não é verdade: muitas línguas há, cultas e ricas, sem flexões e, por isso, sem concordância; no entanto, nelas se diz tudo que se pode dizer em português.

O flexionismo é apenas um recurso de certas línguas, passível de um largo aproveitamento estilístico e estético. O português ainda é rico em desinências, pelo que seu sistema de concordância é vário e plástico, oferecendo não raro mais de uma possibilidade de escolha em cada caso concreto, com matizes semânticos ou afetivos inconfundíveis e finos.

Pode ser *gramatical*, *ideológica* ou *por atração* a concordância, segundo o ajustamento de desinências se faça pela forma do subordinante, pela ideia que ele encerra, ou pelo termo mais próximo ou mais ponderoso. É *nominal* a concordância do adjetivo, predicativo ou atributivo, com o substantivo a que se refere; e *verbal* a do verbo com o sujeito de que depende.

Fácil é formularem-se normas quadradas, válidas para quase todos os casos de concordância gramatical, normas que ajudam, mas não esgotam o problema, muito mais estilístico do que gramatical. Para dominar esse capítulo de nossa sintaxe é necessário ler com atenção os grandes autores, procurando sempre descobrir por que neste e naquele caso preferiram eles esta ou aquela construção e que efeito com isso produziram nos seus leitores.

EXERCÍCIO 3

1 Nos enunciados abaixo em destaque seria possível outra forma de concordância? Justificar.

- a) Meninas, lindas!
Qual de vós é o meu Ideal
Meninas, lindas meninas?
Do Reino de Portugal!
- b) Não se pode cortar essas árvores.
- c) Eu sou aquela que vim para te ajudar.

2 Considerando os fatores que norteiam as formas de concordância, responder:

- a) O que justifica a concordância em “A alegria da festa eram as crianças brincando por todos os cômodos da casa”?
- b) Entre os enunciados “Carlos juntamente com seu irmão mais velho seguiu para Espanha ontem à noite” e “Carlos juntamente com seu irmão mais velho seguiram para Espanha ontem à noite”,
qual é o que segue o princípio gramatical da concordância? Justificar.

BIBLIOGRAFIA**BÁSICA**

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Filologia e gramática*. Rio de Janeiro: IOZON+EDITORA, 1968.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

COMPLEMENTAR

GRAMÁTICAS da língua portuguesa.

RESUMO DA ATIVIDADE 15

Estudou-se nesta atividade o conceito e os tipos de concordância; os padrões sintáticos da concordância nominal e verbal; os princípios gerais de concordância gramatical; e a realização da concordância por atração e por silepse.

COLOCAÇÃO

a t i v i d a d e 16

OBJETIVOS

Ao final desta atividade você deverá reconhecer

- colocação do ponto de vista gramatical;
- colocação do ponto de vista estilístico;
- colocação como um “mecanismo sintático precário” no português;
- princípios que norteiam a colocação no sintagma nominal e no sintagma verbal;
- posposição denotativa e conotativa do adjetivo em relação ao substantivo;
- carga informativa da posposição dos adjetivos pronominais;
- carga informativa da anteposição do verbo ao sujeito;
- casos mais frequentes da anteposição do verbo ao sujeito;
- colocação pronominal no vocábulo fonológico.

1 COLOCAÇÃO

1.1 Conceito

O texto de Camara Jr. (1968, p. 82-83), a seguir, expõe muito bem o conceito do fenômeno da colocação na língua portuguesa.

FINS DE ESTILÍSTICA

para emocionar, suggestionar, surpreender

Nome que se dá tradicionalmente, na gramática portuguesa, à disposição dos vocábulos na frase. A colocação é um dos aspectos onde a criação individual que pressupõe uma frase no discurso, é limitada por certos padrões sintáticos, impostos pela língua ao indivíduo. É também onde a liberdade que ela deixa ao indivíduo é aproveitada amplamente para fins de estilística. Assim, há uma colocação sintático-gramatical e a seu lado uma colocação estilística, que se coordenam e complementam.

1.2 Ordem direta e inversa

Dando continuidade ao estudo feito sobre o fenômeno da colocação, Camara Jr. (1968, p.83) esclarece como o falante da língua portuguesa realiza a ordem direta e a ordem inversa, conforme podemos ver, a seguir.

Em latim não havia colocação sintático-gramatical, porque a colocação dos vocábulos não tinha consequência para a compreensão da sua natureza e da sua função na frase. Havia entretanto uma colocação usual, determinada pela norma linguística, dita ORDEM DIRETA (não confundir com ordem lógica), que se desobedecia desembaraçadamente para a colocação estilística, chamada ORDEM INVERSA. Em português, a ordem direta no sintagma é a colocação, do determinante depois do determinado, de que resulta - 1) a colocação do adjunto preposicionado depois do seu substantivo (ex.: *livro de Pedro*), 2) a colocação do adjunto adjetivo depois do seu substantivo, ex.: *livro vermelho*), 3) a colocação do verbo depois do sujeito (ex.: *Pedro saiu*), 4) a colocação dos complementos verbais depois do verbo (ex.: *Pedro viu Paulo*). Nos casos 2) e 3) há, contudo, padrões especiais em que o determinante tem colocação antes do determinado: em 2), quando o adjunto adjetivo é um pronome ou um quantitativo, definido ou indefinido (ex.: *meu livro*, *este livro*, *algum livro*, *três livros*, *vários*

livros); em 3), quando se trata de voz médio-passiva, com o apassivador *se* ou de uma oração de interrogação parcial com pronome interrogativo não sujeito (exs.: *Ouviu-se um ruído - Onde estão os livros?*). A colocação sintático-gramatical, em todos esses casos, se torna impositiva, quando, por falta de outros fatores, se tem um verdadeiro morfema de colocação, isto é, quando é só a colocação que estabelece a relação sintática; assim, em — *Pedro viu Paulo*, é pela colocação, exclusivamente, que *Pedro* é sujeito e *Paulo* é objeto

Quando há outras indicações da função (concordância para o sujeito, preposição para o complemento etc.), é possível uma colocação estilística em desacordo com a colocação normal. São especialmente dignas de nota, neste particular, as colocações — a) do nome adjunto adjetivo antes do seu substantivo (ex.: *“A azul Vupubaçu beijalhe as verdes faldas”* (Bilac, Poesias, 266), b) do sujeito depois do verbo intransitivo (ex.: *“Não voltou o pássaro Ronsard, como não voltará o homem Renan”* (Assis, Semana, 28)). Em referência ao nome adjunto adjetivo, criou-se até uma oposição entre a intenção afetiva e a descritiva, correspondendo à colocação de certos adjetivos, respectivamente, antes ou depois do seu substantivo (ex.: *pobre rapaz*, i.e., “digno de lástima”, mas — *rapaz pobre*, i.e., “sem riqueza”).

A ordem inversa que colide com a norma geral da colocação constitui a figura de sintaxe chamada **ANÁSTROFE**, ex.: *“De um vasto edifício nas frias escadas, / em vi-a sentada”* (Dias, Obras, I, 131); quando chega a prejudicar a clareza, chama-se **HIPÉRBATO**; ex.: *“Lícias, pastor, enquanto o sol recebe / mugindo o doce armento e ao longe espraia, / em sede abrasa, qual de amor por Febe, / sede também, sede maior desmaia”* (Oliveira, Poesias, II, 111); entenda-se: *o pastor Lícias, enquanto o doce armento mugindo recebe o sol e espraia ao longe, abrasa em sede, qual desmaia por Febe, o que é sede também, sede maior*. Se se cria a ambiguidade, tem-se a **SÍNQUESE**; ex.: *“Bato, que em dura pedra converteu / Mercúrio pelos fatos que revela”* (Cf. Carneiro, 1915, 836) (foi Mercúrio quem converteu Bato em pedra).

O texto, a seguir, também de Camara Jr (1976, p.250-254), reforça as considerações feitas acima a respeito do fenômeno da colocação na língua portuguesa.

O terceiro mecanismo sintático para relacionar os constituintes de um grupo frasal é a colocação desses constituintes em relação uns aos outros.

Era um mecanismo que não existia em latim. Aí, a colocação era absolutamente “livre”, do ponto de vista gramatical. Havia naturalmente colocações mais usuais, mas que em nada concorriam para a apreensão do significado frasal. Por isso mesmo, eram desrespeitadas com o maior desembaraço na língua literária, na base de **motivações estilísticas**.

Em português a colocação não se fixou rigidamente (como sucedeu em francês), mas já figura como um **mecanismo sintático**, embora um tanto precário.

Há um princípio básico, que consiste em atribuir ao último termo do enunciado o máximo valor informativo. Notem-se, por exemplo, as diferenças de informação entre as três seguintes colocações diferentes para uma mesma frase: a) *eu saio às três*

ANÁSTROFE

inversão, mais ou menos forte, da ordem natural das palavras ou das orações

HIPÉRBATO

inversão da ordem das palavras ou das orações

SÍNQUESE

inversão da ordem natural das palavras, de que resulta tornar-se obscura a frase

MOTIVAÇÕES ESTILÍSTICAS

São as que têm por finalidade emocionar, suggestionar, surpreender.

MECANISMO SINTÁTICO PRECÁRIO

Na gramática tradicional, “a inversão é apresentada pela listagem das construções em que é comum ou possível. Reúne-se assim um conjunto de fatores heterogêneos, que inclui o tipo de oração (interrogativa, reduzida, exclamativa), certas categorias verbais (verbos intransitivos, verbos “dicendi”) e a própria natureza do elemento deslocado (sujeito oracional, adjunto adverbial, predicativo).

Percebe-se logo a fragilidade da descrição proposta. Apesar de apresentar a possibilidade de variação da ordem com que os elementos frasais se organizam e de relacionar algumas características de contextos estruturais que permitem a inversão, não se chega a um fator ou princípio geral que explique satisfatoriamente todos os casos (BERLINCK et al. 2001, p. 208).

OBLITERAÇÃO

desaparecimento

horas (a que horas?); b) *às três horas eu saio* (que faço?); c) *às três horas saio eu* (quem sai?) (cf. Camara, 1967, 103).

É esse o princípio que está imanente na colocação, para adjetivo e substantivo, no grupo nominal.

É possível tanto a anteposição do adjetivo ao substantivo como a sua posposição.

A posposição é, entretanto, a pauta fundamental, porque a função usual do adjetivo é acrescentar um dado de informação nova a respeito do substantivo; é essencialmente um elemento descritivo suplementar para a significação contida no substantivo.

Daí resulta um mecanismo sintático muito nítido, quando de dois nomes em sequência, como determinado e determinante, nenhum tem marca formal de adjetivo: a identificação do nome que funciona como adjetivo se faz pela sua colocação em segundo lugar. Assim, um *amigo urso* é um amigo que se pode classificar como urso, porque falso e ingrato. Nunca será entendido como referente a um urso que é nosso amigo. Para esta outra interpretação impõe-se a anteposição de *urso*: *um urso amigo*.

A anteposição do adjetivo é possível, mas está condicionada a uma certa **obliteração** da sua carga informativa. É tipicamente um recurso estilístico.

“Ou, em outros termos, a posposição do adjetivo é essencialmente denotativa, em contraste com a predominância de uma conotação, mais ou menos forte, que a anteposição do adjetivo implica. Compreende-se assim que adjetivos indicadores de predicados de fácil repercussão conotativa possam, à primeira vista, parecer indiferentes quanto à colocação. Mas essa impressão é falaz e não desce ao âmago do valor expressional da locução” (Camara 1967, 104).

A situação se inverte para os adjetivos pronominais (demonstrativos, possessivos e indefinidos) e os referentes a número e quantidade indefinida.

Com estes o padrão geral é a anteposição do adjetivo: *estes livros, meus livros, alguns livros, cinco livros, muitos livros; todos os livros* (com o artigo intercalado). A posposição depende de contextos especiais, em que se impõe uma intensificação da carga informativa, de sorte que neste caso é a posposição que muitas vezes se torna estilística.

Em referência à colocação do sujeito em face do verbo encontra-se uma situação análoga.

O sujeito, como tema da informação contida no predicado, abre naturalmente a frase, quando não há motivações particulares condicionando outra colocação, como o contexto do verbo *dicendi*, intercalado ou acrescentado às palavras de outrem citadas em discurso direto (a) *É muito tarde — disse ele — para partirmos*; b) *Não desanimemos por tão pouco — aconselhou meu pai*, ou ainda a presença inicial de um advérbio intensivo para assinalar a importância primacial de uma circunstância (a) *Lá vêm eles*; b) *Só então chegaram os viajantes*.

Do padrão básico com anteposição do sujeito resulta a distribuição de sujeito e objeto direto em volta de um verbo transitivo: *O menino viu o lobo*; ou ao contrário: *O lobo viu o menino*. Da mesma sorte, numa oração relativa, em que o pronome *que* é objeto direto, a sua posição inicial inevitável é compensada pela anteposição do sujeito ao verbo: *O lobo que o menino viu*. Ao contrário, em — *O lobo que viu o menino* — a interpretação espontânea é a de *que* como sujeito e *menino* como objeto.

Não obstante, a anteposição do verbo tem um valor estilístico muito nítido, que consiste na melhor focalização da ação verbal como tema da comunicação.

Por isso, a língua coloquial, e mais especialmente a língua literária, preferem não raro essa chamada “inversão do sujeito”, quando não há um objeto direto para opor, pela colocação, ao sujeito ou quando, mesmo com objeto direto, o mecanismo da concordância pode entrar em ação.

Daí, a frequente posposição do sujeito — a) com verbos intransitivos, b) com verbos transitivos desde que o sujeito e o objeto direto são de número nominal diferente; exs.: a) *Chegaram os viajantes*; b) *Viram os meninos um lobo*.

A liberdade de colocação vai até mais além. Faz-se a posposição do sujeito, mesmo quando a colocação é a única marca sintática para ele, desde que a compreensão geral do contexto o indica implicitamente; ex.: *Comeu o lobo o menino*. Quando a identificação não é espontânea e pode acarretar certa perplexidade, tem-se o que a gramática grega chamava a “sínquise”. Pode ser um recurso retórico em certas escolas literárias herméticas, como foi o gongorismo em Espanha e Portugal no séc. XVII. Assim, um poeta seiscentista português se refere a — “*Bato que em dura pedra converteu/ Mercúrio pelos fatos que revela*” (cf. Camara 1964, B, 76), para aludir à lenda de que o deus Mercúrio converteu o tagarela Bato em pedra, mas de uma maneira linguisticamente confusa, pois a posposição de *Mercúrio* ao verbo *lhe dá* a marca sintática de objeto.

Independentemente do ser mecanismo sintático para associar uns com os outros os constituintes da frase, a colocação obedece a certos padrões preferenciais, que também existiam em latim.

Neste ponto, as duas línguas divergem em referência à posição do verbo. Enquanto em latim a preferência era no sentido do verbo como constituinte final, fechando a oração, em português o verbo se situa naturalmente entre o seu sujeito e os nomes que são complementos verbais; ex.: lat.: *Labienus litteras Caesari remittit*; port.: *Labieno enviou uma carta a Cesar*.

É essa colocação preferencial que as gramáticas chamam “ordem direta”, associando-a muitas vezes, em falso, com uma suposta lógica de concatenação de ideias.

O português, muito menos do que o latim, pode desrespeitá-la, e a língua literária tem, ora mais, ora menos, se valido disso, para usar a “ordem inversa”, às vezes numa colocação tão estranha ao uso normal da língua que cria a figura retórica do “hipérbato”. É um caso de hipérbato da língua literária a anteposição ao substantivo que modifica, do substantivo a ele adjunto por meio da preposição *de*, como nos versos de Gonçalves Dias:

“*De um vasto edifício nas frias escadas/ eu vi-a sentada*” (cf. Camara 1964, B, 76).

EXERCÍCIO 1

1 Por que Camara Jr. (1978, p. 251) considera que a posposição do adjetivo ao substantivo é a pauta fundamental da colocação na língua portuguesa?

2 Por que se identifica que em “menina princesa” o segundo nome funciona como adjetivo?

3 Assinalar os enunciados (construídos para o fim aqui proposto), a seguir, em que a colocação dos adjetivos pronominais apresenta maior carga informativa.

- () O professor se referiu a um livro antigo, livro este que norteou seu modo de viver.
- () Boas recordações desta casa irei levar para sempre.
- () Pessoa nenhuma deve passar por aqui.

3 Dizer um motivo de natureza gramatical e um motivo de natureza estilística que condicionam a posposição do sujeito em:

- a) – O capitão – acrescentou Inácio em voz baixa – , não é lá homem para hesitar em se tratando de maldades (SOUZA, Inglês de. Voluntário, 2005, p. 28).
- b) Estava eu a esse tempo na praia do Tapajós... (SOUZA, Inglês de. Voluntário, 2005, p. 32).
- c) Vinha, pois, caminhando o capitão Jerônimo a solitária estrada, pensando no bom agasalho da sua fresca rede de algodão trançado... (SOUZA, Inglês de. Acauã, 2005, p. 58).
- d) Nesse momento, rompeu o sol por entre os aningais de uma ilha vizinha, cantaram os galos da vila, ladraram os cães, correu rápido o rio, perdendo o brilho desusado. (SOUZA, Inglês de. Acauã, 2005, p. 60).

Devemos atentar para o fato de que a abordagem que Camara Jr. (1968, 1976) faz da sintaxe da colocação da língua portuguesa segue uma orientação estruturalista. Assim sendo, apresenta padrões de colocação da ordem direta no sintagma nominal e no sintagma oracional em função do sistema linguístico, e não das intenções dos falantes. Essa é a razão, portanto, de conceber essa ordem como a normal, e a inversa como a ordem de colocação estilística, que resulta nas figuras de sintaxe como a anástrofe, o hipérbato e a sínclise.

Para levar, agora, você a observar mudanças de sentido e efeitos pragmáticos provocados pela anteposição do adjetivo e do sujeito em relação, respectivamente, ao substantivo e ao verbo, tendo em vista propósitos dos falantes na interlocução, apresentamos, a seguir, considerações de Brito (2006, p. 30-34) a respeito do assunto em causa ilustradas por enunciados transcritos do livro “Belém do Grão-Pará”, de Dalcídio

Jurandir (2004), e dos contos de Inglês de Sousa: Voluntário, Acauã e A Quadrilha de Jacó Patacho, do livro Contos Amazônicos (2005).

Ordem

– Em relação ao Verbo

A ordem dos termos³ em relação ao verbo é reveladora da intenção de o falante / autor ofuscar e ou realçar os constituintes do enunciado para, assim, promover mudanças no modo de o ouvinte / leitor conceber informações já lhe dadas a conhecer, explícitas ou deduzíveis. Em relação ao verbo nos enunciados em causa, a posposição do primeiro termo (sujeito) reserva a este a condição de menor importância; enquanto a anteposição do segundo ou terceiro termos (objetos) eleva estes termos à condição de foco, indicando, portanto, que o ouvinte / leitor lhe deve dar maior atenção.

a) Posposição do sujeito e anteposição do objeto ao verbo

(58) “Mil muxoxos fazia o seu Alcântara.” (Belém do Grão-Pará, p.49)

(59) “... o cheiro do lemismo, sentia ele.” (Belém do Grão-Pará, p. 270)

(60) “Razão tinha Inácia de lhe dizer, lhe repetir: ‘incapaz tu és dum risco, criatura. Por isso nem Deus nem o Diabo tens por ti.’” (Belém do Grão-Pará, p. 491)

b) Posposição apenas do sujeito ao verbo

(61) “... Não lhe havia dado vertigens o lemismo, isso que não?” (Belém do Grão-Pará, p. 61)

(62) “Alcântara fazia era troça, acreditavam a mulher e as cunhadas.” (Belém do Grão-Pará, p. 65)

(63) “Até que meteu susto a Alfredo aquele ir-e-vir da madrinha-mãe.” (Belém do Grão-Pará, p. 271)

(64) “Mugiam as vacas do seu Agostinho.” (Belém do Grão-Pará, p. 271)

(65) “... pela primeira vez [Alfredo] desejou saber onde se escondiam os sapos e sentiu, mais do que nunca, o atraso da mesada do chalé.” (Belém do Grão-Pará, p. 323)

(66) “Que se queixassem os outros da avareza da estação.” (Voluntário, p. 25)

(67) “Dessa melancolia contínua dão mostra principalmente as mulheres, por causa da vida que levam.” (Voluntário, p. 26)

(68) “Felizmente a sua habitação era a primeira, ao entrar na povoação pelo lado de cima, por onde vinha caminhando, e por isso não o⁴ impressionaram muito o silêncio e a solidão que a modo se tornavam mais profundos, à medida que se aproximava da vila.” (Acauã, p. 57)

(69) “Vinha, pois, caminhando o capitão Jerônimo a solitária estrada, pensando no bom agasalho da sua fresca rede de algodão trançado...” (Acauã, p. 58)

(70) “Tratada efetivamente como filha da casa, cresceu a estranha criança, que foi batizada com o nome de Vitória.” (Acauã, p. 60)

3 Optou-se por se considerar apenas a ordem do sujeito e objetos em relação ao verbo. Os adjuntos adverbiais não foram incluídos porque apresentam variação de ordem mais flexível e, assim sendo, torna-se, em parte, problemático descrever as diferentes posições que podem ocupar no enunciado.

4 Não se leva em consideração a anteposição do segundo constituinte ao verbo porque se trata de uma anteposição condicionada por regra de colocação pronominal.

(71) “O Saraiva recebeu um tiro à queima-roupa, o primeiro tiro, pois que o rapaz que o ameaçava, sentindo entrarem na sala os tapuios procurara livrar-se logo do pior deles...” (A Q. de J. Patacho, p. 97)

(72) “Ainda estavam bem recentes os vestígios da luta.” (A Q. de J. Patacho, p. 98)

c) Anteposição apenas do objeto ao verbo

(73) “Emília, mais roliça, paixão não guardou.” (Belém do Grão-Pará, p.76)

(74) “Podia, isto sim, levantar um tempo no rio, na hora da travessia, naquelas águas, um desses feios tempos soprados por boca de Nossa Senhora aborrecida com uma viagem daquelas nas vésperas do Círio. Noivo e noiva, coitados, isso nunca mereciam.” (Belém do Grão-Pará, p. 480)

(75) “Vinho amarelo de taperebá, teu bom azedume a sede não alivia. Nem cura os desassossegados.” (Belém do Grão-Pará, p. 517)

d) Posposição do sujeito ao predicativo

(76) “É uma perseguição esses homens.” (Belém do Grão-Pará, p. 405)

– Anteposição do adjetivo ao nome

A ordem do adjetivo em relação ao nome, diferentemente da posição dos termos de um enunciado em relação ao verbo, surte efeitos comunicacionais de outro valor pragmático-semântico: revela também propósitos do falante/autor em interferir, quanto ao que deseja expressar, em concepções do ouvinte/leitor, conferindo ao enunciado alteração de informação de natureza semântica.

(77) “Pensava na filha: ela preocupava-se em celebrar o Círio segundo as exigências da nova casa.” (Belém do Grão-Pará, p. 405)

(78) “Podia, isto sim, levantar um tempo no rio, na hora da travessia, naquelas águas, um desses feios tempos soprados por boca de Nossa Senhora aborrecida com uma viagem daquelas nas vésperas do Círio.” (Belém do Grão-Pará, p. 480)

(79) “Pobre tia Rosa! Em que miserando estado a encontrara.” (Voluntário, p. 31)

(80) “... a Anica inclinou a linda cabeça e pôs-se a escutar o ruído surdo que se aproximava lentamente.” (A Q. de J. Patacho, p. 89)

(81) “Ofereceu-lhes a modesta ceia ...” (A Q. de J. Patacho, p. 90)

(82) “Mas quem viaja a estas horas? – insistiu a timorata mulher.” (A Q. de J. Patacho, p. 90)

(83) “Tranquilo, o português afastou-se para dar entrada aos noturnos visitantes.” (A Q. de J. Patacho, p. 90)

(84) “Enchia as narrativas populares a personalidade do terrível Saraiva, o tenente da quadrilha...” (A Q. de J. Patacho, p. 90)

(85) “... cujo nome não se pronunciava sem fazer arrepiar as carnes dos pacíficos habitantes do Amazonas.” (A Q. de J. Patacho, p. 90)

(86) “... a Anica serviu aos caboclos os restos da ceia frugal daquela honrada família.” (A Q. de J. Patacho, p. 90)

(87) “... agitado pela vigília, as feições desse monstro eram as do pacífico tapuío que ela ouvia roncar placidamente no fundo da rede da sala vizinha.” (A Q. de J. Patacho, p. 92-93)

(88) “Mas era esse o nome do famigerado tenente Jacó Patacho, cuja reputação de malvezes chegara aos recônditos sertões do Amazonas...” (A Q. de J. Patacho, p. 94)

(89) “... cuja reputação de malvadez chegara aos recônditos sertões do Amazonas...” (A Q. de J. Patacho, p. 94)

(90) “... cuja atroz e brutal lascívia excedia...” (A Q. de J. Patacho, p. 94)

(91) “... os bandidos eram dois apenas, seriam prevenidos, presos antes de poderem oferecer séria resistência...” (A Q. de J. Patacho, p. 94)

(92) “... excedia em horror aos cruéis tormentos que o chefe da quadrilha infligia às suas vítimas.” (A Q. de J. Patacho, p. 94)

(93) “... caía banhado em sangue com uma valente pancada no crânio...” (A Q. de J. Patacho, p. 96-97)

(94) “O português e os filhos, mal despertados do sono, com as roupas em desalinho, não se deixaram tomar do susto e da surpresa, expressa em dolorosos gemidos pela ‘sora’ Maria dos Prazeres...” (A Q. de J. Patacho, p. 97)

EXERCÍCIO 2

1 Reescrever os textos abaixo, obedecendo à ordem direta do substantivo no sintagma nominal e do sujeito no sintagma oracional.

Texto 1

O GALO E A PÉROLA

Num monturo esgravatando,
Formoso galo aguerrido
Acha uma pérola fina,
Que havia um nobre perdido.
Por três vezes a **escoucinha**
Sem nela querer pegar,
À quarta, erguendo-a no bico,
Se põe a cacarejar.
Vêm logo algumas galinhas
Cuidando que era algum grão;
Mas vendo a pérola, tristes
Vão-se, deixando-as no chão.

ESCOUCINHA
Dá coice.

(SEMEDO, Curvo.Fábulas. in INFANTE, Ulisses. *Do texto ao Texto: curso prático de leitura e redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Texto com cortes.)

Texto 2

Cai chuvosa a manhã sobre o jardim... No final duma ladeira lamosa e junto de uma cruz verde e negra de umidade, está a porta de madeira carcomida que dá entrada ao recinto abandonado. Mais além, há uma ponte de pedra cinzenta e na distância

brumosa uma montanha nevada. No fundo do vale e entre penhas corre o rio manso cantarolando uma antiga canção.

Em um nicho negro que há junto da porta, dois velhos com capas rasgadas aquecem-se ao lume de uns tições mal acesos...

(Garcia Lorca. *Prosa viva* / Ideário coligido. Rio de Janeiro; Aguilar, 1975)

Depois de termos tratado do conceito do fenômeno de colocação, tendo por base a língua portuguesa, bem como dos dois tipos de ordem dos termos no sintagma nominal e no sintagma oracional, passaremos, agora, a tratar da colocação dos pronomes átonos em relação ao verbo.

1.3. Colocação dos pronomes átonos

Veja o que Camara Jr. (1978, p. 254-255) diz, no texto, a seguir, sobre a colocação do pronome átono em relação ao verbo.

PRÓCLISE

Circunstância de se pronunciar um vocábulo átono incorporado ao vocábulo seguinte, em cujo acento se apoia.

ÊNCLISE

Opõe-se à próclise para indicar a incorporação de um vocábulo átono no vocábulo anterior.

COLOCAÇÃO

DA PRÓCLISE E DA ÊNCLISE

Também depende essencialmente da colocação estilística a próclise ou a ênclise do pronome átono adverbial em relação ao verbo, pois a próclise dá mais relevo ao pronome, tratando-o como sílaba inicial do vocábulo e a ênclise concorre para o ritmo grave. Entretanto, a disciplina gramatical tem procurado regulamentar essa colocação, partindo do uso mais geral, na tradição da língua literária, em determinados padrões oracionais (verbo inicial de período, oração negativa, oração subordinada etc.) (CAMARA JR., 1968, p. 84).

Entra no conceito de colocação preferencial a maneira de se unirem ao verbo os seus complementos pronominais adverbiais átonos.

No vocábulo fonológico que assim se constitui o pronome pode figurar como sílaba inicial na chamada “**próclise**” ou em sílaba final na chamada “**ênclise**”: *eu a vi*, *eu vi-a*.

A **colocação** dessas partículas é um traço distintivo entre o português arcaico e o português moderno, de um lado, e, de outro lado, entre o português moderno europeu e o brasileiro.

No português arcaico a partícula pronominal não formava necessariamente corpo com o verbo, mas também podia deslocar-se para antes do sujeito, por exemplo; cf. o verso: “*Tanto que lh’eu este cantar oi*” (que corresponderia modernamente a: “*Assim que eu este cantar lhe ouvi*” (Nunes 126, 174).

Por sua vez, no português moderno, para a incorporação ao verbo, Portugal favorece a ênclise e o Brasil a próclise. A divergência é particularmente aguda em início de frase, que em Portugal nunca se abre por um pronome pessoal clítico. Ao contrário, no Brasil, a disciplina gramatical estabeleceu artificialmente essa colocação como regra de “correção” na língua escrita, mas a língua coloquial não toma conhecimento disso (ex.: *Me dê o livro*).

A ênclise no Brasil só é a rigor espontânea, quando se trata da partícula pronominal *se* em perífrase verbo-pronominal para indicar uma atividade sem sujeito determinado. Aí, a anteposição da partícula *se* ao verbo, associada à anteposição de um nome substantivo paciente, dá a esse nome substantivo uma função de sujeito ativo. Assim — “*o livro se vende*” — corresponde a — “tem boa aceitação do público”, e, ao contrário,

— *vende-se o livro* — significa que ele “está à venda”; no primeiro caso, diz-se também — o *livro sai*, em forma ativa, no mesmo padrão que *o homem sai* (Said Ali (1930, 158) assinala o contraste entre as duas construções, mas o atribui exclusivamente à anteposição *versus* posposição do sujeito, sem se preocupar com a posição da partícula *se* (“*vende-se este livro*”: “*o livro vende-se*”)).

Nas formas verbais perifrásticas, a posição do pronome átono entre as duas formas verbais manifesta-se como próclise à segunda forma e não como ênclise à primeira à maneira de Portugal. Ou seja, temos para *tinha me dito* um vocábulo fonológico *medito* em contraste com *tinham* em Portugal, ou, como se indica na língua escrita, *tinha-me* com o uso do hífen. Num e noutro país, a intercalação entre os verbos, em locução, de um complemento adverbial respeita o vocábulo fonológico espontaneamente constituído; cf. em Portugal — *tinha-me repetidamente dito* (que a língua escrita no Brasil procura intencionalmente manter), mas na linguagem coloquial brasileira — *tinha repetidamente me dito*.

Sob outra ótica, Melo (1971, p.191-195), na condição de filólogo, no capítulo A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES (Veja, a seguir), aborda o caso da colocação pronominal fazendo um percurso histórico de algumas colocações, embasando-se em registros de clássicos da língua portuguesa. Trata da polêmica levantada por alguns estudiosos sobre a existência de uma possível língua brasileira ao lado da língua portuguesa. Não deixa de tocar, de forma crítica, no assunto referente à teoria magnética, criada para se justificar a tendência ao emprego da próclise pelos clássicos da literatura brasileira. Apresenta a atonização do pronome como sendo o fator determinante de certas posições que esse pronome toma da frase em relação a outros itens verbais, mas entendendo que a preferência por certas posições que esse venha a tomar não deve ser concebida como uma regra, mas, sim, como uma tendência.

A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES

Poucos assuntos gramaticais da língua portuguesa têm feito correr tanta tinta e têm despertado tantas questões como este da colocação dos pronomes pessoais átonos.

O problema é relativamente novo, talvez não conte ainda cem anos, mas já deu matéria a muita gramatiquice e a infinitas discussões estereis, simplesmente porque foi mal posto e tratado com método inconveniente. Das controvérsias suscitadas pela “magna quaestio”, maior e mais célebre foi a travada entre CÂNDIDO DE FIGUEIREDO e PAULINO DE BRITO, a qual deu origem a um livro do primeiro, de quase quatrocentas páginas, em que se formulou pesada quantidade de regras, regrinhas e exceções.

O cansado problema também tem servido de pretexto para os defensores da suposta “língua brasileira”, os quais, firmando-se em algumas divergências neste capítulo entre o uso corrente português e o brasileiro, proclamam a nossa autonomia linguística. Para tais cidadãos, uma frase como “Eis o lugar onde eclipsou-se” está escrita num idioma, ao passo que esta - “Eis o lugar onde se eclipsou” - se acha redigida noutra língua!

Aliás, o problema da colocação dos pronomes, como problema, está de certo modo ligado à história da questão da língua brasileira, enquanto a solução dele só pode ser achada à luz da história da língua portuguesa.

Com efeito, o caso surgiu e ganhou intensa carga emocional, quando se descobriu que os escritores brasileiros colocavam diferente dos portugueses e, portanto, “errado” os pronomes oblíquos. Então nasceram aqui no Brasil duas correntes: a dos que defendiam a colocação “brasileira” dos pronomes e a dos que propugnavam pela colocação “certa” das referidas partículas.

Entre estes últimos fez carreira uma grotesca teoria, que costumamos apelidar de “magnética”, segundo a qual determinadas palavras *atraem* os pronomes, variando, no entanto, a força atrativa de cada um, tanto é verdade que certas partículas, como *não* e *que*, têm sobre os pronomes mais poderoso influxo que outras como *porque* ou *cada*.

Felizmente nos arraiais da sã Filologia e da Linguística já se fez paz há muito tempo. Já foi armado nos seus verdadeiros termos o problema e já lhe veio a solução satisfatória. Muito contribuíram para isso as pesquisas de Mestre SAID ALI, incluídas no seu magnífico *Dificuldades da Língua Portuguesa* (5ª ed., sob o cuidado de MAXIMIANO DE C. E SILVA, Liv. Acadêmica, Rio, 1957, págs. 21-54). Dignas de atenta leitura, pelo que representam de judicioso e certo, são as palavras que, sobre a questão, escreveu SOUSA DA SILVEIRA nas “Instruções metodológicas para o ensino de português”, apenas aos programas da disciplina, ciclo ginasial, da Reforma Capanema. Igualmente só recomendação, e calorosa, merece a excelente sistematização de fatos que, a respeito, fez o mesmo autor nas suas *Lições de Português*, 7ª ed., págs. 253-261 e 288-9, nos 523-525 e 569.

O problema da colocação dos pronomes tem de ser examinado do ângulo da história da língua e sob o ponto de vista fonético. Não nos cabe indagar como o gramático *x* manda colocar o pronome em determinado caso, qual a *opinião* de Rui BARBOSA a respeito de tal outro caso, quais são as proibições do gramático *y* ou do purista *z* em dadas circunstâncias. Urge pesquisar, nos *textos da língua*, como aparecem os pronomes oblíquos colocados, na fase arcaica, na época quinhentista, na seiscentista, na setecentista, na romântica, nos escritores portugueses e nos escritores brasileiros. Mas cumpre verificar como se situam os pronomes-objeto na frase das outras línguas latinas.

Descoberta a diferença, urge buscar a causa dela, se a pudermos encontrar. E ainda, diante da divergência entre o uso português e o uso brasileiro, impende deslindar a razão da discordância e, não, condenar em bloco os escritores nacionais e o povo brasileiro, o que não deixa de ser um tanto ridículo.

Estudando a colocação dos pronomes nos textos portugueses, desde os mais antigos, verificamos que na língua arcaica as tendências para a colocação dos pronomes são diferentes das que se observam na língua posterior. Assim, toparemos com muitos casos de ênclise

Ao futuro e ao chamado condicional, construções como “farei-te”, “buscaria-o”: “... ou vós me matade, ou eu matarei-vos” (*A Demanda do Santo Graal*, ed. MAGNE, I, pág. 88); daremos com um número considerável de casos em que entre o pronome e o verbo se intercalam duas, três ou mais palavras, como neste passo do *Livro das Linhagens*, texto do século XIII ou XIV:

“preguntou como poderia leixar aquel castelo a seu salvo, pois que *llo* el-rei non *queria* tomar”.

(in LEITE DE VASCONCELOS, *Textos Arcaicos*,
3ª ed. (ampliada), Lisboa, 1922, pág. 42).

“Não tem mais de dous vinténs Que *lbe* hoje o cura *emprestou!*”

(GIL VICENTE, *Quem tem farelos?*, versos 219-220)

[Este último arcaísmo ainda vamos encontrar em CAMÕES, como naquele:

“Nomes com quem *se* o povo néscio *engana*”

(*Luc.*, IV, 96),

ou num prosista seu contemporâneo, GABRIEL SOARES DE SOUSA:

“por que o achou fortificado dos franceses na terra firme, onde tinham feito cercas mui grandes e fortes de madeira, com seus baluartes e artilharia, que *lbes* umas naus que ali foram carregar de pau *deixaram*, com muitas espingardas”.

(*Tratado Descritivo do Brasil* em 1587, 3ª edição,
Cia. Editora Nacional, 1938, pág. 96).

No entanto, do século XVI para o XVII se vão delineando bastante nítidas certas tendências para a colocação dos pronomes, às quais corresponde até hoje, nas grandes linhas, o uso vivo de Portugal. Parece que esse caminhar para o novo tipo de colocação dos pronomes está ligado a um processo de atonização que os mesmos teriam sofrido no curso da evolução da língua, de tal arte que, quase átonos, mas cheios de conteúdo significativo, eles teriam procurado na frase uma posição em que, acostados ao acento tônico da palavra anterior ou seguinte, ganhassem o relevo exigido por seu conteúdo significativo.

Entretanto, é de capital importância observar que a regularidade com que os pronomes buscam determinadas posições na frase, em cada caso concreto, representa uma *tendência e nunca uma lei* ou regra absoluta.

Por isso, se na maioria das orações subordinadas, por exemplo, vamos encontrar anteposto ao verbo o pronome, não nos faltarão, inclusive em autores portugueses, exemplos discrepantes.

Por outro dado, lendo atentamente os escritores brasileiros, notaremos que, a partir da independência literária, como em MAGALHÃES ou PORTO ALEGRE, algumas tendências para a colocação dos pronomes dissentem das portuguesas. Notaremos mais que, depois de debatida a questão e levantada a lebre de que os escritores brasileiros não sabiam colocar os pronomes, certos autores, como RUI BARBOSA, ou os parnasianos, puseram tento em aninhar “bem” as tais partículas, isto é, à portuguesa, ao passo que outros continuaram a dirigir-se pelo instinto e natural sentimento da língua. Observaremos ainda que um autor como ALENCAR, apontado por alguns ingênuos como campeão da “língua brasileira”, chegou a colocar o pronome contrariamente aos nossos hábitos, intercalando lusamente “ele” ou “ela” ou “não” entre o pronome e o verbo, de que há vários exemplos em *O Gaúcho*, ou nas duas primeiras edições de *Iracema*:

“Não queres tu que morra Iracema, e
queres que *te* ela deixe morrer!”

(*Iracema*, 2ª ed., J. L. Garnier, Rio, 1870, pág. 63).

Talvez seja MACHADO DE ASSIS o maior escritor da língua contemporânea. Certamente é o príncipe dos escritores brasileiros. Pois bem: guiado pelo senso artístico da linguagem, MACHADO seguiu as tendências da língua no que tange à colocação dos pronomes, mas sem superstição e muito provavelmente sem Gramática. Ditava-lhe a construção a euritmia da frase e o trato com os bons modelos.

Os próprios parnasianos, quando deixavam por um momento o rigor da escola, serviam-se das “liberdades” brasileiras, e com isso deram frescor e naturalidade à frase. Lembre-se o verso “O som longínquo vem *se* aproximando”, de RAIMUNDO CORREIA, em “A cavalgada”; ou este outro: “Posso a ti *me* entregar, doce poesia”, de ALBERTO DE OLIVEIRA, em “Horas mortas”; ou o “Vais *te* perder”, de BILAC (*Poesias*, p. 49).

O fato de no Brasil ser mais livre, mais rica e mais plástica do que no Portugal de hoje a colocação dos pronomes pessoais átonos se deve a que tais pronomes aqui podem ser tônicos ou semitônicos em determinadas situações. Daí, colocarem-se na frase com bastante autonomia, ficando sua posição regulada quase que só pela clareza.

Daí também decorre que podemos pelo acento enfático dar relevo ao pronome-objeto, o que em Portugal é impossível. Assim, querendo eu ressaltar que sou diretamente informado de alguma coisa, direi: “*Ele mi* contou a história”, ao passo que um português só poderá dizer: “El’ contou-m’ a mim a história”.

Tenhamos cuidado de não fazer ênclise a futuro do presente, a futuro do pretérito e a particípio passado; em não começar a frase por pronome oblíquo no estilo elevado (o que se tolera no estilo coloquial ou nos diálogos); e deixemos que nos dite a escolha, nos diversos casos de topologia pronominal, o sentimento da língua, o ritmo da frase, a harmonia do período.

RESUMO MNEMÔNICO

É uma das mais cansadas questões de Gramática Portuguesa a colocação dos pronomes pessoais átonos. Problema relativamente novo, tornou-se agudo depois que se descobriu que nessa matéria a prática brasileira nem sempre coincidia com a prática lusitana. Daí, duas correntes: a dos que afirmavam que os brasileiros não sabiam colocar pronomes, e outra que via na divergência uma das provas da nossa autonomia linguística. Nas tentativas de sistematização, ganhou prestígio uma cômoda e grotesca teoria, segundo a qual determinadas palavras *atraem* o pronome oblíquo, coisa que não forma sentido.

Examinada a questão à luz dos fatos e da história da língua, verifica-se que a topologia pronominal na fase arcaica era algo diversa da da fase moderna; que dos séculos XVI e XVII em diante se firmam as tendências norteadoras do uso literário e corrente do Portugal de hoje; e que a situação dos pronomes oblíquos na oração depende de seu valor fonético.

Como no Brasil os pronomes-complemento são semitônicos e não raro tônicos, adquirem autonomia, deixam muitas vezes de ser *clíticos*, como na frase lusitana. Aí está a razão por que mais vária e mais livre é a posição do pronome na construção brasileira. Na linguagem coloquial iniciamos com ele a oração, e deixamo-los independentes entre o auxiliar e o verbo principal nas locuções verbais e nos tempos compostos.

Evite-se, no estilo elevado, abrir a oração com o pronome oblíquo, fuja-se de fazer ênclise ao futuro, ao chamado condicional e ao particípio passado, e deixemo-nos guiar pelo sentimento da língua, a eurrítmia da frase e a harmonia do período, que tudo vai bem.

Como reforço ao assunto acima tratado, apresentamos-lhe a introdução e seis seções do trabalho de Brito (1995), escritas como relato da pesquisa desenvolvida pela autora sobre desvios à norma realizados em redações de vestibulandos da UFPA.

1 INTRODUÇÃO

Quanto ao estudo da sintaxe de colocação do pronome átono na língua portuguesa, percebemos a falta de abordagens condizentes com o modo peculiar de expressão do falar brasileiro, em sua forma culta ou não culta.

Os filólogos e gramáticos, orientados na tradição literária, verificam como aquele pronome se dispõe, em relação ao verbo, tendo por base registros apenas da expressão escrita de autores clássicos da literatura luso-brasileira.

O trabalho tido até então como o melhor acerca do assunto é de autoria do filólogo Said Ali (1966), apresentado nos capítulos “Colocação dos pronomes pessoais regidos de infinitivo e gerúndio” e “Colocação dos pronomes pessoais regidos de formas verbais finitas”, de seu livro *Dificuldades da língua portuguesa*. Aí, o citado autor apoia-se, para justificar os casos de colocação dos pronomes átonos, em trechos de escritores portugueses de diversos períodos da literatura portuguesa, como Gil Vicente, Camões, Sá de Miranda (Quinhentismo); D. Francisco Manuel de Melo, Vieira, Bernardes, Frei Luis de Sousa (Seiscentismo); Herculano, Castilho, Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco (Romantismo); Eça de Queirós (Realismo); e outros.

Ora, a linguagem desses literatos, sendo expressa por meio de realizações escritas e, além do mais, não correspondendo ao período atual da língua portuguesa, não condiz com a realidade dessa língua falada aqui no Brasil. Então, aquela manifestação linguística não poderia e não pode ser tomada como base para verificarmos o mecanismo da colocação do pronome átono na expressão verbal brasileira.

Vemos que a sintaxe de colocação do pronome átono resente-se da ausência de estudos que partam de observações da realidade linguística oral brasileira, isto é, de constatações de como se processa o mecanismo de tal sintaxe sob o ponto de vista sincrônico atual da língua portuguesa, para que, assim, possamos determinar qual a tendência caracterizadora da colocação das formas clíticas, sua(s) causa(s) e seu(s) efeito(s).

Demonstrando já uma preocupação em descrever como se processa a colocação das formas clíticas no português do Brasil, Lessa (1966) desenvolve, muito embora apenas com base na expressão escrita de escritores modernistas, um trabalho que procura apresentar as peculiaridades daquele mecanismo sintático.

Com o propósito de contribuir também para esse fim, o trabalho aqui realizado verifica, seguindo procedimentos descritivos, o fenômeno da colocação do pronome clítico em escritos de falantes (vestibulandos) paraenses, tendo como objetivos básicos:

- a) comentar posicionamentos de estudiosos, feitos sobre a colocação do referido pronome;
- b) apresentar a crítica feita à *teoria magnética*;
- c) verificar se os dados analisados revelam também a tendência proclítica daquele pronome;
- d) confirmar se as regras de colocação do pronome clítico, ensinadas nas escolas, refletem ou não a maneira peculiar de o brasileiro se expressar; e
- e) demonstrar as incoerências dos critérios que norteiam as referidas regras.

Para isso tomamos por base um *corpus* constituído de 561 (quinhentos e sessenta e um) enunciados retirados de 1000 (mil) redações de estudantes que se sub-

meteram ao exame vestibular na Universidade Federal do Pará em 1981. Os dados desse *corpus*, embora tenham sido detectados de composições escritas, refletem características peculiares da expressão oral brasileira, apresentando, assim, em grande parte, realizações dissonantes das previstas pelas regras normativas de colocação do pronome átono. O levantamento dessas ocorrências levou em conta o fato de nelas a colocação do pronome clítico, quanto à norma:

- a) infringir regras que têm consenso dos gramáticos;
- b) bem como seguir regras cujos argumentos divergem entre os gramáticos.

Os casos referentes ao primeiro e ao segundo tipos de ocorrências foram considerados, respectivamente, como desviantes e como não-desviantes em relação à norma.

2 O TERMO ÁTONO X O TERMO SEMITÔNICO

Reconhecemos que a sintaxe de colocação dos pronomes átonos que se acostumam ao verbo sem o auxílio da preposição, no português do Brasil, deveria não se pautar pela sintaxe de colocação que os referidos pronomes apresentam no português de Portugal, visto as diferentes características prosódicas que revestem tais partículas: semitônicas naquele modo de falar e átonas neste.

Os gramáticos brasileiros caracterizam esses pronomes semitônicos como átonos por considerarem a pronúncia do português falado em Portugal e não a do falado no Brasil.

Percebemos, assim, certo *comodismo* daqueles gramáticos, por aceitarem passivamente não só a denominação de pronomes átonos, como também, as regras de colocação destas partículas, postuladas para regerem o português europeu; e a falta de consistência de pontos de vista que apresentam a respeito do que motiva a anteposição ou a posposição do pronome semitônico em função do verbo.

3 TENDÊNCIA DA COLOCAÇÃO DO PRONOME ÁTONO

O pronome átono, segundo um critério fonético, é uma partícula sem autonomia prosódica, apoia-se, assim, normalmente, em um outro vocábulo. Segundo um critério sintático, normalmente, relaciona-se a um verbo, desempenhando a função de objeto direto ou indireto, e, dessa forma, caso ocupe a posição pospositiva, ocupa seu devido lugar, porquanto é essa posição que assumem os referidos complementos na estrutura da oração da língua portuguesa. Assim, a posição enclítica é a que tem sido considerada como a colocação normal pelos estudiosos da língua. Said Ali (1963, p. 33), apoiando-se, tanto no critério fonético quanto no sintático, diz:

posposto ao verbo, o pronome átono ocupa o lugar que na construção usual compete aos complementos, singularizando-se apenas por vir foneticamente unido ao verbo e a ele subordinado. Consideramos, portanto, essa como a colocação normal.

Observamos que o referido filólogo, posicionando-se dessa forma, está baseando-se na realidade linguística do português moderno europeu e não na do português falado no Brasil, pois, logo a seguir, ele mesmo afirma:

Na linguagem corrente de *Portugal* (grifo nosso) os pronomes pessoais complementos colocam-se normalmente depois do verbo (ALI, 1966, p. 58).

Os gramáticos brasileiros, considerando a colocação do pronome átono do português europeu, confirmam que a ênclise é a posição normal.

Vejamos colocações de alguns deles a esse respeito:

Normalmente, o pronome oblíquo átono é enclítico, isto é, vem posposto ao verbo; o seu deslocamento, a próclise, que, portanto, constitui construção anormal, o determinado, sobretudo, pela influência de certas palavras e expressões que antecedem o verbo. (ALMEIDA, 1967, p. 255)

Sendo o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ÊNCLISE. (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 300)

(...) certos pronomes oblíquos, por serem átonos, apoiam-se, para efeito de acentuação, nos verbos de que são complementos. E isso sinal de que, *em regra geral*, os pronomes oblíquos devem vir depois dos verbos, isto é, devem ser *enclíticos*. (ALMEIDA, 1985, p. 492)

Como vemos, as considerações feitas por esses estudiosos não decorrem da observação de ocorrências correspondentes à realidade oral do português atualmente falado no Brasil, o que dá motivo para não devermos considerar a ênclise como a colocação característica do pronome átono no falar brasileiro.

Opondo-se aos pareceres acima, Camara Jr. (1976, p. 254) diz que a posição proclítica é a favorecida aqui no Brasil e que a

ênclise no Brasil só é a rigor espontânea, quando se trata da partícula pronominal *se* em perífrase verbo-nominal para indicar uma atividade sem sujeito determinado.

Cita, como exemplo, o enunciado “o livro se vende”, em oposição ao enunciado “o livro vende-se”, para demonstrar que a anteposição da partícula *se* e do nome substantivo paciente *livro* ao verbo dá a esse nome uma função de sujeito ativo, e que a posposição da referida partícula e do nome substantivo *livro* ao verbo (vende-se o livro) dá a esse nome o *status* de sujeito passivo.

4 PRÓCLISE PRONOMINAL

Considerando-se a colocação pospositiva do pronome átono como sendo a normal, por que, então, se dá a anteposição dessa partícula e quando?

Os estudiosos da língua, por muito tempo, conceberam ser apenas de ordem categorial e sintática a causa de tal deslocamento. Assim, determinaram que certas palavras exercem atração sobre o pronome átono, deslocando-o de sua posição enclítica para a proclítica.

O termo atração reveste-se aí de um significado metafórico, visto não existirem palavras dotadas de força imanente que atraíam para si outras palavras.

Opondo-se a esta teoria magnética, Melo (1971, p. 373) diz:

é preciso estar prevenido contra uma teoria explicativa muito cômoda mas perfeitamente falsa, que costumamos chamar de *magnética*. Referimo-nos àquela segundo a qual determinadas palavras atraem o pronome oblíquo. Tais seriam *que*, *como*, *quando*, *não* e muitas outras. Ora, uma palavra não pode atrair outra, porque, uma vez pronunciada, deixa de existir, ao passo que a outra, a supostamente atraída, ainda não existe.

Defendendo assim esse ponto de vista, Melo (1971, p. 36) está de acordo com Said Ali (1966, p. 58), que a este respeito se posiciona, justificando o deslocamento do pronome átono dar-se não por fatores categóricos ou sintáticos, mas, sim, por fatores fonéticos:

Se o problema do deslocamento não se explica com a hipótese de uma força interna, inerente, aos vocábulos, também a respectiva categoria gramatical, a sua função lógica ou sintática não bastam para o resolver. (...) Condição imprescindível para que o pronome possa encostar-se a um termo anterior ao verbo é constituir a frase um todo foneticamente unido, que não permita pausa entre o vocábulo a valorizar e o verbo.

A colocação pré-verbal ou pós-verbal do pronome átono, portanto, para esse filólogo, não se realiza em decorrência da presença de certas palavras dispostas diante do verbo. A causa dessa colocação explica-se pela eufonia, pela harmonia sonora, bem como pela facilidade e pela suavidade prosódicas.

Será eufônica a combinação (pronome átono e verbo) que agrada mais aos falantes, que tem maior aceitabilidade por parte dos membros da comunidade linguística.

Observamos que as gramáticas brasileiras, para justificarem o suposto magnetismo de certos vocábulos sobre o pronome átono, apoiam-se em uma miscelânea de critérios que assim podemos enumerar:

FONÉTICO - O pronome átono é atraído por formas tônicas que exercem influência fonética sobre as vizinhas para atender ao ritmo e à entonação da frase.

- a) Ele até *se* aproximou de mim.
- b) Ambos *se* voltaram contra nós.

As formas tônicas, nos exemplos acima, que exercem influência sobre o pronome átono são *até* e *ambos*.

PROSÓDICO - O pronome átono é deslocado devido à frase ser interrogativa, exclamativa, ou optativa (as que exprimem desejo).

- a) Quem *o* fez sair?
- b) Quantos amores *te* dei e não correspondeste!
- c) Deus *o* leve e *o* traga.

CATEGORIAL - O pronome átono é deslocado pela atração de certas palavras pertencentes a determinadas classes gramaticais, como as conjunções subordinativas, os pronomes indefinidos e relativos, os advérbios.

- a) Quando *nos* encontrava, sorria alegremente.
- b) Tudo *se* resolve com calma.
- c) Há momentos em que *se* perde a calma.
- d) Nunca *me* vi em tal situação.

SINTÁTICO - O pronome átono é deslocado em decorrência do deslocamento de termos da frase.

- a) Cinco vezes *lhe* fiz a mesma observação. (O adjunto adverbial encontra-se no início da frase.)
- b) Inteligente *te* considero desde há muito. (O predicativo encontra-se no início da frase.)

SEMÂNTICO - O pronome átono é deslocado pelo sentido da palavra que antecede ao verbo, como os termos de conteúdo negativo.

- a) Não *te* quero mais.
- b) Jamais *te* esquecerei.
- c) Nunca *te* vi mais gordo.

PSICOLÓGICO OU ESTILÍSTICO - O pronome átono é deslocado conforme queiramos realçar o elemento da frase que antecede ao verbo.

- a) As crianças *se* abraçaram. (Destaca-se o sujeito.)
As crianças abraçaram-se. (Não se destaca o sujeito.)
- b) Deste material *se* faz muita coisa. (Destaca-se o adjunto adverbial.)
Deste material faz-se muita coisa. (Não se destaca o adjunto adverbial.)

LÓGICO-ORACIONAL OU EURRITMIA - O pronome átono é deslocado, tendo em vista, numa oração, procurarmos manter a mesma colocação que o pronome átono apresenta na oração anterior para não rompermos com o paralelismo e, assim, obtermos *melhor* ritmo na frase.

- a) Deus *o* tenha e *o* salve.
- b) Eu *o* sustentei e *o* eduquei com amor.
- c) Fi-lo porque qui-lo.

EUSTOMIA - O pronome átono é deslocado para *facilitar* ou *suavizar* a pronúncia.

- a) Eu *o* vi. (e não Eu vi-o)
- b) João *a* havia visto. (e não João havia-a visto)
- c) Rosa *lhe* falou. (e não Rosa falou-lhe)
- d) Maria *o* fez triste. (e não Maria fê-lo triste)

Vemos que falta a esses critérios um rigor científico, coerente, portanto, uma vez que, se forem tomados como ponto de apoio para tentarmos justificar o deslocamento do pronome átono, podemos encontrar mais de uma explicação para o mesmo caso.

Comprove a seguir:

Dado o enunciado: *Jamais te esquecerei*, observamos que o emprego prepositivo da partícula *te*, em relação ao verbo, pode ser explicado por meio de três critérios:

- categorial: *jamais* é um advérbio;
- semântico: *jamais* tem sentido negativo;
- eustomia: o pronome, antecedendo ao verbo flexionado no futuro do indicativo, facilita pronúncia.

Outro enunciado: *Os namorados se abraçaram e se beijaram*. O deslocamento do pronome átono pode ser justificado, tendo em vista os critérios:

- psicológico ou estilístico: ocupando a posição proclítica, o pronome átono realça o sujeito;
- lógico-oracional ou eurritmia: o pronome átono ocupa a mesma posição em relação aos dois verbos da frase, mantendo-se, assim, o paralelismo rítmico do enunciado.

Conforme vimos, há necessidade de se formularem critérios coerentes que justifiquem, sem se sobreporem, o mecanismo da colocação do pronome átono, partindo de observações de enunciados reais da língua oral, para que, dessa maneira, possamos ter explicações mais convincentes do porquê de as formas clíticas se deslocarem.

5 O DESLOCAMENTO DO PRONOME ÁTONO E O SISTEMA LINGUÍSTICO

A colocação do pronome átono no português do Brasil, dissentindo da colocação que apresenta no português de Portugal, interfere no sistema da língua portuguesa?

Há quem pense que sim, usando até mesmo essa divergência como ponto de apoio para justificar a existência de duas línguas: uma brasileira e outra portuguesa.

No entanto, chegaremos à conclusão de que isso não ocorre, quando averiguamos que o emprego enclítico ou proclítico do pronome átono não implica alterações no sistema linguístico.

A ordem tida como a canônica da língua portuguesa corresponde à sequência: sujeito, verbo, complementos verbais e elementos circunstanciais (se o verbo não for

de ligação). Então, o pronome átono, por desempenhar a função sintática de complemento verbal, ocupa, segundo tal disposição dos termos, na estrutura oracional, a posição enclítica.

Todavia, dado o caráter flexivo e variado da sintaxe portuguesa, o qual consente, obedecendo a determinados limites, a ocorrência da ordem inversa dos termos na frase, admite-se a colocação pré-verbal do pronome átono.

Esse deslocamento acarreta apenas alterações de ordem estilística e não de ordem semântica ao enunciado, daí concluirmos que não interfere no sistema da língua.

Considerando-se esse fato, sugerimos que não deveria haver regras normativas para regulamentar o mecanismo da colocação das formas clíticas, já que as duas possibilidades de colocação (enclítica e proclítica) dos referidos pronomes em relação ao verbo deve-se à aplicação, por parte do falante, de regras variantes (as que regem as alterações linguísticas que não interferem no sistema da língua) e não invariantes (as que, quando infringidas, interferem no sistema linguístico) referentes à estrutura da língua.

6 POSIÇÃO METODOLÓGICA

As gramáticas normativas brasileiras, portanto, apoiando-se na posição enclítica, como sendo a natural, e na teoria do magnetismo, para justificarem a próclise, conforme este trabalho já referiu, prescrevem regras que parecem não estar coerentes com a realização do mecanismo da colocação do pronome átono no português do Brasil.

CLISE

Em grego significa “inclinação”.
Em gramática: “inclinação” do pronome átono para antes ou para depois do verbo.

Não obstante isso, já observamos que alguns gramáticos admitem que as regras de tal colocação não devem ser inflexíveis, porém ainda não se posicionaram claramente frente a todas elas, passando a fazer concessões a colocações do pronome átono com base nas tendências da **clise** no falar brasileiro.

Gramáticos, como BECHARA (1967, p. 403), CEGALLA (1981, p. 346) e CUNHA & CINTRA (1985, p. 307), por exemplo, quando se referem à regra de colocação que não permite iniciar período com pronome átono, procuram fazer uma observação, admitindo como aceitável a sua *infração* (esse termo encontra-se grifado por, particularmente, não considerarmos que o não-cumprimento de uma regra de colocação das formas clíticas implique uma infração linguística), em se tratando de registro coloquial.

Mas, por que essa condescendência somente com esta regra? O não-cumprimento das demais não poderia também caracterizar formas coloquiais de expressão e assim essas serem aceitas, quando empregadas em situações informais de comunicação? Ou, então, tanto o não cumprimento daquela quanto de outras regras não poderia ser visto como modo alternativo de colocação das formas oblíquas, que surte efeito estilístico, prosódico ou discursivo, sem acarretar alteração de registro?

Diante dessa controvérsia, que postura metodológica o professor de português deve assumir?

Enquanto a norma padrão da língua portuguesa exigir do falante o conhecimento das regras de colocação do pronome átono, é necessário que o professor conscientize seu aluno da existência dos critérios de colocação estabelecidos (apesar das suas incoerências), orientando-os a dispor o referido pronome em relação ao verbo, reconhecendo as diferentes possibilidades de colocação postuladas pelas gramáticas normativas.

Apesar do parecer acima, particularmente, consideramos que a clise na língua portuguesa não deve ser disciplinada por normas rígidas, restritas a orientações tidas como concernentes ao português culto apenas. Dessa forma, achamos que compete ao usuário da língua a livre escolha da próclise, da ênclise ou da mesóclise, conforme venha a obter um efeito eufônico estilístico passível de ser aceito pelos demais usuários, evitando a formação de grupos expiratórios esdrúxulos; e aos filólogos, gramáticos e linguistas arrolarem casos de colocação que sejam passíveis de ocorrer e de serem aceitos pela comunidade linguística, não se limitando a apontar simplesmente as causas desta ou daquela colocação.

EXERCÍCIO 2

1 Identificar o critério que justifica a posição do pronome complemento nos textos abaixo:

- a) No século 18, a razão humana se humaniza. O pensamento se torna mais prático [...] Como as pesquisas sobre as questões da natureza e as do espírito se separaram, essa nova razão procura reunificá-las num mesmo projeto, a que se chamou enciclopédismo.

(MOTA, Carlos Guilherme. *História moderna e contemporânea*)

- b) Cada vez mais, tornava-se difícil a vida na fazenda. Com as mãos trêmulas, Sinhá Vitória benzia-se, manjava o rosário, mexia rapidamente os beiços rezando rezas desesperadas. Encolhido no banco do copiar, Fabiano espiava a caatinga amarela. Ele sofria ao observar aquele lugar onde, trituradas pelos redemoinhos, as folhas secas se pulverizavam, e os garranchos se torciam negros, torrados. No céu azul tinham desaparecido as últimas aves de arribação. Pouco a pouco os bichos se finavam, devorados pelo carrapato. E Fabiano, pedindo a Deus um milagre, procurava resistir.

(RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*)

2 Sobre colocação pronominal, responder:

- a) Em qual destes enunciados “As folhas, o vento levou” e “A criança beijou a mãe carinhosamente” a colocação tem valor gramatical? Por quê?
- b) Considerando os fatores que podem justificar a colocação do pronome-complemento, por que é preferível dizer “Nós te amamos muito” em vez de “Nós amamos-te muito”?

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BERLINCK, Rosane Andrade *et al.* “Síntaxe” in MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística 1*, 2001, p. 208.

BRITO, Célia Maria Coêlho. *A linguagem do vestibulando: três aspectos*. Belém: Editora Universitária UFPA, 1995.

_____. *Fatos de linguagem: aspectos pragmático-semântico-sintáticos*. Belém: L&A Editora, 2006.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Filologia e gramática*. Rio de Janeiro: IOZON+EDITORIA, 1968.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

COMPLEMENTAR

ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

GRAMÁTICAS da língua portuguesa.

ILARI, Rodolfo. *Perspectiva funcional da frase portuguesa: teses*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

RESUMO DA ATIVIDADE 16

Esta atividade abordou a sintaxe e colocação do ponto de vista gramatical e estilístico; explicou por que a colocação é um “mecanismo sintático precário” no português; apresentou os princípios que norteiam a colocação no sintagma nominal e no sintagma verbal; tratou da posposição denotativa e conotativa do adjetivo em relação ao substantivo; referiu a carga informativa da posposição dos adjetivos pronominais e da anteposição do verbo ao sujeito; relacionou os casos mais frequentes da anteposição do verbo em relação ao sujeito; examinou a colocação pronominal no vocábulo fonológico; fez um percurso histórico de algumas colocações do pronome átono; tratou da polêmica levantada sobre a existência de uma possível língua brasileira ao lado da língua portuguesa; tocou no assunto referente à teoria magnética; deu a conhecer considerações de uma pesquisa realizada sobre a colocação do pronome átono em redações de vestibulandos.

SOBRE AS CONTEUDISTAS

Profa. Dra. Célia Maria Coelho de Brito

é graduada em Letras e Artes pela Universidade Federal do Pará (Português e Francês), pós-doutora em Letras na área Linguística Aplicada (Interacionismo Sociodiscursivo), doutora em Letras na área Linguística e Língua Portuguesa e mestre em Letras na área Linguística Aplicada. Foi professora por 30 anos do Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde coordenou a Pós-Graduação *stricto sensu* e *lato sensu* (esta, na modalidade a distância) na área de Letras, dirigiu o Departamento de Apoio ao Vestibular/DAVES e realizou pesquisas sobre funções pragamáticas extrafrases e intrafrases em narrativas orais do amazônida paraense; e a transitividade verbal em narrativas orais do amazônida, vinculadas à linha de pesquisa Documentação, Descrição e Análise da Língua Portuguesa da Amazônia. Atualmente é professora do Curso de especialização, na modalidade a distância realizado pela UFPA, Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa, professora de cursos de especialização em língua portuguesa, coordenadora geral da Pós-Graduação, coordenadora da Comissão Própria de Avaliação – CPA, da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA/PA), desenvolve pesquisa no projeto Estudo do texto na visão sociointeracionista. Publicou os livros *Orientações para análise de textos*, com Claudete Prieto; *A linguagem do vestibulando: três aspectos*; *Um estudo da regência na linguagem do vestibulando*; *Sobre língua portuguesa; e Fatos de Linguagem: aspectos pragmático-semântico-sintáticos*. Organizou, juntamente com Elizabeth Reis Teixeira (UFBA), o livro *Aquisição e ensino-aprendizagem do português* e tem artigos publicados no Brasil e no exterior.

Profa. Dra. Marília Ferreira

Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará, da disciplina Linguística. Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (1995) e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Possui graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Pará (1990). Tem atuado na graduação em Letras, no mestrado em Linguística e em cursos de especialização. Desenvolve pesquisa na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: descrição de línguas indígenas amazônicas, morfossintaxe, tipologia e descrição e ensino de língua portuguesa, em cursos de modalidade presencial e a distância. Trabalha também orientando Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações de Mestrado.

Profa. Dra. Iaci Abdon

Professora Associada da Universidade Federal do Pará, da área de Língua Portuguesa. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1984) e Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Tem atuado na Graduação em Letras e em cursos de especialização em Língua Portuguesa, nas modalidades presencial e a distância. Desenvolve trabalhos de pesquisa na área da linguística funcional, com interesse particularmente na perspectiva cognitiva, e orienta Trabalhos de Conclusão de Curso nessa área, em linguística textual e em ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

